



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SÃO BORJA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA**

SÃO BORJA  
JUNHO, 2023

## **PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**

### **CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA**

- ❖ Reitor: Roberlaine Ribeiro Jorge
- ❖ Vice-Reitor: Marcus Vinicius Morini Querol
- ❖ Pró-Reitora de Graduação: Shirley Grazieli da Silva Nascimento
- ❖ Pró-Reitor Adjunto de Graduação: Cesar Flaubiano da Cruz Cristaldo
- ❖ Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação: Fábio Gallas Leivas
- ❖ Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação: Ana Paula Manera Ziotti
- ❖ Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Paulo Rodinei Soares Lopes
- ❖ Pró-Reitor Adjunto de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha
- ❖ Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Carlos Aurélio Dilli Gonçalves
- ❖ Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis e Comunitários: Bruno dos Santos Lindemayer
- ❖ Pró-Reitor de Administração: Fernando Munhoz da Silveira
- ❖ Pró-Reitora de Planejamento e Infraestrutura: Viviane Kanitz Gentil
- ❖ Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Infraestrutura: Fabiano Zanini Sobrosa
- ❖ Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Edward Frederico Castro Pessano
- ❖ Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt
- ❖ Coordenador da UAB: Carolina Ferreira Mainardi
- ❖ Diretor do Campus: Valmor Rhoden
- ❖ Coordenador Acadêmico: Thiago Silva Sampaio
- ❖ Coordenador Administrativo: Gustavo de Carvalho Luiz
- ❖ Coordenador do Curso: Ronaldo Bernardino Colvero
- ❖ Núcleo docente estruturante: Ronaldo Bernardino Colvero, Edson Romário Monteiro Paniagua, Juliana Lima Moreira Rhoden, Patrícia Forginari Firpo

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores dos municípios dos polos presenciais do Curso de Licenciatura em História EaD/UAB.....	24
Tabela 2 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso.....	64
Tabela 3 - Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em História EAD/UAB.....	65
Tabela 4 - Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Curso de Licenciatura em História EaD/UAB.....	77
Tabela 5 - Atividades Complementares de Graduação do Curso de Licenciatura em História EaD/UAB.....	80
Tabela 6 - Atividades Extensionistas - distribuição de Carga horária.....	95
Tabela 7 - Critérios de Avaliação: Trabalho Escrito de Natureza teórico-prática.....	98
Tabela 8 - Critérios de Avaliação: Trabalho escrito de natureza teórico-bibliográfica.....	99
Tabela 9 - Critérios de Avaliação: Critérios para avaliação da defesa oral.....	99
Tabela 10 - Distribuição da nota final.....	99
Tabela 11 - Dados Quantitativos do Acervo por Área do Conhecimento (CNPq).....	234

## SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO.....	7
APRESENTAÇÃO .....	9
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
1.1 Contextualização da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA .....	12
1.2 Contexto de inserção regional do campus e do curso.....	20
1.2.1 Contexto dos municípios sede dos polos da inserção da UNIPAMPA.....	22
1.3 Concepção do Curso.....	25
1.3.2 Justificativa .....	30
1.3.3 Histórico do curso.....	36
1.4 Apresentação do curso.....	36
1.4.1 Administração do Campus São Borja.....	36
1.4.2 Funcionamento do curso .....	37
1.4.3 Carga horária e respectiva distribuição no curso .....	38
1.4.3 Atividades presenciais .....	39
1.4.4 Formas de ingresso.....	40
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	44
2.1 Políticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso .....	44
2.1.1 Políticas de Ensino.....	45
2.1.2 Políticas de Pesquisa .....	47
2.1.3 Políticas de Extensão .....	50
2.2 Objetivos do Curso .....	54
2.2.1 Objetivo Geral.....	54
2.2.2 Objetivos Específicos .....	54

2.3 Perfil do Egresso .....	57
2.3.1 Campus de Atuação Profissional.....	58
2.3.2 Habilidades e Competências .....	59
2.4 Organização Curricular.....	62
2.4.1 Requisitos para a integralização curricular .....	63
2.4.2 Matriz curricular .....	65
2.4.3 Abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs).....	73
2.4.4 Flexibilização Curricular .....	75
2.4.4.1 Componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs) ..	76
2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação .....	78
2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica.....	84
2.4.5 Migração curricular e equivalência .....	86
2.4.6 Prática como componente curricular .....	86
2.4.7 Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios .....	87
2.4.8 Inserção da Extensão no Currículo do Curso .....	93
2.4.9 Trabalho de Conclusão de Curso .....	96
2.5 Metodologias de ensino.....	100
2.5.1 Interdisciplinaridade.....	105
2.5.2 Práticas Inovadoras.....	106
2.5.3 Acessibilidade Metodológica .....	107
2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem.....	110
2.5.4.1 Outros recursos didáticos .....	112
2.6 Avaliação da aprendizagem .....	114
2.7 Apoio ao discente .....	118

2.8.1 Autoavaliação do Curso.....	126
2.8.2 Acompanhamento de Egresso .....	127
3 EMENTÁRIO .....	127
4 GESTÃO .....	220
4.1 Recursos Humanos .....	220
4.1.1 Comissão e Coordenação de Curso.....	220
4.1.2 Núcleo Docente Estruturante .....	224
4.1.4 Corpo docente .....	225
4.1.5 Tutoria .....	226
4.2 Recursos de Infraestrutura .....	227
4.2.1 Infraestrutura da sede .....	227
4.2.2 Infraestrutura dos polos.....	228
4.2.3 Espaços de trabalho.....	231
4.2.4 Biblioteca.....	232
4.2.5 Laboratórios .....	236
REFERÊNCIAS.....	237
APÊNDICE II - REGULAMENTO DE ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA EAD/UAB245	
APÊNDICE III - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA EAD/UAB.....	260
APÊNDICE IV - REGIMENTO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE270	

## IDENTIFICAÇÃO

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

- ❖ Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
- ❖ Natureza jurídica: Fundação Federal
- ❖ Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008.
- ❖ Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016.
- ❖ Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017.
- ❖ Índice Geral de Cursos (IGC): 4 (2021)
- ❖ Site: <http://www.unipampa.edu.br>
- ❖ REITORIA
- ❖ Endereço: Avenida General Osório, n.º 900
- ❖ Cidade: Bagé (RS)
- ❖ CEP: 96400-100
- ❖ Fone: +55 53 3240-5400
- ❖ E-mail: [reitoria@unipampa.edu.br](mailto:reitoria@unipampa.edu.br)
- ❖ Site: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/gabinete-da-reitoria>
- ❖ PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
- ❖ Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51
- ❖ Cidade: Bagé (RS)
- ❖ CEP: 96400-100
- ❖ Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral) / + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)
- ❖ E-mail: [prograd@unipampa.edu.br](mailto:prograd@unipampa.edu.br)
- ❖ CAMPUS SÃO BORJA
- ❖ Endereço: Rua Monsenhor Patricio Petit Jean, 3.295.
- ❖ Cidade: São Borja
- ❖ CEP: 97670-000
- ❖ Fone: +55 3430 9850

- ❖ E-mail: [saoborja@unipampa.edu.br](mailto:saoborja@unipampa.edu.br)
- ❖ Site: <https://unipampa.edu.br/saoborja/>
- ❖ DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
- ❖ Área do conhecimento: Ciências Humanas
- ❖ Curso: História Licenciatura EAD
- ❖ Grau: Licenciatura
- ❖ Código e-MEC: 1479185
- ❖ Titulação: Licenciado(a) em História
- ❖ Integralização: 8 semestres
- ❖ Carga horária total: 3250 horas
- ❖ Periodicidade: Semestral
- ❖ Número de vagas: 150
- ❖ Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e demais formas de ingresso previstas no PPC
- ❖ Data de início de funcionamento do curso: 2023/2
- ❖ Fone: +55 3430-9850
- ❖ Site: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historiaead/>

## APRESENTAÇÃO

A importância da Educação enquanto processo formativo e transformador na vida dos seres humanos é inegável, nesse sentido justifica-se a expansão da rede de universidades públicas com cursos de formação de docentes, bem como novas vagas e políticas de melhoria da qualidade de ensino. No entanto, ressalva-se não ser suficiente a oferta de curso de habilitação e formação. Urge a necessidade do comprometimento com a qualidade de ensino e com a valorização do docente tanto por parte dos órgãos governamentais como por parte das instituições formadoras, das redes de ensino básico (públicas e privadas) e da própria sociedade.

No Brasil, é possível observar que nas últimas décadas, há o propósito da efetivação de uma política nacional para a formação de profissionais do magistério da Educação Básica, a qual busca, através de ações como programas de incentivo às Licenciaturas como PIBID, PRODOCÊNCIA, PARFOR, também a criação dos Fóruns das Licenciaturas das Instituições de Ensino Superior Públicas e os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, com o objetivo de promover a expansão de cursos de formação de professores para atuar na Educação Básica, bem como proporcionar meios que possibilitem a formação continuada desses professores, conforme aponta Decreto nº 6.755/09. Esses fóruns buscam discutir, de modo participativo, entre agentes da educação e representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, questões no que tanger a formação inicial e continuada de professores, bem como aspectos que permeiam a prática pedagógica docente.

Além da atenção dedicada à formação docente, observa-se a orientação e os investimentos à realização de pesquisas no âmbito educacional, especialmente aquelas que buscam mapear o perfil, as demandas e os processos de formação do professor da Educação Básica, buscando com tais informações estabelecer com as universidades e as redes de ensino básico, propostas de criação de cursos de licenciatura, formação continuada do professorado e de melhorias dos recursos de infraestrutura, envolvendo espaços físicos e materiais requeridos pelos sistemas de ensino.

Outra orientação pertinente às políticas de educação está direcionada à construção e ao desenvolvimento de propostas pedagógicas interdisciplinares, por parte das Instituições de Ensino e dos docentes, que visam os processos de ensino e de

aprendizagem, de forma significativa, fundamentados nos princípios éticos, humanos, de justiça e de sustentabilidade social, objetivando preparar o sujeito para atuar de forma crítica e esclarecida, em um contexto permeado por constantes transformações sociais, culturais, políticas, científicas e tecnológicas.

Tais ações governamentais e de entidades científicas nacionais têm por propósito superar uma das fragilidades do sistema educacional brasileiro, que é o reconhecimento de que muitos professores que atuam na Educação Básica não possuem curso de Licenciatura, de graduação plena, representando, desse modo, demandas por cursos de formação inicial e continuada aos sistemas de ensino competentes.

Portanto, a partir da atual realidade e buscando atender aos documentos oficiais que regem a educação nacional, entre eles: o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005/14), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/1996); e as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP 01/02, Resolução CNE/CP 02/02, CNE/CP 02/2019), os governos vêm intervindo nessa questão com tentativas que possibilitem que os professores prossigam nos seus estudos, através do ingresso em cursos de Licenciatura, presenciais ou na modalidade à distância, de modo a garantir a qualidade da Educação Básica brasileira e uma formação específica para nela atuar plenamente. De igual modo, se reconhece a importância da concretização de programas, bem como incentivo à pesquisa (CNE/CP 02/2019), à extensão e à pós-graduação na área da Educação.

A UNIPAMPA, na condição de agente interveniente no contexto educacional, político e social-econômico, tem em seus objetivos institucionais oportunizar cursos de graduação com grau de licenciatura, cursos de formação continuada, cursos de pós-graduação, a pesquisa e a extensão na área de educação, com vistas a influenciar na formação de atitudes que proporcionem o acesso e o desenvolvimento do conhecimento.

Os cursos de Licenciatura da UNIPAMPA devem estar em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica e para a formação do profissional da educação, reflexivo, agente ativo de seu saber, com competências e habilidades para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional e Tecnológica,

atento à atual conjuntura brasileira, ao contexto mundial e à sustentabilidade social, bem como ser profissional capaz de criar desafios, problematizar/construir saberes, pautando-se pela ética e pelo respeito às individualidades, interagindo por meio das tecnologias de informação e de comunicação, valorizando as características regionais, as identidades culturais, a educação ambiental, as pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

O curso de Licenciatura em História nasce das discussões dentro do campus de São Borja, com objetivo de fazer com que o ensino público e gratuito fosse levado para outras cidades, dentro desta perspectiva que os docentes do curso de Licenciatura em Ciências Humanas começaram a pensar a criação do curso de história pela UAB. Foram dois anos de reuniões periódicas para que pudéssemos pensar toda a estrutura do curso, a partir das determinações da UAB e UNIPAMPA.

O PPC do curso foi construído de forma coletiva envolvendo toda a comunidade acadêmica, com objetivo claro de fazer com que todos se tornassem pertencentes ao processo de criação e implementação do curso.

Nesse contexto é que se faz a proposta da oferta do Curso de História Licenciatura, na modalidade EAD, que é estruturada a partir dos seguintes itens: Contextualização Institucional, Concepção do Curso, Organização didática pedagógica, recursos e avaliação.

# 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

## 1.1 Contextualização da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

A Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), criada por meio da Lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008, é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação com o objetivo de ministrar Ensino Superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e educacional, edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolam as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Nesse sentido, a UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa

Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado.

Coube à UFSM implantar os *campi* nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: *Campus* Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; *Campus* Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Física - Licenciatura, Química - Licenciatura, Matemática - Licenciatura, Letras – Licenciatura (Português e Espanhol), Letras – Licenciatura (Português e Inglês); *Campus* Caçapava do Sul: Geofísica; *Campus* Dom Pedrito: Zootecnia; *Campus* Itaqui: Agronomia; *Campus* Jaguarão: Pedagogia e Letras – Licenciatura (Português e Espanhol); *Campus* Santana do Livramento: Administração; *Campus* São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e Serviço Social; *Campus* São Gabriel: Ciências Biológicas - Licenciatura e Ciências Biológicas - Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; *Campus* Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 29 cursos de graduação. Em setembro de 2006, às atividades acadêmicas tiveram início nos *campi* vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos *campi* vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento

da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º: A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação. Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os *campi* criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de *campus*, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos *campi*, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membros eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as Resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições

universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, por Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página web: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/>.

No final do ano de 2015, realizou-se a segunda eleição de reitorado da Universidade e, no final do ano de 2016, eleições para o segundo mandato dos dirigentes dos *campi* e coordenadores de cursos.

No esforço de ampliar as ações da Universidade, em face de seu compromisso com a região onde está inserida, foram criados, nos últimos anos, mais cursos, sendo que hoje há 66 cursos presenciais e 06 a distância. Sendo estes:

#### **Campus Alegrete:**

- Ciência da Computação (bacharelado);
- Engenharia Agrícola (bacharelado);
- Engenharia Civil (bacharelado);
- Engenharia Elétrica (bacharelado);
- Engenharia Mecânica (bacharelado);
- Engenharia de Software (bacharelado);
- Engenharia de Telecomunicações (bacharelado).

#### **Campus Bagé:**

- Engenharia de Alimentos (bacharelado);
- Engenharia de Computação (bacharelado);
- Engenharia de Energia (bacharelado);
- Engenharia de Produção (bacharelado);
- Engenharia Química (bacharelado);
- Física (licenciatura);
- Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa (licenciatura);
- Letras - Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas (licenciatura);
- Matemática (licenciatura);
- Música (licenciatura);

- Química (licenciatura).

**Campus Caçapava do Sul:**

- Ciências Exatas (licenciatura);
- Engenharia Ambiental e Sanitária (bacharelado);
- Geofísica (bacharelado);
- Geologia (bacharelado);
- Engenharia de Minas (bacharelado).

**Campus Dom Pedrito:**

- Agronegócio (tecnológico);
- Ciências da Natureza (licenciatura);
- Educação do Campo (licenciatura);
- Enologia (bacharelado);
- Zootecnia (bacharelado).

**Campus Itaqui:**

- Agronomia (bacharelado);
- Ciência e Tecnologia de Alimentos (bacharelado);
- Engenharia Cartográfica e de Agrimensura (bacharelado);
- Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (bacharelado);
- Nutrição (bacharelado);
- Matemática (licenciatura).

**Campus Jaguarão:**

- Gestão de Turismo (tecnológico);
- História (licenciatura);
- Letras - Espanhol e Literatura Hispânica (licenciatura);
- Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa (licenciatura);
- Letras - Português EaD Institucional/UAB (licenciatura);
- Pedagogia (licenciatura);
- Pedagogia EaD/ UAB (licenciatura);
- Produção e Política Cultural (bacharelado).

**Campus Santana do Livramento:**

- Administração (bacharelado);

- Administração Pública EaD/UAB (bacharelado);
- Ciências Econômicas (bacharelado);
- Direito (bacharelado);
- Gestão Pública (bacharelado);
- Relações Internacionais (bacharelado).

**Campus São Borja:**

- Ciências Humanas (licenciatura);
- Geografia EaD/UAB (licenciatura);
- História EaD/UAB (licenciatura);
- Ciências Sociais - Ciência Política (bacharelado);
- Direito (bacharelado);
- Jornalismo (bacharelado);
- Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (bacharelado);
- Relações Públicas (bacharelado);
- Serviço Social (bacharelado).

**Campus São Gabriel:**

- Biotecnologia (bacharelado);
- Ciências Biológicas (bacharelado);
- Engenharia Florestal e Gestão Ambiental (bacharelado);
- Floricultura (tecnológico);
- Ciências Biológicas (licenciatura).

**Campus Uruguaiana:**

- Ciências da Natureza (licenciatura);
- Ciências da Natureza EaD/UAB (licenciatura);
- Educação Física (licenciatura);
- Enfermagem (bacharelado);
- Farmácia (bacharelado);
- Fisioterapia (bacharelado);
- Medicina (bacharelado);
- Medicina Veterinária (bacharelado);
- Engenharia de Aquicultura (bacharelado).

A instituição também oferece cursos de pós-graduação, em nível de especializações, mestrados e doutorados. Conforme dados da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI), atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 17 programas de pós-graduação “lato sensu” (especialização) e 25 programas de pós-graduação “stricto sensu” (mestrado e doutorado).

Os cursos de **especialização** ofertados são:

**Campus Bagé:**

- Gestão de Processos Industriais Químicos;
- Ensino de Matemática no Ensino Médio - Matemática na Prática (UAB);
- Tecnologia e Desenvolvimento do Bioma Pampa.

**Campus Caçapava do Sul:**

- Educação Científica e Tecnológica.

**Campus Dom Pedrito:**

- Agronegócio;
- Produção Animal.

**Campus Itaqui:**

- Desenvolvimento Regional e Territorial.

**Campus Santana do Livramento:**

- Relações Internacionais Contemporâneas;
- Direitos Fundamentais, Fronteiras e Justiça.

**Campus São Borja:**

- Mídia e Educação (UAB).

**Campus Uruguaiana:**

- História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena;
- Fisioterapia, Neonatologia e Pediatria;
- Gestão em Saúde (UAB);
- Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência;
- Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva;
- Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva;
- Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

Em relação aos cursos de **mestrado e doutorado**, são ofertados:

**Campus Alegrete:**

- Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica;
- Mestrado Acadêmico em Engenharia;
- Mestrado Profissional em Engenharia de Software.

**Campus Bagé:**

- Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada;
- Mestrado Profissional em Ensino de Ciências;
- Mestrado Profissional em Ensino de Línguas;
- Mestrado Acadêmico em Ensino;
- Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais.

**Campus Caçapava do Sul:**

- Mestrado Profissional em Engenharia Mineral;
- Mestrado Profissional em Educação Matemática em Rede Nacional.

**Campus Jaguarão:**

- Mestrado Profissional em Educação.

**Campus Santana do Livramento:**

- Mestrado Acadêmico em Administração.

**Campus São Borja:**

- Mestrado Profissional em Políticas Públicas;
- Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa.

**Campus São Gabriel:**

- Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Biológicas.

**Campus Uruguaiana:**

- Mestrado e Doutorado Acadêmico em Bioquímica;
- Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciência Animal;
- Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas;
- Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas;
- Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

O crescimento da UNIPAMPA pode ser observado através do aumento do número de matrículas no ensino de graduação, que passou de 1.527 alunos no ano de 2006, para 11.919 em 2023. Da mesma forma com relação ao ensino de pós-graduação, que ampliou de 50 alunos matriculados no ano de 2008, para 1.012 no ano de 2020.

Também são relevantes os números relacionados ao corpo de servidores docentes e técnico-administrativos em educação. Em 2008, havia 237 professores e 148 técnicos. Em 2023, integram a Universidade 896 docentes e 866 técnico-administrativos.

Em relação ao campus São Borja, sede do curso ofertado, ele está constituído por 75 docentes, 39 técnicos administrativos e 23 servidores terceirizados, de 1.302 alunos de graduação e 66 de pós-graduação. Na graduação, oferece os cursos de Ciências Humanas, Ciências Sociais – Ciência Política, Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Licenciatura em Geografia EaD/UAB, Licenciatura em História EaD/UAB, Relações Públicas, Direito e Serviço Social. Já na pós-graduação oferta dois mestrados profissionais: Políticas Públicas e Indústria Criativa.

## **1.2 Contexto de inserção regional do campus e do curso**

A UNIPAMPA foi estruturada em uma região que tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região levaram-na, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais. Em termos comparativos, destacam-se as regiões Norte e Nordeste do Estado, onde há municípios com elevados Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que na Metade Sul estes variam de baixos a médios.

A realidade atual impõe grandes desafios. Com a produção industrial em declínio, a estrutura produtiva passa a depender, fortemente, dos setores primários e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, entre os quais se pode citar: o baixo investimento público per capita, o que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos centros desenvolvidos do Estado do Rio Grande do Sul, que prejudica a competitividade da produção da região. Essa realidade vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde.

A região apresenta, entretanto, vários fatores que indicam potencialidades para a diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros.

A presença da Unipampa através dos polos UAB amplia diretamente o espaço de intervenção da instituição. Através do ensino, pesquisa e extensão, objetiva-se impactar os cotidianos locais, na consolidação da formação de profissionais da educação vinculados ao interior e à fronteira do Estado, na produção de saberes oportunizados pelas ações de pesquisa e pela tessitura de saberes proporcionados por ações de extensão e ensino. Nesse sentido, a oferta de Licenciatura UAB nesses municípios tem como meta contribuir no desenvolvimento regional e municipal através da formação de docentes e ações de pesquisa e extensão. A oferta de licenciaturas no interior do estado tem impacto direto na qualificação da educação básica e na promoção social, uma vez que oportuniza o acesso à graduação no próprio município, de forma gratuita e qualificada.

A EAD é uma modalidade que tanto pela descentralização territorial, quanto pelo formato de maior autonomia e auto-organização de discentes, favorece a inserção no ensino superior de uma parcela social que não poderia fazê-lo no formato presencial em cidades médias ou metrópoles. Promove sujeitos, famílias e a região como um todo ao formar profissionais da educação que atuarão nos territórios em que estão inseridos. A política de descentralização do ensino superior favorece o desenvolvimento regional, contribui para a qualificação profissional e potencializa a permanência da população no interior do Estado. Além de atender o próprio município do polo, tem-se a possibilidade de ingresso de acadêmicos dos municípios da região e a população rural, como a primeira oferta do curso demonstrou. A oferta de licenciatura nessas regiões visa possibilitar a oferta de profissionais da educação qualificados a atuar na educação básica e na promoção social a partir da formação cidadã.

Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de identificação das potencialidades regionais e apoio no planejamento para o fortalecimento das mesmas, sempre considerando a preservação do Bioma Pampa nessas ações. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência devem refletir esse comprometimento.

Desse modo, a inserção institucional, orientada por seu compromisso social, tem como premissa o reconhecimento de que ações isoladas não são capazes de reverter o quadro atual. Cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região. Sua estrutura *multicampi* facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na região.

### **1.2.1 Contexto dos municípios sede dos polos da inserção da UNIPAMPA**

Segundo levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), foram encontrados os seguintes dados sobre as cidades que possuem Polos da Uab, com o curso de Licenciatura em História, sendo elas: Restinga Seca, Bagé, Uruguaiana, Itaqui e Três de Maio.

O município de **Restinga Sêca** surgiu a partir do município de Cachoeira do Sul, em 1899. Já no ano de 1892, por Ato Municipal, tinha passado a quarto Distrito de Cachoeira. O município teve origem na doação de sesmarias e com a construção da

estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana em 1885. O município de Restinga Sêca, que se localiza na Região Central do Rio Grande do Sul, conta com 15.129 habitantes e com uma área de 968,620 Km<sup>2</sup>. Restinga Sêca foi emancipada no dia 25 de março de 1959, através da lei 3.730, assinada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. A formação étnica do município é composta predominantemente por quatro etnias: alemã, italiana, portuguesa e afro-brasileira, produzindo assim, uma diversidade cultural. Em 2020, o município registrou um Produto Interno Bruto - PIB, per capita, de R\$ 29.697,83, com um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de 0,683 (2010).

Localizado na região sul do estado, em um território ocupado anteriormente pela população indígena da etnia Charrua, o município de **Bagé**, conquistou sua emancipação da cidade de Piratini no ano de 1846. Conhecida como a “Rainha da Fronteira”, a cidade abriga hoje a sede da reitoria da Universidade Federal do Pampa. Com economia baseada na agricultura e na pecuária, o município conta atualmente com 113.173 habitantes, com área de 4.090,36 km<sup>2</sup>. No ano de 2020 registrou Produto Interno Bruto - PIB, per capita, de R\$ 25.942,27 e com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de 0,740 (2010).

Elevada à condição de município no ano de 1847, **Uruguaiana**, teve sua composição étnica originada por grupos nômades indígenas e posteriormente os elementos colonizadores foram os espanhóis, portugueses e africanos, as correntes migratórias modernas são representadas por italianos, alemães, espanhóis, franceses e árabes. As terras que hoje constituem o município Uruguaiana, no início do século XVI, integravam-se na Capitania de São Paulo, pois a ela estavam subordinadas todas as terras que dali se estendiam para o sul, até o rio prata. Atualmente a cidade conta com a população de 115.100 habitantes, distribuídos por uma área total de 5.702,098 km<sup>2</sup>, em 2020, o município registrou Produto Interno Bruto - PIB, per capita, de R\$ 22.387,44, com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de 0,744 (2010).

O município de **Itaqui**, situa-se às margens do Rio Uruguai, na divisa entre Brasil e Argentina e desmembrou-se do município de São Borja no ano de 1858, alcançando o título de cidade no ano de 1879, o povoamento da região foi sendo desenvolvido em conjunto com a atividade pecuária, até hoje uma das marcas da economia local. Com

população de 35.408 habitantes, a cidade de Itaqui conta com um território de 3.406,606 m<sup>2</sup>, em último registro, no ano de 2020, apontou um Produto Interno Bruto - PIB, per capita, R\$ 41.910,13, com um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de 0,713 (2010).

O município de **Três de Maio** é um dos mais novos do Rio Grande do Sul. Seu território pertenceu sucessivamente a Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Cruz Alta e Santo Ângelo, criados em 1809, 1819, 1834 e 1873, respectivamente. Suas terras faziam parte da chamada Província das Missões Orientais, administrada pelos Jesuítas, que tinham vindo ao Rio Grande do Sul em 1682. O município é formado por 421,461 km<sup>2</sup> de território e conta com uma população de 25.006 habitantes, no ano de 2020 registrou um Produto Interno Bruto - PIB, per capita, de R\$ 48.012,33 com um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de 0,759 (2010).

Tabela 1 - Indicadores dos municípios dos polos presenciais do Curso de Licenciatura em História EaD/UAB.

Coordenadoria Regional de Educação - CRE	Município	População (Censo 2022)	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (2021)	Índice de Desenvolvimento Humano (2010)
24 <sup>a</sup>	Restinga Sêca	15.129	5,45	0,683
13 <sup>a</sup>	Bagé	113.173	5	0,740
10 <sup>a</sup>	Uruguaiana	115.100	5,1	0,744
10 <sup>a</sup>	Itaqui	35.408	5,3	0,713
17 <sup>a</sup>	Três de Maio	25.006	5,75	0,759

Diante desse contexto econômico e social, o curso de História – Licenciatura, implantado na UNIPAMPA, campus de São Borja, tem redobrada a sua

responsabilidade com a construção de alternativas e a formação de profissionais imbuídos da necessidade de auxiliar na reversão de um quadro bastante problemático.

### **1.3 Concepção do Curso**

O curso de Licenciatura em História visa à formação profissional docente na área de história, de modo a atender aos objetivos da educação básica e às características de cada fase formativa do educando, tendo como fundamentos a associação entre teorias e práticas sobre o objeto de estudo dessa ciência, qual seja: a história.

Essa formação acadêmica, entre outras perspectivas, visa à inclusão social, proporcionando o acesso e a continuidade dos estudos, inclusive aos grupos que, historicamente, estiveram marginalizados e afastados do direito ao ensino superior público e gratuito. Além disso, precisa ser planejada na estruturação de percursos formativos flexíveis, respeitando a diversidade e liberdade de pensamento e expressão, sem discriminações. (PDI 2019-2023).

Essa concepção de formação requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem os princípios de:

- Inter e transdisciplinaridade, no qual conhecimento é concebido como rede de conexões multidimensionais, reconhecendo diferentes níveis de realidade no processo cognitivo; (PDI 2019-2023)
- Intencionalidade, expressa nas escolhas metodológicas e epistemológicas, visando ao envolvimento e a aprendizagem dos sujeitos envolvidos, tanto para o exercício da cidadania crítico-participativa quanto para o mundo do trabalho; (PDI 2019-2023)
- Contextualização, compreendido como condição para a reconstrução do conhecimento, que deve tomar a realidade como ponto de partida e de chegada; (PDI 2019-2023)
- Flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização, nas diferentes possibilidades

de formação (componentes curriculares obrigatórios, eletivos e atividades complementares). (PDI 2019-2023)

Apresenta como princípio de investigação a resolução de problemas humanos, cada vez mais complexos e inter-relacionados com outras áreas, que tem determinado avanços e transformação da sociedade. A História, em suas possibilidades de realização, possui interfaces com domínios das chamadas Ciências da Terra, da Natureza, Tecnológicas, Humanas e Sociais Aplicadas. Objetiva oportunizar que o licenciando construa a compreensão da origem e da dinâmica dos processos e fenômenos responsáveis pela organização das sociedades antigas e atuais, focalizando a distribuição, a dinâmica e a interação de elementos naturais e humanos em termos espaciais e temporais. Esses elementos abrangem as populações, sociedades e culturas, bem como fluxos, fenômenos e processos, cuja estruturação resulta na diversidade de culturas e configurações territoriais existentes na Terra.

O Curso de História proposto está baseado em três fundamentos:

- **Ético-políticos:** através dos quais, além da construção do conhecimento (missão primeira da universidade), se desenvolvem pesquisas que possibilitem a mudança de versão da história já estabelecida, adotando-se uma postura ética forte e segura, voltada para conscientização do papel do cidadão e do resgate da história e da cultura.
- **Epistemológicos:** cujas bases estão fundamentadas no exercício da construção de conhecimento que, além de ser capaz de gerar desenvolvimento, também esteja voltado para a solução de problemas da sociedade.
- **Didático-pedagógicos:** voltados para prática interdisciplinar, na qual o conjunto de conhecimentos construídos articula-se desenvolvendo base sólida acerca dos saberes necessários aos professores de História, aptos para trabalhar em diferentes campos nos quais podem atuar, formando profissionais da educação que contribuam para a busca e construção do conhecimento.

O resultado de tal prática, espera-se que, seja a formação de profissionais cuja consciência e prática social estejam voltadas para a defesa e construção de uma sociedade mais justa e solidária, na qual aspectos como o conhecimento e serviços como educação e saúde de qualidade sejam oportunizados a todas as camadas.

Busca-se concretizar um projeto educativo que parta do entendimento de que os tempos e os espaços de convivência, de ensino, de aprendizagem, de prática e de produção intelectual sejam pautados pela ética, ou seja, se constituam a favor do bem maior que é a vida. Nesse sentido, o curso se preocupa em promover espaços e tempos de interlocução com seu entorno, evidenciando as peculiaridades, as singularidades e as diversidades culturais e histórico geográficas de uma região de fronteira.

Percebe-se que proporcionar tais vivências torna-se indispensável para que os sujeitos sejam provocados a (re) significar os tempos, os espaços, as identidades e os papéis sociais. Entende-se que, ao problematizar as questões concernentes a essas inter-relações, deseja-se contribuir com a formação de sujeitos éticos, sociais e políticos, comprometidos com a transformação, que dialoguem com as diferenças e os diferentes, que vejam o outro e a si mesmo como interdependentes e corresponsáveis na construção de uma cidadania planetária.

A concepção pedagógica desse curso, conforme Projeto Pedagógico das Licenciaturas da UNIPAMPA, aprovado no CONSUNI em 2011, preconiza a superação do modelo técnico e da racionalização do ensino. A descentralização da transmissão de conteúdos atua em prol da construção do saber a partir da contextualização da realidade social, dos pressupostos da interdisciplinaridade e da relação intrínseca teoria e prática. Essa concepção pedagógica envolve três níveis, conforme Saviani (2006): nível da filosofia da educação, da teoria da educação e da prática pedagógica.

Estes, interligados ao projeto institucional da UNIPAMPA, (2019-2023 e da concepção de formação acadêmica, o ensino deve ser pautado pelos seguintes princípios específicos:

- Formação cidadã, que atenda o perfil do egresso autônomo, participativo, responsável, crítico, pesquisador, criativo, ético, reflexivo, comprometido com o desenvolvimento e capaz de agir e interagir num mundo globalizado;
- Compromisso com a articulação entre educação básica e educação superior, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas e da extensão de forma que aproximem os dois níveis acadêmicos;

- Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos em sintonia com as demandas da educação superior nacional e internacional, na flexibilidade, acessibilidade e inovação das práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e comprometido com os interesses da sociedade;
- Universalidade de conhecimentos e concepções pedagógicas, valorizando a multiplicidade, interculturalidade, multi e interdisciplinaridade de saberes e práticas, e a apreensão de conceitos e paradigmas inovadores, como forma de possibilitar ao indivíduo o pleno exercício da cidadania responsável, assim como a qualificação profissional, condições indispensáveis para sua inserção e ascensão na sociedade;
- Autonomia e aprendizagem contínua, como centro do processo educativo, a partir de uma pedagogia que promova o protagonismo do aluno e sua participação ativa na vida acadêmica;
- Equidade de condições para acesso, permanência e sucesso no âmbito da educação superior, considerando-a como bem público e direito universal do cidadão, capaz de contribuir para a redução de desigualdades sociais, regionais e étnico-culturais;
- Inovação pedagógica, que reconhece formas interculturais de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos;
- Extensão como eixo da formação acadêmica, garantindo a articulação, por meio da sua inserção na matriz curricular dos cursos de graduação, fortalecendo a relação entre a teoria e a prática profissional com potencial de inserção na sociedade e, especialmente, na comunidade regional;
- Pesquisa como princípio educativo, como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação, em que a pesquisa e a inovação atendam demandas regionais, assim como a internacionalização seja um eixo presente em ambos os níveis;
- Institucionalização da mobilidade acadêmica nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação, tendo a internacionalização presente com eixo norteador em nível de graduação e pós-graduação;
- Inserção internacional desenvolvendo uma política linguística no nível de graduação, pós-graduação e gestão, por meio do ensino de língua inglesa, sem

fragilizar o contexto regional de fortalecimento da língua portuguesa, espanhola, LIBRAS, mandarim e línguas minoritárias.

Concebida como uma modalidade de ensino na qual alunos e professores encontram-se fisicamente afastados no espaço e/ou no tempo e os processos de ensino e de aprendizagem se efetivam mediados pelas tecnologias de informação e comunicação, a Educação a Distância busca democratizar o saber escolarizado contribuindo para a superação da exclusão social.

As bases legais para essa modalidade de ensino foram estabelecidas pela Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, na qual a Educação a Distância é considerada: a forma de ensino que se baseia no estudo ativo, independente e possibilita ao educando a escolha dos horários, da duração e do local de estudo combinando a veiculação de cursos com material didático de autoinstrução e dispensando ou reduzindo a exigência de presença. (Art. 84).

A regulamentação da Educação a distância deu-se pelos Decretos nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, nº. 2.561, de 27 de abril de 1998 e 5.622 de 2005 o qual define que Educação a Distância

(...) é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A interação professor/aluno, na modalidade a distância, acontece em ambiente virtual de aprendizagem. O ambiente utilizado pela Universidade Federal do Pampa é o Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), ou seja, Ambiente de Aprendizado Modular Orientado ao Objeto. Através deste é realizado o controle de acesso dos alunos aos componentes curriculares; o controle da disponibilização do conteúdo e a utilização das ferramentas de interatividade e comunicação síncronas e assíncronas, dentre elas destacam-se o chat (ferramenta de socialização entre professores, tutores e alunos onde o diálogo acontece simultaneamente com possibilidade de compartilhamento de arquivos); fóruns (ferramentas para construção do conhecimento, que estimulam o aluno a expressar seus posicionamentos diante de questões propostas pelos professores), videoconferências com o uso do Google Meet (ferramenta que possibilita contato visual entre professores, tutores, alunos e coordenação de curso).

A escolha desta modalidade de ensino para a oferta do Curso de História Licenciatura EAD, pela Universidade Federal do Pampa em parceria com a Universidade Aberta do Brasil justifica-se pela relevância social da modalidade a distância,

(...) pois permite o acesso ao sistema àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula” (ALVES,2011, p. 84).

### **1.3.2 Justificativa**

O Censo do Ensino Superior de 2016 (BRASIL, 2017) evidenciou o fato de que metade dos professores do ensino básico ministra aulas de Matemática, Física, Filosofia, Geografia, Inglês, sem formação específica para a área. Para atender os objetivos de qualificar os processos de ensino e de aprendizagem na educação básica brasileira, é necessário modificar esse quadro.

O Curso de História Licenciatura EaD está articulado com o governo federal no propósito de reestruturação do sistema educacional vigente, projeto que encaminha para a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, oportunizando acesso, permanência, formação inicial e continuada consistente e significativa ao maior número de sujeitos que desejam atuar na área. Nesse sentido, a justificativa para a implementação desse curso, está fundamentada, além das demandas já apontadas ao longo da contextualização, na identificação do mercado de trabalho, uma vez que a empregabilidade na área de educação é uma das mais altas para a formação de profissionais habilitados para o exercício profissional de professor de História na Educação Básica, sendo essa também uma antiga demanda da comunidade na qual a UNIPAMPA está inserida.

É relevante comentar, que, a fim de viabilizar as melhorias na educação, em 2016, o governo federal brasileiro, instituiu, através do Decreto nº 8.752, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que orienta a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento de programas de formação inicial e continuada. Essa política tem como meta efetivar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e

os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica. A intenção principal é qualificar a formação dos professores que atuarão e/ou estão em exercício nas escolas públicas, bem como integrar a educação básica e a superior, visando aperfeiçoar os processos de ensino, de aprendizagem e de gestão nas instituições públicas. Além disso, a política educacional está voltada para a expansão da oferta de vagas, de cursos e para a melhoria da qualidade nos cursos de formação dos docentes. Dentre os princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, e que coadunam com essa proposta, estão:

Art. 2º Para atender às especificidades do exercício de suas atividades e aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, a formação dos profissionais da educação terá como princípios:

I - o compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e dos grupos sociais;

II - o compromisso dos profissionais e das instituições com o aprendizado dos estudantes na idade certa, como forma de redução das desigualdades educacionais e sociais;

III - a colaboração constante, articulada entre o Ministério da Educação, os sistemas e as redes de ensino, as instituições educativas e as instituições formadoras;

IV - a garantia de padrão de qualidade nos cursos de formação inicial e continuada; V - a articulação entre teoria e prática no processo de formação, fundada no domínio de conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos específicos, segundo a natureza da função;

VI - a articulação entre formação inicial e formação continuada, e entre os níveis, as etapas e as modalidades de ensino;

VII - a formação inicial e continuada, entendidas como componentes essenciais à profissionalização, integrando-se ao cotidiano da instituição educativa e considerando os diferentes saberes e a experiência profissionais;

VIII - a compreensão dos profissionais da educação como agentes fundamentais do processo educativo e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a processos formativos, informações, vivência e atualização profissional, visando à melhoria da qualidade da educação básica e à qualificação do ambiente escolar;

IX - a valorização dos profissionais da educação, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à progressão na carreira, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho;

X - o reconhecimento das instituições educativas e demais instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial e à formação continuada;

XI - o aproveitamento e o reconhecimento da formação, do aprendizado anterior e da experiência laboral pertinente, em instituições educativas e em outras atividades;

XII - os projetos pedagógicos das instituições formadoras que reflitam a especificidade da formação dos profissionais da educação básica, que assegurem a organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorram para essa formação e a sólida base teórica e interdisciplinar e que efetivem a integração entre teoria e as práticas profissionais;

XIII - a compreensão do espaço educativo na educação básica como espaço de aprendizagem, de convívio cooperativo, seguro, criativo e adequadamente equipado para o pleno aproveitamento das potencialidades de estudantes e profissionais da educação básica; e

XIV - a promoção continuada da melhoria da gestão educacional e escolar e o fortalecimento do controle social.

Em de outubro de 2017, o MEC<sup>1</sup> anunciou uma nova política de formação de professores, que entre as medidas estão a Residência Pedagógica, uma Base Nacional para nortear o currículo de formação básica e a ampliação do ensino à distância. São objetivos do MEC com essa política: ampliar a qualidade e o acesso à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, pois “pesquisas indicam que a qualidade do professor é o fator que mais influencia a melhoria do aprendizado” (DEMO, 2012, p.12). O que encaminha para a ideia de que, independentemente das diferenças de renda, de classes sociais e das desigualdades existentes, a qualidade do professor é o que mais pode nos ajudar a melhorar a qualidade da educação. As medidas foram elaboradas com base nas informações do Censo da Educação, divulgado em 2016, que mostram que, dos quase 2,2 milhões de professores da Educação Básica, mais de 480 mil só possuem Ensino Médio e mais de 6 mil, apenas o Fundamental. Cerca de 95 mil têm formação superior, mas não em cursos de licenciatura. Apenas 1,6 milhão possuem formação em licenciatura, porém, muitos desses não atuam em sua área de formação. (Idem, BRASIL, 2017).

Assim sendo, para preencher seus quadros de educadores, diversas secretarias, por falta de opção, são obrigadas a aceitar inscrições de professores com a formação inadequada para a vaga dos concursos. No entanto, é preciso ressaltar que o Plano Nacional de Educação (PNE), prevê que todos os professores da Educação Básica tenham formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam até 2020, o que justifica a demanda de cursos de História Licenciatura EAD que atendam esse público.

Essa lacuna poderá ficar mais explícita a partir de 2020, pois embora a legislação recomende a formação de professores em nível superior, o curso de Magistério, de nível médio, ainda é aceito na Educação infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como suficiente para habilitar o professor. Para contribuir com essas demandas, a Universidade Aberta do Brasil, ampliou a oferta e o acesso de cursos de graduação e programas de educação superior, por meio da educação a distância. “A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7041/mec-anuncia-nova-politica-de-formacaode-professores-com-residencia-pedagogica-a-partir-de-2018>. Acesso em: 18/ ago. 2020.

educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados” (BRASIL, 2017)<sup>2</sup>.

É também objetivo do programa o de “reduzir desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância” (BRASIL, idem). O governo esclareceu (Idem, BRASIL, 2017) que a UAB vai oferecer 250 mil vagas entre 2017 e 2018, sendo 75% delas reservadas para a formação de professores em seu primeiro ou segundo curso em licenciatura, com aprofundamento em áreas como Matemática, Português e tecnologias de informação e comunicação. Tais ações governamentais visam contribuir para minimizar uma das fragilidades do sistema educacional brasileiro, que é o reconhecimento de que muitos professores que atuam na Educação Básica sem a formação adequada para a função.

No contexto da realidade educacional atual e buscando atender aos documentos oficiais que regem a educação nacional, entre eles: o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005/14), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/1996); as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP 02/2019), em cursos de Licenciatura, de graduação plena, presenciais ou na modalidade a distância, justifica-se a necessidade de concretização do curso de Licenciatura em História na modalidade a distância. Nesse sentido, considerando o número de estudantes e profissionais que poderiam ser beneficiados pela criação desse curso e, especialmente a demanda de graduar até 2027 educadores para essas duas Regiões Funcionais.

Percebemos inovação como uma ruptura na maneira “habitual” de fazer as coisas, uma descontinuidade com relação às alternativas existentes, oferecendo outras opções para problemas coletivos e com relevância social. Um dos motivos para a busca de alternativas diferentes para a formação docente está apoiado no contexto do quadro educacional do Brasil, cujos índices de aprendizagem na Educação Básica, estão aquém dos desejados. Além desses motivos, é preciso considerar que a orientação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aponta na direção de “assegurar flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://portal.mec.gov.br/uab>. Acesso em: 15 out. 2017.

alunos”. Essa orientação não parece estar sendo considerada, como é possível perceber na análise dos currículos dos cursos de licenciatura realizado por Gatti e Barreto (2009), que em suas conclusões descrevem:

Pela análise realizada foi possível constatar que:

- a) o currículo proposto pelos cursos de formação de professores tem uma característica fragmentária, apresentando um conjunto disciplinar bastante disperso;
- b) a análise das ementas revelou que, mesmo dentre as disciplinas de formação específica, predominam as abordagens de caráter mais descritivo e que se preocupam menos em relacionar adequadamente as teorias com as práticas;
- c) as disciplinas referentes à formação profissional específica apresentam ementas que registram preocupação com as justificativas sobre “o porquê” ensinar, o que, de certo modo, contribuiria para evitar que essas matérias se transformassem em meros receituários; entretanto, só de forma muito incipiente registram “o quê” e “como” ensinar;
- d) a proporção de horas dedicadas às disciplinas referentes à formação profissional específica é de 30%, ficando 70% para as outras matérias oferecidas nas instituições formadoras.

Cabe a ressalva, já feita na análise das ementas, segundo a qual, nas disciplinas de formação profissional, predominam os referenciais teóricos de natureza sociológica, psicológica ou outros, com associação em poucos casos às práticas educacionais (p.233). O parecer CNE 776/976, já comentado, também sugere a necessidade de revisão de “toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.” (p.1). Pela análise procedida por Gatti (2009), as informações do Censo do Ensino Superior (2016) possibilitam inferir que a maioria dos cursos está tendo dificuldades em encaminhar essa sugestão. Na elaboração dessa proposta de curso, concordamos também com o parecer dos relatores do CNE 776/97, que os cursos de graduação precisam “abandonar as características de que muitas vezes se revestem, [...] de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, [...] preparando o graduando para os desafios das rápidas transformações da sociedade [...]”. (p.2) Entre

a data desse parecer (1997) e o estudo de Gatti (2009), doze anos se passaram. Parece não ter sido tempo suficiente para modificar a forma e o conteúdo amalgamado de muitos cursos de formação de professores.

Os cursos de graduação necessitam ser conduzidos, através das Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimentos e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar autonomamente os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Nesse sentido, planejamos o curso considerando também as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação (BRASIL, 2019), elaboradas com o propósito de atender às atuais demandas de democratização e as exigências de qualidade do ensino da sociedade brasileira, bem como estabelecer bases comuns para os sistemas e instituições de ensino. As DCNs sinalizam para a necessidade da organização de um currículo que enfatiza a diminuição do distanciamento entre a formação acadêmica e a formação para a prática. Conforme as DCNs o perfil do egresso necessita atender competências e habilidades voltadas para o exercício profissional da docência, muitas vezes relevada, em cursos de licenciaturas específicas, enfatizando componentes cujo conteúdo é acessível por outros meios, em detrimento das matérias pedagógicas, que deveriam ser o cerne dos cursos de licenciatura, cujo foco é formar professores habilitados para a docência (BRASIL, 2017). Também são enfatizadas no currículo, entre outros aspectos, a diversidade sociocultural e regional do país, a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas e a autonomia universitária, tanto no que diz respeito às questões teóricas quanto às metodológicas próprias da História como campo de conhecimento.

### 1.3.3 Histórico do curso

O curso de História Licenciatura EAD iniciou em abril de 2021, com atendimento a 5 polos e 250 vagas distribuídas na região central do Rio Grande do Sul, nas cidades de Candelária, São João do Polêsine, Jacuizinho, Seberi e Sarandi. Essa primeira oferta foi impactada pela pandemia de COVID-19, a qual exigiu adaptações para o momento histórico. Após dois anos dessa primeira oferta, deliberou-se pela continuidade da oferta em polos UAB. Assim, nesta nova oferta, estão sendo atendidos 5 polos: Restinga Seca, Bagé, Uruguaiana, Itaqui e Três de Maio, sendo oferecidas 150 novas vagas. O curso conta com um novo Projeto Pedagógico de Curso, que apresenta a curricularização da Extensão, além de aperfeiçoamento e reestruturação do curso.

### 1.4 Apresentação do curso

Neste tópico são descritas a administração do câmpus, as informações sobre o funcionamento do curso e as formas de ingresso.

#### 1.4.1 Administração do Campus São Borja

A interface administrativa do curso de História é a administração acadêmica do Campus São Borja, a qual se articula com a estrutura organizacional da UNIPAMPA, conforme estatuto e regimento da Universidade (UNIPAMPA/CONSUNI, 2010). Constituem a administração acadêmica do Campus:

- A. **Conselho do Campus:** órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Campus. Com a seguinte composição:
  - a. Coordenadores(as) de Cursos de graduação e pós-graduação do Campus;
  - b. Coordenador(a) da Comissão de Pesquisa;
  - c. Coordenador(a) da Comissão de Extensão;
  - d. Representação docente;
  - e. Representação dos técnico-administrativos em educação;
  - f. Representação discente;
  - g. Representação da comunidade externa.
- B. **Direção:** integrada por:
  - a. Diretor(a);
  - b. Coordenador(a) Acadêmico(a);

- c. Coordenador(a) Administrativo(a).
- C. **Coordenação Acadêmica:** Integrada por:
  - a. Coordenador(a) Acadêmico(a);
  - b. Coordenadores(as) de Curso do Campus;
  - c. Núcleo de Desenvolvimento Educacional-NuDE;
  - d. Comissões Locais de Ensino, de Pesquisa e de Extensão: tais comissões são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão) que têm por finalidade planejar e avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, de pesquisa e extensão de natureza acadêmica, respectivamente, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos em educação e representantes discentes;
  - e. Secretaria Acadêmica;
  - f. Biblioteca do Campus;
  - g. Laboratórios de ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.
- D. **Coordenação Administrativa:** Integrada por:
  - a. Coordenador(a) Administrativo(a);
  - b. Secretaria Administrativa;
  - c. Setor de Orçamento e Finanças;
  - d. Setor de Material e Patrimônio;
  - e. Setor de Pessoal;
  - f. Setor de Infraestrutura;
  - g. Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do campus;
  - h. Setor de Frota e Logística.

#### 1.4.2 Funcionamento do curso

O calendário acadêmico da UNIPAMPA é proposto pela Pró-Reitoria de Graduação e homologado pelo CONSUNI. A resolução 253, de 12 de setembro de 2019 estabelece a estrutura organizacional e as normas para atividades e organização do calendário acadêmico da Universidade Federal do Pampa. O calendário deve

consignar, anualmente, as datas e os prazos estabelecidos para as principais atividades acadêmicas a serem realizadas nos Campi (UNIPAMPA/CONSUNI, 2011). O calendário acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 (cem) dias letivos cada um. Entre dois períodos letivos regulares, o calendário acadêmico indica um período especial com duração de, no mínimo, 2 (duas) semanas e, no máximo, 6 (seis) semanas. A carga horária de aula (hora-aula) é de 55 minutos, o que permite que os componentes sejam integralizados em 18 semanas. O Ingresso se dá por meio do Enem, e nota do ensino médio. Será ofertado 30 vagas por polo, como o curso é de oferta única aconselha-se o aluno(a) que faça todos os componentes curriculares ofertados, mesmo que possa acontecer o re-percurso no decorrer do curso. Os polos têm suas estruturas próprias vinculadas aos seus municípios, o curso disponibiliza um tutor presencial no polo para atendimento aos alunos.

#### **1.4.3 Carga horária e respectiva distribuição no curso**

A matriz curricular do curso de História Licenciatura é estruturada em 8 semestres. O regime de matrícula é semestral, por componente curricular e respectiva carga horária/créditos, sendo que, cada 15 horas correspondem a um crédito. Enquanto currículo, o Projeto Pedagógico de Curso está organizado da seguinte forma: o currículo prevê **3.250 horas**, desenvolvidas nos seguintes componentes curriculares:

- A. Componentes curriculares obrigatórios de natureza técnico-científico **2.820 horas;**
- B. Trabalho de conclusão de curso **60 horas;**
- C. Prática como componente curricular **420 horas;**
- D. Estágio curricular supervisionado **405 horas;**
- E. Componentes curriculares complementares de graduação: **60 horas;**
- F. Atividades Complementares de Graduação (ACGs): **45 horas;**
- G. Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEEs): **325 horas.**

O currículo composto por atividades complementares prevê o mínimo de **45 horas** de atividades complementares de graduação (ACGs), caracterizadas por atividades de ensino, pesquisa, extensão, culturais, artísticas, sociais e de gestão, as quais são obrigatórias e desenvolvidas ao longo do curso.

A carga horária total prevista para o currículo é de **3.250 horas** e atende a legislação da área de conhecimento do curso.

Ainda em relação ao currículo composto por atividades complementares obrigatórias, o Curso de História Licenciatura, com o objetivo de diversificar a formação, prevê a oferta de **60 horas** de componentes curriculares complementares de graduação (CCCG) a serem realizados pelo acadêmico.

### **1.4.3 Atividades presenciais**

As atividades presenciais atendem à Portaria 742/2018: "Art. 100, § 3º. A oferta de atividades presenciais em cursos de EaD deve observar o limite máximo de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso ressalvadas a carga horária referente ao estágio obrigatório, e as especificidades previstas nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, (NR)" envolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão. São realizadas em momentos diferenciados tais como:

- Nas visitas dos professores aos polos, para ministrarem aulas presenciais;
- Nos trabalhos de campo realizados conforme programação e organização dos polos, juntamente com docente de componente curricular oferecido no semestre, bem como nas ações de extensão que envolvem docente, aluno e comunidade;
- Nas participações em eventos que são organizados por Instituições de Ensino ou Associações;

De modo mais expressivo, as atividades presenciais realizam-se semanalmente, nos polos de apoio presencial, através do atendimento dos tutores presenciais que têm disponibilidade de 20h para atendimento dos alunos. Este acompanhamento tem como objetivo principal sanar dúvidas e acompanhá-los nas atividades propostas pelos professores de cada componente curricular ofertado no semestre em vigor. Este atendimento varia de polo para polo, considerando as especificidades de cada turma.

No entanto, é dado um atendimento diferenciado a cada aluno que apresentar uma dificuldade específica em relação aos conteúdos e atividades propostas pelos professores. A cada final do mês, cada tutor encaminha o relatório das atividades realizadas, sendo este avaliado pelo coordenador de curso e postado no Fórum dos Tutores, no Mural da Coordenação (Moodle) para que possa ser acessado por todos.

#### 1.4.4 Formas de ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, observando as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa, Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019. A seguir são apresentadas as formas de ingresso:

- I. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC);
- II. Chamada por Nota do ENEM;
- III. Ingresso via edital específico.

O preenchimento de vagas ociosas será realizado via Processo Seletivo Complementar ou via editais específicos aprovados pelo Conselho Universitário.

##### 1. Do ingresso via Sistema de Seleção Unificada (SiSU):

I. O Sistema de Seleção Unificada – SiSU é o sistema um Sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de Ensino superior que dele participarem.

II. O ingresso via SiSU é regulado pelo Ministério da Educação (MEC) e por editais internos da UNIPAMPA.

III. A participação da UNIPAMPA no SiSU será formalizada semestralmente por meio da assinatura de Termo de Adesão, que observará o disposto em edital específico do MEC.

##### 2. O ingresso via chamada por nota do ENEM pode ocorrer:

I. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, com oferta de parte das vagas anuais autorizadas, antes do processo de ingresso via SiSU;

- II. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas ociosas, antes do processo de ingresso via SiSU;
- III. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas não preenchidas via SiSU;
- IV. Para ingresso no semestre letivo regular seguinte ao início do Curso, antes do Processo Seletivo Complementar.

3. Do ingresso via edital específico:

I. Cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento externo podem ter processos de ingresso distintos dos demais, em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares.

4. Ações afirmativas institucionais:

I. Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

II. Ação Afirmativa para Pessoas autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

Podem ser criadas outras ações afirmativas para ingresso nos cursos de graduação, desde que autorizadas pelo Conselho Universitário.

5. Do Processo seletivo complementar:

O Processo Seletivo Complementar é promovido semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, visando o preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos. É destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos

portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA, aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolam o prazo máximo de integralização do curso e que desejam reingressar e aos ex-discentes de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

São modalidades do Processo Seletivo Complementar:

- I. Segundo ciclo de formação - é a modalidade de Processo Seletivo complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA;
- II. Reingresso - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da UNIPAMPA em situação de abandono, cancelamento ou desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares consecutivos;
- III. Conclusão da Primeira Graduação - é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação;
- IV. Reopção de curso - é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu Curso de origem na UNIPAMPA;
- V. Transferência voluntária - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação, pode solicitar ingresso em Curso de graduação da UNIPAMPA;
- VI. Portador de diploma - é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do País, credenciadas conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

6. As outras formas de ingresso na Unipampa compreendem as seguintes modalidades:

I. Transferência Ex-officio - é a forma de ingresso concedida a servidor público federal civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do câmpus pretendido ou município próximo, na forma da Lei nº 9.536, 11 de dezembro de 1997 e do Parágrafo único do Art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II. Programa de Estudantes-Convênio - conforme Decreto 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais;

III. Matrícula de Cortesia - consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de Junho de 1984, e Portaria MEC nº 121, de 02 de Outubro de 1984, somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade;

O Conselho Universitário pode autorizar outros processos seletivos, além dos descritos.

7. Dos estudos temporários:

Os estudos temporários caracterizam a participação de estudantes em componentes curriculares de graduação, mediante Plano de Estudo devidamente aprovado. Podem ser realizados conforme as seguintes modalidades:

I. Regime Especial de Graduação - A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica;

II. Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional – permite ao discente da UNIPAMPA cursar temporariamente componentes curriculares em câmpus distinto daquele que faz a oferta do Curso ao qual o discente está vinculado;

III. Mobilidade Acadêmica Interinstitucional - permite ao discente de outra IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária; e permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária.

O discente com deficiência que ingressar na UNIPAMPA, por meio de ações afirmativas, de acordo com a Resolução CONSUNI 328/2021, passará por uma entrevista, no ato de confirmação da vaga, com a finalidade de identificar as tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente com deficiência, a UNIPAMPA deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica, no momento do ingresso na instituição, poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto ao interface do NInA.

Na oferta do curso de Licenciatura em História para o semestre 2023/2, serão oferecidas 150 vagas, distribuídas entre os 5 novos polos, assim sendo disponibilizadas 30 vagas para cada um dos polos presenciais da UAB. Nesta oferta, especificamente, o processo de seleção se dará através de edital específico, onde os candidatos serão selecionados por nota do Ensino Médio, nos termos que serão ditados no edital.

## **2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

### **2.1 Políticas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso**

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019/2023), as políticas de ensino, pesquisa e extensão da UNIPAMPA devem levar à formação de um egresso crítico, com autonomia intelectual construída a partir da interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Que a interação entre estas políticas possibilite que os

profissionais formados façam uma leitura crítica da realidade e, a partir desta leitura, operem transformações positivas na sociedade em que estiverem inseridos. Neste contexto é que estão enquadradas as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso de História Licenciatura EaD.

### 2.1.1 Políticas de Ensino

Conforme PDI (2019/2023, p.27-29), a política de ensino fundamenta-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, orientando-se pela Constituição Federal, em seu art. 207: “As universidades gozam de autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

Seguindo esse princípio, o ensino é uma das missões institucionais importantes para a produção de conhecimento, educação e formação do estudante cidadão e profissional, atuando estrategicamente vinculado a pesquisa e extensão, na graduação e na pós-graduação, de acordo com as características de uma universidade, expressas no art. 52 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Considerando essas premissas legais e as características institucionais e da região, podemos destacar concepções mais abrangentes de desenvolvimento de ensino, tais como conhecimento, formação humana, cidadania, valores éticos e transformação social, que permeiam o perfil de egresso com sólida formação acadêmica generalista, emancipatória e humanística, o qual fomenta o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos. Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, o ensino deve ser pautado pelos seguintes princípios específicos:

- **Formação cidadã**, que atenda o perfil do egresso autônomo, participativo, responsável, crítico, pesquisador, criativo, ético, reflexivo, comprometido com o desenvolvimento e capaz de agir e interagir num mundo globalizado;
- **Compromisso com a articulação entre educação básica e educação superior**, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas e da extensão de forma que aproximem os dois níveis acadêmicos;

- **Qualidade acadêmica**, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos em sintonia com as demandas da educação superior nacional e internacional, na flexibilidade, acessibilidade e inovação das práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e comprometido com os interesses da sociedade;
- **Universalidade de conhecimentos e concepções pedagógicas**, valorizando a multiplicidade, interculturalidade, multi e interdisciplinaridade de saberes e práticas, e a apreensão de conceitos e paradigmas inovadores, como forma de possibilitar ao indivíduo o pleno exercício da cidadania responsável, assim como a qualificação profissional, condições indispensáveis para sua inserção e ascensão na sociedade;
- **Autonomia e aprendizagem contínua**, como centro do processo educativo, a partir de uma pedagogia que promova o protagonismo do aluno e sua participação ativa na vida acadêmica;
- **Equidade de condições** para acesso, permanência e sucesso no âmbito da educação superior, considerando-a como bem público e direito universal do cidadão, capaz de contribuir para a redução de desigualdades sociais, regionais e étnico-culturais;
- **Inovação pedagógica**, que reconhece formas interculturais de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos;
- **Extensão como eixo da formação acadêmica**, garantindo a articulação, por meio da sua inserção na matriz curricular dos cursos de graduação, fortalecendo a relação entre a teoria e a prática profissional com potencial de inserção na sociedade e, especialmente, na comunidade regional;
- **Pesquisa como princípio educativo**, como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação, em que a pesquisa e a inovação atendam demandas regionais, assim como a internacionalização seja um eixo presente em ambos os níveis;
- **Institucionalização da mobilidade acadêmica nacional e internacional**, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação, tendo a internacionalização presente com eixo norteador em nível de graduação e pós-graduação;

- **Inserção internacional** desenvolvendo uma **política linguística** no nível de graduação, pós-graduação e gestão, por meio do ensino de língua inglesa, sem fragilizar o contexto regional de fortalecimento da língua portuguesa, espanhola, LIBRAS, mandarim e línguas minoritárias.

Considerando os princípios de ensino definidos, a UNIPAMPA é desafiada a desenvolver continuamente: a qualidade do ensino e a gestão democrática, de modo a superar fragilidades e riscos, por meio da formação continuada do corpo docente e técnico-administrativo em educação; a revisão e atualização dos projetos pedagógicos de curso; o estímulo de práticas que envolvam metodologia ativa; o fortalecimento das tecnologias da informação e da comunicação e das especificidades da Educação a Distância, integrando as modalidades de ensino.

Esses desafios acompanham a garantia da qualidade da educação em cada uma das atividades fins: ensino, pesquisa e extensão, assim como o desenvolvimento das práticas profissionais e sociais, considerando a estrutura acadêmica de uma universidade *multicampi*.

### **2.1.2 Políticas de Pesquisa**

Conforme PDI (2019/2023, p.29-31) as atividades de pesquisa são direcionadas à produção de conhecimento, associando estratégias didáticas e metodológicas que envolvam professores, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Para viabilizar processos que promovam a interação entre docentes, discentes e técnico administrativos são incentivadas práticas, como a formação de grupos de pesquisa institucionais e a participação de pesquisadores e discentes em redes de pesquisa associadas a órgãos nacionais e internacionais. Além desses, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, em sua quase totalidade, atuam na realização de trabalhos de conclusão, que demandam dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos. Desse modo, os egressos saem dos cursos tendo experienciado vivências inerentes aos projetos de pesquisa, o que, para muitos, acaba sendo uma experiência decisória nas suas trajetórias profissionais.

O processo de pesquisa, articulado com outros componentes curriculares, contribui para aprendizagens, como a busca de alternativas para a solução de problemas, o estabelecimento de metas, a criação e a aplicação de modelos, a produção, a redação e a difusão dos resultados, compartilhando conhecimento científico. A construção da relação da pesquisa com o ensino e a extensão contribui para uma leitura contínua e crítica da realidade. A pesquisa acadêmica, muitas vezes, demanda recursos que são distribuídos por órgãos de fomento, cujo orçamento tem sido reiteradamente afetado pelo cenário das contas públicas, forçando o aumento de critérios seletivos. Nesse contexto, as políticas de gestão precisam considerar as demandas atuais, planejando estratégias que aproximem os pesquisadores de todos os *campi* na busca do compartilhamento de recursos e do saber. Por meio de editais e chamadas internas, lançados anualmente, objetiva-se suprir a falta de recursos externos de fomento à pesquisa científica e tecnológica na Universidade. A UNIPAMPA tem, desde 2009, aumentado gradualmente o número de bolsas oferecidas tanto por meio de fomento externo com financiamento CNPq e FAPERGS quanto com financiamento da Instituição, voltadas ao fomento de ações de iniciação à pesquisa científica, tecnológica e inovação na Universidade. Estes são sendo os principais programas:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas PIBIC/AF/CNPq/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIBITI/CNPq/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio PIBIC/EM/UNIPAMPA;
- Programa institucional de Bolsas de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PROBITI/FAPERGS/UNIPAMPA.

Além desses editais de fomento externo, foram lançados editais de Apoio a Grupos de Pesquisa (AGP), Apoio à Pós-Graduação (APPG) e Apoio à Inovação (INOVAPAMPA).

A formação, a consolidação e a integração entre os grupos de pesquisa na Universidade também são objetivos da Instituição. Entre os objetivos da pesquisa, está o fortalecimento da ciência, tecnologia, inovação e do empreendedorismo, visando a ações que promovam o constante diálogo em prol do desenvolvimento sustentado, respeitando princípios éticos, incentivando as diferentes áreas do conhecimento para que possibilitem a projeção da Instituição no plano nacional e internacional. Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, a pesquisa e a pós-graduação serão pautadas pelos seguintes princípios específicos:

- Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
- Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável e regional;
- Incentivo a programas de colaboração em redes de pesquisa nacional e internacional;
- Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científicos e intercâmbio de docentes no País e no exterior, por meio de parcerias com instituições de pesquisa e desenvolvimento.

A inovação deve promover e impulsionar o empreendedorismo tecnológico e a transferência de tecnologia gerada na Instituição, além de propiciar ao futuro egresso a internalização da cultura inovadora através de ações de busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento e adoção de novos produtos, processos ou técnicas organizacionais capazes de agregar valor às organizações, buscando institucionalizar o setor de apoio a patentes e registros do conhecimento gerado no âmbito dos projetos de pesquisa da Universidade e também aproximar os setores primário, secundário e terciário da Universidade, promovendo parcerias que gerem: ambiente produtivo, inovador e empreendedor; fomento externo associado às pesquisas com potencial inovador; formação de recursos humanos com visão empreendedora e fortalecimento das ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional. O ambiente universitário oportuniza e identifica ações de natureza empreendedora e

inovadora. À medida que parcerias com o setor privado forem constituídas, novas possibilidades de aporte de recurso serão lançadas, pela participação da Universidade e de pesquisadores em editais que fomentem projetos e programas que envolvam o meio acadêmico e o meio empresarial. Dessa forma, a Instituição posiciona-se, cada vez mais, como um vetor do desenvolvimento econômico, social e cultural regional.

A pesquisa é realizada na sua indissociabilidade com o ensino, sendo que os componentes curriculares estimulam ações de pesquisa. Os componentes de Prática Pedagógica incentivam a realização de pesquisas dos alunos. A História Licenciatura EAD promove também projetos de pesquisa registrados na plataforma institucional da UNIPAMPA, como a pesquisa “Preservação da memória institucional no exército brasileiro: o caso da Companhia Souza Docca”.

### **2.1.3 Políticas de Extensão**

Conforme PDI (2019-2023, p.31-34) a extensão universitária é regulamentada pela Resolução nº 317/2021 e a Instrução Normativa nº 18 de 05 de agosto de 2021, que normatiza a ação institucional “UNIPAMPA Cidadã”, que regem a concepção, o registro e a execução das ações de extensão, conforme princípios conceituais definidos no Plano Nacional de Extensão. Nessa concepção, a extensão assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico bem como pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica.

Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O caráter dinâmico e significativo da vivência que se proporciona ao estudante por meio das ações de extensão exige que a própria Universidade repense a estrutura curricular existente numa perspectiva da flexibilização, que se manifesta por meio da inserção das ações de extensão na matriz curricular dos cursos de graduação e se encontra fundamentada na meta 12.7 do Plano

Nacional de Educação e na Resolução CNE/CES nº 7/18, que regulamenta a referida meta.

As estratégias de inserção das ações de extensão serão realizadas pelos cursos de graduação através de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços em diferentes cursos e IES, no Brasil e no exterior. A partir desse contexto, a Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA é pautada pelos seguintes princípios:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;
- Impacto e transformação: cada atividade de extensão da Universidade deve contribuir efetivamente para a mitigação dos problemas sociais e o desenvolvimento da região;
- Interação dialógica: as ações devem propiciar o diálogo entre a Universidade e comunidade externa, entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes. A extensão deve promover o diálogo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas e, ao mesmo tempo, deve contribuir para o diálogo permanente no ambiente interno da Universidade;
- Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;
- Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;
- Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar todo o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. As ações indissociáveis podem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;
- Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;
- Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;

- Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes.
- Diante desses princípios, estas são Políticas de Extensão e Cultura, descritas no PDI (2019-2023):

A. Fomentar a extensão e a cultura: o fomento contínuo à extensão e à cultura é a iniciativa basilar para manutenção e desenvolvimento de todas as ações de extensão da Universidade. Além da proposição de ações integradas à comunidade externa, a consolidação de um ambiente acadêmico extensionista contribui positivamente com diversos aspectos envolvendo a formação acadêmica, humanização de relações, reconhecimento de saberes e otimização das práticas institucionais. As ações são incentivadas por meio de editais da extensão e programas específicos, conforme normas e regulamentos vigentes. Assim, tem-se como objetivo manter os editais regularmente lançados e expandir as políticas de editais relacionadas à formação continuada na modalidade a distância e ainda o programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa.

B. Qualificar a extensão: a busca pela qualificação progressiva das ações de extensão deve permear todos os processos em que ela atua, desde a formação dos extensionistas, a contínua evolução dos editais e a melhoria dos sistemas. Especificamente, são realizadas iniciativas como curso de práticas extensionistas para servidores, calendário de reuniões com a Comissão Superior de Extensão, reuniões mensais itinerantes da extensão nos campi e participação no SEURS. A qualificação da extensão se mantém nos próximos cinco anos, através das ações já realizadas e, de forma específica, por meio de ações de formação nos campi voltadas para a concretização da inserção das ações de extensão nos cursos de graduação;

C. Promover cultura e arte na Universidade e na região: a promoção de atividades artístico-culturais configura-se como uma demanda histórica da região, um aspecto importante na formação acadêmica e pessoal, e no bem-estar de todos que vivenciam a Universidade;

D. Divulgar ações extensionistas e culturais: considerando sua vasta região e a estrutura multicampi, a comunicação e divulgação das atividades realizadas deve ser uma constante para a melhoria, visibilidade e transparência das ações de extensão e cultura. Nesse sentido, são desenvolvidas iniciativas como o informativo "Em Rede", a

página Institucional da PROEXT e o Planetário, além de participação no SEURS e no SIEPE. Menciona-se ainda a estruturação da própria editora e a elaboração da Revista de Extensão da UNIPAMPA.

E. Responsabilidade social, em atenção a demandas nacionais e internacionais: por meio dessa política, sustenta-se o compromisso da Universidade em ser protagonista no debate e na promoção de ações efetivas de interesse geral da comunidade ou que colaborem para promoção do bem-estar social. São exemplos de iniciativas realizadas nesta política: as ações em apoio ao movimento Eles por Elas (HeForShe) da ONU, mulheres na UNIPAMPA, o Programa Arborização Urbana e Cidadania, Universidade Aberta à Pessoa Idosa, Combate ao *Aedes aegypti*, Educação Empreendedora e Projeto Rondon. Através dessas ações, estão contempladas a promoção da igualdade de gênero na Universidade e a conscientização aos variados tipos de violência contra a mulher. De uma forma ainda mais ampla, serão abordadas questões de diversidade – incluindo-se a temática da pessoa idosa e das ações afirmativas;

F. Formação continuada aos profissionais da educação básica: reconhecendo a educação básica como vetor para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária bem como sua importância para a mitigação de desafios históricos da região, o fomento continuado à formação desses profissionais é uma estratégia de ação visando a um efetivo impacto na realidade da educação na região em que atua. Para o próximo quinquênio, tem-se como o foco, além de manter o fomento vigente, incentivar ações na modalidade a distância a fim de ampliar o número de pessoas atingidas pelas ações de formação;

G. Avaliação contínua da extensão universitária: a avaliação da extensão universitária tem um longo percurso de discussão nas instituições, que culmina na Resolução CNE/CES nº 7/18, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Suas bases teóricas e metodológicas foram concebidas a partir de 1999 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Em 2015, o FORPROEX criou o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Indicadores de Avaliação da Extensão, a fim de estabelecer um parâmetro nacional básico para as universidades públicas brasileiras. Com base nesse trabalho, elencam-se a seguir, os indicadores que serão utilizados na

avaliação institucional, para demonstrar a evolução e os resultados da extensão e cultura no âmbito da UNIPAMPA:

- Institucionalização da extensão;
- Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão;
- Parcerias interinstitucionais;
- Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão;
- Participação de servidores na extensão;
- Ações de extensão dirigidas às escolas públicas, incluindo a formação continuada de docentes da educação básica;
- Impacto da ação de extensão na comunidade universitária.

## **2.2 Objetivos do Curso**

### **2.2.1 Objetivo Geral**

O curso de História Licenciatura EaD, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA tem por Objetivo Geral:

Formar professores para atuar na Educação Básica oportunizando a aprendizagem da História nas suas diversas perspectivas. Preparar professores de História que compreendam o sistema educacional, que possuam autonomia intelectual e desenvolvam consciência crítica dos problemas contemporâneos no trato das questões históricas e pedagógicas.

### **2.2.2 Objetivos Específicos**

O curso de História, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA tem por **Objetivos Específicos**:

- A. Capacitar ao exercício do trabalho de licenciados(as) em História, em todas as suas dimensões, o que supõe domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção, crítica e difusão;
- B. Problematizar as múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos e a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;

- C. Busca de competências, mediante o desenvolvimento de habilidades específicas, esperando-se que a natureza relacional do saber histórico contribua efetivamente para a formação de indivíduos indagadores, criativos e autônomos, que intervenham propositivamente na sociedade;
- D. Desenvolver competências e habilidades que proporcionem aos futuros(as) licenciados(as) em História uma prática profissional responsável, ética e comprometida com a qualificação da Educação Básica do país e da região;
- E. Contribuir para a formação de docentes comprometidos com a aprendizagem dos alunos, a produção e a socialização do conhecimento pertinente (MORIN, 2000);
- F. Oportunizar a formação de professores de História habilitados para o exercício da docência nesse componente curricular na Educação Básica do Brasil;
- G. Desenvolver estratégias de aprendizagem adequadas, considerando a diversidade do público alvo, a metodologia do ensino à distância, visando a reconstrução e a ressignificação do conhecimento pelos sujeitos;
- H. Contribuir para a formação de um profissional socialmente responsável, comprometido em contribuir para qualificar a vida da população brasileira, considerando a inclusão e a sustentabilidade;
- I. Oferecer uma formação profissional de qualidade numa perspectiva de educação humanizada;
- J. Desenvolver a capacidade de analisar e atuar na sociedade contemporânea a partir dos saberes historiográficos;
- K. Formar um profissional apto a compreender e promover soluções para problemas sociais e ambientais de sua comunidade;
- L. Formar educadores comprometidos com o ensino da História;
- M. Formar profissionais capacitados a desenvolver propostas pedagógicas interdisciplinares.

Para esclarecer os conceitos que perpassam esses objetivos, julgamos relevante explicitar as concepções e pressupostos que o embasam.

Em relação ao conceito de 'formação', concordamos com Morin (2012), que percebe relações dessa palavra com 'molde', 'adequação', e enfatiza que a missão do

didatismo precisa ser a de encorajar o autodidatismo, despertando, provocando, favorecendo a autonomia do espírito. (MORIN, 2012, p.11- grifo nosso).

Significa afirmar que formação para nós é contribuir para a autonomia intelectual dos alunos, para que aprendam a aprender, a selecionar informações, priorizar conteúdos, fazer escolhas, posicionar-se criticamente, argumentar sobre seus posicionamentos, ouvir o outro, respeitar a diversidade, valorizar a vida, a ética, a terra, o planeta, o mundo, reconhecendo sua incompletude e a do conhecimento.

Compactuamos também com a ideia de que a qualidade da formação docente vem sendo apontada como fator com potencial determinante para a qualificação dos processos de ensino, de aprendizagem (IMBERNON, 2007; DEMO, 2012), que o desempenho do discente é dependente/autônomo da qualidade da prática docente, que por sua vez, está articulada com a (auto)formação continuada e permanente que objetiva refletir criticamente sobre o cotidiano da ação a fim de qualificá-la.

Nesse sentido, nada é mais importante do que um professor que aprende continuamente, para que o aluno aprenda (DEMO, 2012), porque, qualidade docente é o fator mais incisivo entre as condições para que o aluno possa aprender bem, mesmo que não seja a única (DARLING-HAMMOND, 2005, 2009), porque não há docência sem discência (FREIRE, 1997) e só ensina quem aprende (GROSSI, 1998).

O objetivo da profissão docente é a aprendizagem de todos os alunos, consequentemente o professor é o profissional da aprendizagem (DEMO, 2008).

A meta, o produto do seu trabalho é a aprendizagem dos seus alunos. Sendo assim, seu papel é planejar, elaborar, desenvolver estratégias para oportunizar que todos os alunos aprendam os conteúdos que deseja ensinar, ciente de que:

- a) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou reconstrução (FREIRE, 1997).
- b) Aprender demanda pensamento, reconstrução, (res)significação, atribuição de sentido ao conteúdo, incorporando/relacionando/articulando com uma base conceitual subjetiva existente. (DEMO, 2012).
- c) Aprender significa reconstruir relações entre o conhecimento prévio e a nova informação. (POZO, 2014).
- d) Ser capaz de reproduzir ideias alheias não é sinônimo de aprendizagem.

e) Memorizar sem significar não é aprender, pois, a memória viaja leve, só leva o que tem serventia e o que dá prazer (ALVES, 2002).

f) Por isso, uma das estratégias didáticas mais produtivas envolve promover, potencializar a interação entre os saberes dos sujeitos, partindo do seu conhecimento para ir além, conscientes de que o “[...] conhecimento progride pela capacidade de contextualizar e englobar” (MORIN, 2012, p.15).

A profissão docente é caracterizada por práticas nas quais a experiência individual pode se converter em coletiva, porém o modo de sistematizar a socialização do conhecimento construído com a experiência profissional, precisa ser organizado com base no conhecimento cientificamente construído sobre como os sujeitos aprendem e como é possível ensiná-los. Fato que também encaminha para a necessidade de (auto) formação pedagógica, pois “o problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento” (MORIN, 1996, p. 176).

O ensino é, então, o meio/instrumento que o professor utiliza para alcançar o fim/propósito de sua profissão: a aprendizagem de todos os alunos. O foco da ação é o aluno. Coerente com essa ideia há necessidade de partir do diagnóstico do conhecimento já existente para ir além, sistematizando e avaliando processualmente os avanços, desenvolvendo ações cotidianas de retroalimentação, para que o sujeito tenha elementos para perceber-se aprendendo, para desejar permanecer no curso e não evadir.

A (auto) formação continuada oportuniza também repensar necessidades, desejos, limitações, possibilidades. Nesse processo de idas e vindas, de atalhos e bifurcações, os professores vão elaborando maneiras de ser e estar na profissão (NÓVOA, 1995). Nesse processo, necessitam considerar a inexistência de obviedades, pois o que é óbvio para um, não o é para o outro, como afirma Lacerda (2002).

### **2.3 Perfil do Egresso**

Considerando o que dispõem as diretrizes curriculares<sup>3</sup>, o “graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões,

---

<sup>3</sup> Parecer CNE/CES 492/2001

o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão”.

A concretização desse perfil será fundamentada a partir das seguintes competências e habilidades, constantes nas Diretrizes Curriculares, a serem desenvolvidas durante o curso, em âmbito geral e específico.

#### **GERAIS:**

- A. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- B. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- C. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
- D. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- E. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- F. Competência na utilização da informática.

#### **ESPECÍFICAS:**

- A. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- B. Domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

### **2.3.1 Campus de Atuação Profissional**

O profissional titulado pelo Curso de História – Licenciatura UAB poderá exercer a docência na Educação Básica, nos ensinos Fundamental e Médio, seja ele público ou privado. Poderá seguir a formação superior em cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu em História ou áreas afins, habilitando-se para a docência no Ensino Superior. Poderá exercer atividades educativas em associações, centros culturais, museus e outros espaços públicos e privados que contemplem o saber histórico e seu

ensino em suas atividades. Poderá exercer a pesquisa em órgãos governamentais ou instituições privadas que necessitem de um profissional para esta área, ou cujos propósitos correlacionem-se com este saber. Poderá atuar na área cultural (museus, turismo, arquivos públicos, etc.) e consultor de materiais didáticos e participar de projetos culturais nos mais diversos âmbitos (governo, instituições privadas e sociedade civil). Poderá envolver-se em projetos educacionais relacionados à história, memória e patrimônio.

### **2.3.2 Habilidades e Competências**

O egresso do curso de Licenciatura em História UAB necessita reconstruir e ressignificar durante o curso, um conjunto de dados, informações, conceitos, procedimentos, atitudes e saberes articulados ao conteúdo dos componentes, bem como as competências profissionais necessárias para desenvolver seu papel com qualidade. O Curso de História – Licenciatura UAB pretende, portanto, a formação de profissionais que exerçam o ensino de História como um dos elementos de transformação da sociedade e de contribuição para a garantia de direitos sociais que preconizam a oferta de uma Educação Básica pública e de qualidade a todos. Na intervenção da realidade presente é fundamental o domínio de conteúdos relativos à História do Brasil e da América, permeados pela dimensão local e regional, bem como do conhecimento e valorização dos elementos africanos e ameríndios que conformam seus processos. A ênfase nas dimensões geográficas e culturais não pressupõe negligenciar uma história global, e sim compreender os elementos nacional e regional, ameríndios e africanos, em relação contínua – e contraditória – com essa história, de mútuas influências e condicionantes.

A formação deste perfil de egresso encontra eco nos componentes curriculares do curso, primordialmente pela necessidade de proporcionar condições e oferecer ferramentas conceituais e operacionais, para que os discentes possam compreender de modo crítico a maneira pela qual a realidade social está construída – a presença de conflitos permeados pela tensão entre inclusão e exclusão social, os problemas de tolerância e respeito ao outro, à pluralidade de identidades, às questões de gênero e o

repensar de ações políticas que tratem de delicadas questões envolvendo a vulnerabilidade educacional, dentre outros fatores.

- Planejar, produzir e utilizar estratégias didáticas adequadas aos conteúdos escolares dos níveis/anos/modalidades de ensino em que irá atuar, identificando o conhecimento prévio dos alunos, viabilizando a aprendizagem de todos, atualizando-se sobre o uso e o avanço das diferentes tecnologias;
- Identificar, analisar e produzir conhecimento sobre situações educacionais com atitude investigativa, interativa e interventiva, através da reflexão crítica cotidiana sobre a sua prática;
- Desenvolver projetos de pesquisas sobre e com os discentes, constituindo grupos de pesquisa, reconhecendo a necessidade de formação permanente e continuada;
- Planejar e desenvolver atividades em grupo, de modo proativo, colaborativo e produtivo;
- Identificar, acompanhar e analisar criticamente políticas públicas relacionadas com a educação.

Conforme CNE/CP 02/2019, o curso atuará no desenvolvimento das seguintes competências Gerais:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem, colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens- verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar

informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

O curso, em consonância com as normativas federais, deverá desenvolver as competências específicas:

**1. Conhecimento Profissional:**

- 1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- 1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- 1.3 Reconhecer os contextos;
- 1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

**2. Prática Profissional:**

- 2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- 2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem;
- 2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino;
- 2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades.

**3. Engajamento Profissional:**

- 3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- 3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- 3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos;
- 3.4 Engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.

## **2.4 Organização Curricular**

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023), a UNIPAMPA tem compromisso com a atualização permanente das propostas curriculares de seus cursos com vistas a assegurar que o egresso tenha um perfil adequado às exigências atuais do mundo do trabalho, mediante ação pedagógica e gestão acadêmico-administrativa articulada e contextualizada.

A estrutura curricular da UNIPAMPA é semestral, sem pré-requisito e sem área de concentração, mas com disciplina do domínio conexo e atividades complementares.

O formato adotado é sequencial, sendo todos os componentes curriculares obrigatórios para que o aluno cumpra o número de créditos e a carga horária necessária para obter a integralização curricular.

São realizados, durante o desenvolvimento do curso: encontros presenciais e seminários temáticos, estudos a distância e avaliações.

Como o curso é de oferta única, os(as) discentes devem realizar todos os componentes da oferta do semestre. Exceções devem ser dialogadas com a coordenação de curso. A carga horária máxima por semestre é de 600 horas, ou seja, 40 créditos. O Moodle é adotado no curso como um ambiente virtual de aprendizagem.

- A infraestrutura de apoio acadêmico e administrativo é composta de: coordenadora do curso, docentes, secretaria acadêmica, tutores e coordenação de tutores;
- A indicação do quantitativo de polos e possibilidades de expansão é de 30 vagas para cada município;
- A entidade executora do projeto é a UNIPAMPA em consonância com o sistema UAB;
- A equipe técnica dos polos é composta por coordenador de polo e tutor presencial;
- O polo deverá manter uma estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades dos discentes da Instituição (polos) e se responsabiliza pela infraestrutura física e equipamentos adequados à realização do trabalho monográfico pelos alunos, tais como: acesso à Internet, a redes de informação e outros recursos indispensáveis à sua realização.

#### **2.4.1 Requisitos para a integralização curricular**

Considera-se integralização curricular a obtenção de carga horária total dos componentes curriculares/atividades fixados no currículo do curso e prevista no Projeto Pedagógico do Curso e a participação ou dispensa do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), conforme Lei nº 10.861/2004.

**Observação:** Somente receberá o diploma o aluno que integralizar o currículo do seu curso.

Em relação à avaliação, de modo geral, a UNIPAMPA adota para todos os cursos uma forma de avaliação do desempenho acadêmico explícita no Capítulo III da Resolução 29, de 28 de abril de 2011.

### Integralização Curricular

Tabela 2 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso

<b>Modalidade da Atividade</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação</b>	<b>2.820</b>
1.1 Trabalho de Conclusão de Curso	60
1.2 Estágio Curricular Obrigatório	405
1.3 Prática como Componente Curricular	420
<b>2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação</b>	<b>60</b>
<b>3. Atividades Complementares de Graduação</b>	<b>45</b>
<b>4. Atividades Curriculares de Extensão</b>	<b>325</b>
4.1 Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	0
4.2 Atividades Curriculares de Extensão Específicas	325
5 Carga horária presencial (para cursos a distância)	230
<b>*Total (soma dos itens 1, 2, 3 e 4.2)</b>	<b>3.250</b>

## 2.4.2 Matriz curricular

**MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA**

Tabela 3 - Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em História EAD/UAB

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Presencial Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
1º	SB0724	Fundamentos da História	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
1º	SB0725	História Antiga	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
1º	SB0726	Fundamentos da Educação	Não	30	0	0	0	0	<b>30</b>	2
1º	SB0727	Metodologia Científica	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
1º	SB0728	Português Básico	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
1º	SB0729	Informática Básica	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
1º	-	Componente Curricular Complementar de Graduação I	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4

Semestre	Código do Componente e Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Presencial Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
2º	SB0730	Formação História do Brasil I	Não	60	0	0	0	0	60	4
2º	SB0731	História Medieval	Não	60	0	0	0	0	60	4
2º	SB0732	História Moderna	Não	60	0	0	0	0	60	4
2º	SB0733	Teoria da História I	Não	60	0	0	0	0	60	4
2º	SB0734	LIBRAS	Não	60	0	0	0	0	60	4
2º	SB0735	Teorias do Currículo e Gestão Escolar	Não	30	0	0	0	0	30	2
2º	SB0736	Prática Pedagógica em História I	Não	0	0	0	60	0	60	4
2º	-	Componente Curricular Complementar de Graduação II	Não	60	0	0	0	0	60	4
3º	SB0737	Formação Histórica Africana	Não	60	0	0	0	0	60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Presencial Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
3º	SB0738	Formação Histórica do Brasil II	Não	45	0	0	0	0	<b>45</b>	3
3º	SB0739	Psicologia da Educação	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
3º	SB0740	Psicologia da Aprendizagem	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
3º	SB0741	Teoria da História II	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
3º	SB0742	Prática Pedagógica em História II	Não	0	0	0	60	0	<b>60</b>	4
3º	-	Componente Curricular Complementar de Graduação III	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
4º	SB0743	Formação Histórica Latino-Americana I	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
4º	SB0744	Estudo da Região das Missões	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
4º	SB0745	Estudo de Fronteira	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Presencial Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
4º	SB0746	Formação Histórica do Brasil III	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
4º	SB0747	Didática	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
4º	SB0748	Prática Pedagógica em História III	Não	0	0	0	60	0	<b>60</b>	4
4º	-	Componente Curricular Complementar de Graduação IV	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
5º	SB0749	História Contemporânea	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
5º	SB0750	Formação Histórica Latino-Americana II	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
5º	SB0751	Patrimônio e Museus	Não	30	0	0	0	0	<b>30</b>	2
5º	SB0752	Prática Pedagógica em História IV	Não	0	0	0	60	0	<b>60</b>	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Presencial Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
5º	SB0753	Estágio Supervisionado I (Rotinas Escolares)	Não	50	0	70	0	0	<b>120</b>	8
5º	-	Componente Curricular Complementar de Graduação V	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
6º	SB0754	Formação Histórica do Brasil IV	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
6º	SB0755	Cartografia e Cartografia Temática	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
6º	SB0756	Cartografia, Documento e Patrimônio	Não	30	0	0	0	0	<b>30</b>	2
6º	SB0757	Prática Pedagógica em História V	Não	0	0	0	60	0	<b>60</b>	4
6º	SB0758	Educação Inclusiva	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
6º	SB0759	Estágio Supervisionado II (História no Ensino	Não	50	0	70	0	0	<b>120</b>	8

Semestre	Código do Componente e Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Presencial Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
		Fundamental)								
6º	-	Componente Curricular Complementar de Graduação VI	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
7º	SB0760	História do Rio Grande do Sul	Não	30	0	0	0	0	<b>30</b>	2
7º	SB0761	História do Espaço Platino	Não	30	0	0	0	0	<b>30</b>	2
7º	SB0762	Formação Histórica do Brasil V	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
7º	SB0763	Etnicidade e Culturas Brasileiras	Não	30	0	0	0	0	<b>30</b>	2
7º	SB0764	Prática Pedagógica em História VI	Não	0	0	0	60	0	<b>60</b>	4
7º	SB0765	Estágio Supervisionado III (História no Ensino Médio)	Não	50	0	70	0	0	<b>120</b>	8

Semestre	Código do Componente e Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Presencial Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
7º	-	Componente Curricular Complementar de Graduação VII	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
8º	SB0766	Políticas Públicas e Meio Ambiente	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
8º	SB0767	Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
8º	SB0768	Metodologia no Ensino de História	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4
8º	SB0769	Prática Pedagógica em História VII	Não	0	0	0	60	0	<b>60</b>	4
8º	SB0770	Estágio Supervisionado IV (História no Ensino de Jovens e Adultos)	Não	25	0	20	0	0	<b>45</b>	3
8º	SB0771	Trabalho de Conclusão de Curso	Não	60	0	0	0	0	<b>60</b>	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Presencial Prática	CH - Prática como Componente Curricular	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
CARGA HORÁRIA TOTAL DE COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES									<b>60</b>	
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO									<b>325</b>	
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Específicas									<b>265</b>	
Carga horária total de Unipampa Cidadã									<b>60</b>	
Carga horária total de Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas									<b>0</b>	
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO									<b>45</b>	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO									<b>3.250</b>	

### 2.4.3 Abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs)

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) abordados na BNCC são: Ciência e Tecnologia; Direitos da Criança e do Adolescente; Diversidade Cultural, Educação Alimentar e Nutricional, Educação Ambiental; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras; Educação em Direitos Humanos; Educação Financeira; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Educação para o Trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do Idoso; Saúde; Trabalho e Vida Familiar e Social. (BRASIL, 2017).

Para tal, apenas alguns componentes curriculares foram selecionados para demarcar textual e discursivamente, o comprometimento do Curso com a transversalidade da produção do conhecimento específico e na profissionalização docente, a saber:

- Psicologia da Educação: Multiculturalismo; Cidadania e Civismo; Direitos da Criança e do Adolescente; Ciência e Tecnologia.
- Didática: Multiculturalismo; Cidadania e Civismo; Ciência e Tecnologia.

O meio ambiente e sua degradação desencadeada por processos decorrentes do modo de produção capitalista, assim como as possibilidades de preservação dos recursos naturais estão presentes ao longo do curso em componentes obrigatórios, tais como: Políticas Públicas e Meio Ambiente. Em componentes curriculares próprios, obrigatórios ou CCCGs, como: Meio Ambiente e Cidadania e Movimentos sociais.

A história e a cultura das etnias afro-brasileira e indígena, assim como a exclusão desses segmentos sociais na formação sócio histórica da sociedade brasileira e as políticas compensatórias de inclusão social está presente em componente obrigatório próprio (Formação Histórica Africana), assim como em ementas de demais componentes: História do Rio Grande do Sul; História do Brasil; Etnicidades e Culturas Brasileiras.

A temática de Direitos Humanos é tratada em componente próprio (Direitos Humanos e Cidadania), assim como as diversas violências presentes na escola (bullying, preconceito, violência física) nos temas dos componentes Curriculares obrigatórios, eletivos e em projetos e ações de pesquisa e extensão.

Por fim, os temas transversais contemporâneos também estão presentes ao longo das Práticas como componente curricular.

Além dos TCTs estarem presentes na estrutura curricular do Curso, são desenvolvidas pela ADAFI e pelo NEABI ações de conscientização de combate a todo tipo de violência e promoção da cultura da paz (Lei nº 13.663/2018), a educação alimentar e nutricional, conforme Lei nº 13.666/2018, violência contra a mulher (Lei 14.164/2021). Ainda, em relação à abordagem de conteúdos referentes à acessibilidade, emprega-se a Lei 14.191/2021 e sobre a modalidade de Educação bilíngue de surdos.

Outrossim, a inclusão da pessoa com deficiência, com fins de problematizar o preconceito com esse segmento social, assim como as formas de inserção social desses sujeitos é prevista em componentes próprios: Educação Inclusiva e Libras. Além de perpassar ações de ensino, pesquisa e extensão. A temática também é desenvolvida em componentes pedagógicos, tais como: Psicologia da Educação e Didática. Salienta-se que tanto a plataforma Moodle, quanto a biblioteca Pearson possuem recursos de inclusão, tais como Libras e leitor de tela.

Destarte, todo e qualquer componente curricular (obrigatório ou não), a depender da autonomia docente e da potência pedagógica à interlocução inter/pluri/disciplinar, pode e deve (na medida do viável) abordar os temas transversais contemporâneos. Enquanto posição político pedagógica, pode-se afirmar que, todas as práticas como componentes curriculares e estágios supervisionados obrigatórios se comprometem (em função de suas respectivas naturezas - docência e ensino) em trazer para a cena enunciativa curricular os TCTs.

Cabe destacar que ao longo de todo o currículo tem-se atividades de inovação e empreendedorismo, conforme Resolução Consuni 338/2022, artigo 22: “A UNIPAMPA apoiará a educação empreendedora em atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Em particular, as práticas como componentes curriculares e ações de ensino, pesquisa e extensão visam a produção de recursos inovadores na educação, empreendendo novos modos da práxis docente.

#### 2.4.4 Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular deste projeto pedagógico materializa-se a partir, principalmente, dos seguintes aspectos: (a) parte da formação do aluno é definida por ele mesmo, por meio da escolha de componente curricular obrigatório-eletivas; e (b) sua formação se completa com o cumprimento das atividades complementares. Em relação ao percurso de formação, o aluno tem a possibilidade de cursar componentes curriculares obrigatório-eletivas à sua escolha, dentro da carga horária mínima da habilitação escolhida. Isso significa que o curso acredita em uma formação básica mínima (componentes curriculares obrigatórios) e, também, na capacidade de o aluno direcionar a sua formação para áreas de seu maior interesse. Em relação às atividades complementares, aqui definidas como atividades acadêmico-científico-culturais, estas complementam a formação do aluno, a partir do incentivo à participação em atividades culturais e de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, o presente projeto prevê a valorização dos saberes adquiridos fora do contexto universitário. Nesse sentido, alunos que já atuam em atividades docentes podem solicitar aproveitamento de parte da carga horária relativa aos componentes curriculares de estágio curricular. Os estudantes também podem realizar estágios extracurriculares a partir do segundo semestre do curso, conforme as normas do Programa de Estágios Extracurriculares da UNIPAMPA. O mesmo ocorre com qualquer componente curricular, seguindo disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, artigo 47, §2º, que aduz que será facultado ao aluno com extraordinário aproveitamento nos estudos a possibilidade de avanço mediante realização de avaliação planejada, executada e avaliada por banca constituída para este fim.

A flexibilização curricular deste projeto pedagógico materializa-se a partir, principalmente, dos seguintes aspectos:

A. parte da formação do aluno é definida a partir dos componentes curriculares obrigatório-eletivos;

B. sua formação se completa com o cumprimento das atividades complementares.

O curso acredita em uma formação básica mínima (componentes curriculares obrigatórios) e, também, na capacidade de o aluno direcionar a sua formação para áreas de seu maior interesse. Em relação às atividades complementares, aqui definidas

como atividades acadêmico-científico-culturais, estas complementam a formação do aluno, a partir do incentivo à participação em atividades culturais e de ensino, pesquisa e extensão. Os estudantes também podem realizar estágios extracurriculares a partir do segundo semestre do curso, conforme as normas do Programa de Estágios Extracurriculares da UNIPAMPA. O mesmo ocorre com qualquer componente curricular, seguindo disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, artigo 47, §2º, que 108 aduz que será facultado ao aluno com extraordinário aproveitamento nos estudos a possibilidade de avanço mediante realização de avaliação planejada, executada e avaliada por banca constituída para este fim.

#### **2.4.4.1 Componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs)**

Os componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs) configuram-se como componentes curriculares ofertados pelo Curso de História Licenciatura, por outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior. Depois de ter cursado os CCCG em outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior, o discente deverá solicitar junto à secretaria acadêmica o seu aproveitamento no curso, pois o mesmo não acontece automaticamente, a solicitação deverá ser feita dentro do período estipulado no calendário acadêmico, junto à coordenação do Curso de Licenciatura em História EaD/UAB. Vale ressaltar, que a carga horária mínima de CCCGs para que haja a integralização do curso é de 390 horas/aula.

Atualmente, o quadro de Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) a serem ofertados pelo Curso de Licenciatura em História EaD/UAB, são os descritos a seguir:

Tabela 4 - Componentes Curriculares Complementares de Graduação do Curso de Licenciatura em História EaD/UAB

Semes tre	Códi go	Nome	CH - Teó rica	CH - Prát ica	CH - Exte nsão	CH - Tota l	Crédi tos
-	-	Direitos Humanos e Cidadania	30	0	0	30	2
-	-	Meio Ambiente e Cidadania	60	0	0	60	4
-	SB0775	Fronteira, Região e Sociedade	60	0	0	60	4
-	-	Antropologia	30	0	0	30	2
-	-	Sociologia	60	0	0	60	4
-	SB0778	Tecnologias da Informação e da Comunicação	60	0	0	60	4
-	-	Formação Histórica Política e Econômica do Brasil	60	0	0	60	4
-	-	Geografia do Brasil	60	0	0	60	4
-	-	Movimentos Sociais	60	0	0	60	4
-	SB0772	História das Constituições	30	0	0	30	2
-	-	História das Instituições Políticas Brasileiras	30	0	0	30	2
-	-	Didática Geral	60	0	0	60	4
-	SB1013	Tecnologias aplicadas à educação	30	0	0	30	2

Semes tre	Códi go	Nome	CH - Teó rica	CH - Prát ica	CH - Exte nsão	CH - Tota l	Crédi tos
-	SB0867	Mídias e Ferramentas Tecnológicas no ensino de História	30	0	0	60	4
-	-	História da guerra e da diplomacia na fronteira platina no século XIX	60	0	0	60	4

#### 2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação

De acordo com a Resolução CONSUNI nº 29, de 20 de abril de 2011,

Art. 51 As Atividades Complementares de Graduação (ACG) são atividades desenvolvidas pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente.

Art. 52 O registro da execução das atividades dos componentes curriculares obrigatórios, com a respectiva carga horária e data de realização, bem como a frequência do discente e o resultado final da avaliação de aprendizagem são de responsabilidade do docente. Parágrafo único. Os registros acadêmicos são disponibilizados no sistema institucional de registros acadêmicos.

Art. 53 A falta de registro acadêmico, no prazo devido, fica restrita aos casos previstos em lei ou a casos excepcionais, devidamente comprovados, cabendo ao Coordenador do Curso encaminhar à Secretaria Acadêmica a justificativa e a indicação de prazo para regularização

Assim, as atividades acadêmico-científico-culturais, ou atividades complementares de graduação, do Curso de História Licenciatura compreendem aquelas não previstas na matriz curricular dos cursos cujo objetivo seja o de proporcionar aos alunos a participação em experiências diversificadas que contribuam para sua formação humana e profissional. O aluno deverá cumprir o mínimo de 45 (quarenta e cinco) horas de atividades acadêmico científico-culturais durante o período em que estiver matriculado na instituição, como requisito indispensável para a colação de grau.

Ao validar as 45 horas destas atividades, o aluno terá os créditos correspondentes lançados no seu histórico escolar. Os requerimentos de validação das atividades realizadas deverão ser encaminhados à coordenação do Curso de História

Licenciatura, via Sistema GURI, para análise e registro da carga-horária das atividades consideradas válidas. Deverá ser constituída uma comissão interna para essa finalidade específica. O discente poderá realizar as atividades durante o ano letivo, as férias escolares ou o recesso acadêmico.

As atividades acadêmico-científico-culturais classificam-se em quatro (04) grupos:

**Grupo I - Atividades de Ensino**

**Grupo II - Atividades de Pesquisa**

**Grupo III - Atividades de Extensão**

**Grupo IV - Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão**

De acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 337/2022, fica estabelecido que

Art. 105. Cabe à comissão de Curso analisar e definir no respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a carga horária mínima a ser cumprida pelo discente em ACG, como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau, considerando-se as diretrizes curriculares nacionais para cada curso e a carga horária mínima de 10% (dez por cento) nos grupos I, II, e IV previstos no artigo 104 (CONSUNI/UNIPAMPA, 2022).

Dentro desses grupos, os exemplos mais comuns, considerados como atividades complementares para fins de formação neste Curso estão os seguintes:

- Participação em Projetos de Pesquisa e Trabalho (em geral);
- Participação em Projetos de Iniciação à Docência – PIBID;
- Participação em Projetos de Iniciação Científica – PIBIC;
- Participação em Projetos de Extensão;
- Participação em Programa de Educação Tutorial – PET;
- Monitorias;
- Estágio não obrigatório;
- Módulos ou seminários de livre escolha;
- Participação em minicursos, laboratórios, oficinas e similares;
- Participação em evento científico local/regional/nacional/internacional;
- Apresentação de trabalho em evento científico local/regional/nacional/internacional;
- Cursos de idiomas (incluindo braille, LIBRAS, etc.);
- Cursos de Tecnologia da informação;
- Participação em Colegiados Universitários;

- Participação em entidades de representação estudantil;
- Participação em conselhos/ diretorias de entidades da sociedade civil.

O aproveitamento da carga horária e os requisitos de comprovação seguirão os seguintes critérios:

Tabela 5 - Atividades Complementares de Graduação do Curso de Licenciatura em História EaD/UAB

<b>Atividades</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Carga horária máxima</b>	<b>Documentos comprobatórios</b>
<b>GRUPO I - ATIVIDADES DE ENSINO</b>			
Projetos de ensino	Participação na equipe organizadora	80	Declaração do professor responsável
Projetos de ensino	Participação como público alvo	40	Certificado de Participação
Componentes Curriculares do Ensino Superior	Áreas afins ao curso	Carga Horária do Componente Curricular	Comprovante de Aprovação no Componente Curricular
Componentes Curriculares do Ensino Superior	Outras áreas	50% da Carga Horária do Componente Curricular	Comprovante de Aprovação no Componente Curricular
Cursos de Língua Estrangeira	Qualquer idioma	120	Comprovante de Aprovação
Cursos de Informática	Cursos de Informática	80	Comprovante de Aprovação
Monitorias	Monitorias	120	Declaração do Orientador
Cursos de Aperfeiçoamento	Áreas afins ao Curso	80	Comprovante; Certificado

<b>Atividades</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Carga horária máxima</b>	<b>Documentos comprobatórios</b>
Projetos ou Programas Institucionais de Iniciação à Docência	PIBID ou equivalentes	120	Comprovante; Certificado
<b>GRUPO II - ATIVIDADES DE PESQUISA</b>			
Participação em Pesquisa	Projeto de Pesquisa Institucionalizado	100	Declaração do Orientador
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado, com comissão editorial	Publicação Nacional	60	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado, com comissão editorial	Publicação Internacional	80	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite
Trabalho Completo Publicado em Evento	Evento Nacional	40	Anais do Evento
Trabalho Completo Publicado em Evento	Evento Internacional	50	Anais do Evento
Resumo Expandido Publicado em Evento	Evento Nacional	20	Anais do Evento
Resumo Expandido Publicado em Evento	Evento Internacional	30	Anais do Evento
Resumo Publicado em Evento	Evento Nacional	10	Anais do Evento
Participação na condição de/com: - conferencista; - painelistas;	Evento Nacional ou Internacional	80	Comprovante; Certificado; ou Declaração.

<b>Atividades</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Carga horária máxima</b>	<b>Documentos comprobatórios</b>
- debatedor; - apresentação de trabalho em eventos que tratam de pesquisa; Como: - grupos de pesquisa; - seminários; - congressos; - simpósios; - semanas acadêmicas.			
Estágios ou práticas não obrigatórias em atividades de pesquisa	Temas afins ao curso	40	Certificado
<b>GRUPO III - ATIVIDADES DE EXTENSÃO</b>			
Participação em Projetos de Extensão	Participação em projetos de extensão desenvolvidos tanto pela UNIPAMPA quanto por outras IES	80	Declaração do coordenador do projeto
Organização e participação em eventos de extensão	Eventos acadêmicos de nível Nacional e Internacional, também podendo ser nas abrangências locais e regionais	30	Declaração da comissão da organizadora do evento e certificado
Apresentação oral em evento de nível Nacional sobre atividade de extensão	Evento Nacional	20	Cópia do trabalho e comprovante de publicação
Publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na	Evento Nacional ou Internacional	20	Cópia do trabalho e comprovante de publicação

<b>Atividades</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Carga horária máxima</b>	<b>Documentos comprobatórios</b>
forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica			
Apresentação de trabalhos em eventos que se referem à extensão	Eventos como seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros	30	Certificado de participação e Anais do Evento
<b>GRUPO IV - ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS, SOCIAIS E DE GESTÃO</b>			
Organização e/ou participação ou premiação em atividades com finalidade cultural, social e artística.	Eventos Nacionais e Internacionais em todas as abrangências	30	Certificado de Participação
Organização e/ou campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico	Projeto Institucionalizado (de órgãos públicos, privados e de Organizações Não Governamentais)	30	Certificado de Participação
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura	Eventos Nacionais e Internacionais	20	Certificado de Premiação
Representação discente em órgãos colegiados	Instituição ligada à Universidade. Colegiados para fins acadêmicos.	20	Declaração do Coordenador de Curso
Representação discente em diretórios	Ligados à Universidade	20	Declaração do Coordenador de

Atividades	Discriminação	Carga horária máxima	Documentos comprobatórios
acadêmicos			Curso
Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	Atividades de cunho educacional em órgãos comunitários e Públicos	20	Declaração do Orientador
Participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica	Estágios com atividades ligadas a órgãos públicos e comunitários	30	Declaração do Orientador

É de responsabilidade dos discentes:

- A. Realizar as atividades acadêmico-científico-culturais visando à complementação de sua formação como Licenciado em História;
- B. Realizar, em tempo oportuno, conforme o calendário acadêmico, o encaminhamento do pedido de aproveitamento de horas complementares, assim como os correspondentes comprovantes, via GURI, como consta no passo-a-passo disponível em: [https://sites.unipampa.edu.br/prograd/files/2023/05/tutorial\\_como-solicitar-acgs-e-acees-portal-do-aluno.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/prograd/files/2023/05/tutorial_como-solicitar-acgs-e-acees-portal-do-aluno.pdf).

#### 2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar componentes curriculares em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento do(s) componente(s) curricular(es) registrados em seu histórico acadêmico (carga horária, frequência e nota). Entre os programas de mobilidade da instituição, estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) têm como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes

de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência, fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste em projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição cursarem componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em unidade federativa diferente da instituição de origem.

#### **2.4.4.4 Aproveitamento de Estudos**

Conforme o art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (UNIPAMPA, 84 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, § 1º: “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60%

(sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

Conforme a LDB, Art. 47, § 2º: “Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

Conforme normativa 01/2018/PROGRAD, disciplina o aproveitamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa de Residência Pedagógica (RP) no âmbito dos cursos de licenciatura da UNIPAMPA.

#### **2.4.5 Migração curricular e equivalência**

O curso não prevê migração curricular e os aproveitamentos ocorrerão conforme Resolução (CONSUNI) nº29, de 28 de abril de 2011.

#### **2.4.6 Prática como componente curricular**

As Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA, 2011), a LDB/96, no Título VI - Dos Profissionais da Educação, Art. 61 ao 67, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, destacam a importância da relação entre teoria e prática; da pesquisa como elemento essencial na formação; do aproveitamento da experiência anterior. Esses aspectos devem constituir, também, fundamentos que presidirão os currículos de formação inicial e continuada de professores (Parecer CNE/CP 009/2001).

Ainda de acordo com o documento, a Prática como Componente Curricular (PCC) deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor, conforme o Parecer CNE/CP 09/2001 (BRASIL, 2001, p.50): “[...] as escolas de formação de professores devem trabalhar em interação sistemática com as escolas do sistema de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados”.

Se pensarmos que uma das competências fundamentais nessa formação proposta é precisamente a da reflexividade das próprias práticas, obedecendo ao princípio da simetria invertida e da pesquisa com foco no ensino-aprendizagem (reflexão-ação-reflexão), não faz sentido dissociarmos a situação de aprendizagem de seus mecanismos reflexivos de apropriação, sistematização e elaboração, com vistas ao favorecimento de sua transposição para futuras situações de ensino-aprendizagem.

As Práticas como Componentes Curriculares (PCCs) envolvem muito mais do que transposição didática. Nesse caso, o espaço das mesmas serve também para um número bastante grande de itens que estão apontados nos conteúdos básicos deste curso, com relação àquilo que precisa ser aprendido na condição de estudante-futuro docente.

No Curso de História, a Prática se dará por meio do componente curricular Prática Pedagógica em História, totalizando 420h. Serão sete componentes distribuídos ao longo do curso que terão como objetivo contribuir para a inserção do licenciando no contexto escolar bem como para a construção de uma crítica sobre a prática pedagógica e função docente.

#### **2.4.7 Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios**

A Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021 dispõe sobre as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa. De acordo com o seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei nº11.788/2008 em sua integralidade.

Conforme o Art. 4º, da Resolução 329, "O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso":

§ 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular.

§ 3º É de responsabilidade da UNIPAMPA assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

O estágio objetiva a contextualização curricular, o aprendizado técnico e o desenvolvimento de competências próprias à futura atividade profissional do educando, visando o seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório inicia na segunda metade do curso e tem como objetivo possibilitar ao acadêmico a participação sistemática e reflexiva em situações de ensino-aprendizagem na educação formal, em regime presencial. O Estágio Supervisionado Obrigatório é uma atividade curricular que possibilita a aproximação do licenciando com o campo profissional, articulando os saberes acadêmicos e a prática escolar, consolidando a indissociabilidade entre teoria e prática e deverá **atender as prerrogativas da Base Nacional Curricular Comum e seus desmembramentos regionais e locais.**

Nessa perspectiva, o Estágio Supervisionado Obrigatório proporciona o desenvolvimento de habilidades e competências docentes, as quais envolvem todo o conjunto formativo do curso. Outro elemento imprescindível à prática do Estágio Supervisionado Obrigatório é a elaboração de planejamentos de aulas, planejamentos de bimestre/semestre, elaboração de material didático, teorização da prática escolar, entre outros. Toda a atividade de estágio deverá ser avaliada e acompanhada pelos docentes responsáveis.

O estágio, portanto, tem como objetivos específicos:

- Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;
- Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação e desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

Os Estágios Supervisionados Obrigatórios em História Licenciatura EAD seguem a regulamentação apresentada neste PPC, constante no Apêndice II.

O Estágio Supervisionado Obrigatório está distribuído na matriz curricular em componentes curriculares e deve ser realizado no Ensino Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos, em escolas municipais, estaduais, federais ou privadas, conforme Termo de Compromisso e Plano de Atividades firmados entre as Unidades Concedentes e a UNIPAMPA. Os estágios obrigatórios contarão com o apoio da Coordenação de Estágios, composta pelo Coordenador de Estágio, Professores/orientador de Estágio e Tutores presenciais.

O Estágio Supervisionado Obrigatório será desenvolvido ainda, de modo complementar e na medida da disponibilidade regional, nas seguintes modalidades e focos:

- Educação Especial;
- Educação para a Diversidade – comunidade indígena ou quilombola.

Conforme a Resolução nº 329 (UNIPAMPA, 2021), que dispõe sobre a realização dos Estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta Instituição, no seu artigo 38 define as atribuições do acadêmico estagiário, como segue:

- I - elaborar o Plano de Atividades e encaminhar junto à aprovação do orientador a documentação ao Interface de Estágios para dar início aos trâmites exigidos para a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio ou de seus aditivos;
- II - cumprir o Termo de Compromisso de Estágio, bem como os procedimentos e prazos relacionados ao Estágio;
- III - exercer as atividades de estágio com zelo, disciplina, responsabilidade, pontualidade e assiduidade;
- IV - elaborar e entregar ao orientador de estágio os relatórios exigidos, na forma, prazo e padrões estabelecidos;
- V - comunicar ao orientador sempre que houver alguma dificuldade de ordem técnica ou pessoal que esteja impedindo o cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio;
- VI - responder aos questionamentos do orientador com relação ao estágio, sempre que solicitado;
- VII - estar ciente de que, caso seja comprovada qualquer irregularidade, fraude ou falsificação, o estágio será cancelado, sem prejuízo de medidas legais cabíveis;
- VIII - conhecer e cumprir as normas internas da Unidade Concedente;
- IX - responder pelo ressarcimento de danos causados por ato doloso ou culposo a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade Concedente durante o cumprimento do estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;
- X - informar ao orientador quando houver realização de atividades fora do prazo estipulado no TCE e seu aditivo.

Os profissionais vinculados ao desenvolvimento do estágio obrigatório deverão trabalhar de forma conjunta e articulada, sendo suas atribuições:

1. Da coordenação de estágio: a organização do componente curricular, o encaminhamento dos processos burocráticos para realização do estágio, a fundamentação teórica do planejamento; as orientações sobre elaboração do relatório final. O coordenador também irá coordenar as atividades a serem desenvolvidas pelo professor orientador e tutor presencial.

2. Do professor orientador (supervisor): orientar, avaliar e propor alterações nos planos de aula, orientar acerca de bibliografia e material didático a ser utilizado nos planejamentos, em conjunto com o tutor presencial, realizar a observação e avaliação da regência de aula do acadêmico.

3. Do tutor presencial: fazer a mediação entre alunos, professores regentes e escolas; auxiliar na orientação do preenchimento dos documentos de estágio, organizar e encaminhar os documentos de estágio (Termos de Compromisso, Atas de presença, relatórios, ficha de avaliação da aula, entre outros). Realizar as observações e preenchimento da avaliação da regência.

**Observação:** Caso o aluno não possa ser assistido pelo tutor presencial ou professor para ser avaliado, ele poderá gravar a sua aula, com as devidas autorizações e enviá-la ao professor/tutor presencial do estágio.

O Estágio está estruturado em:

- Estágio Supervisionado I (Rotinas Escolares) - 120 horas;
- Estágio Supervisionado II (História no Ensino Fundamental) - 120 horas
- Estágio Supervisionado III (História no Ensino Médio) - 120 horas
- Estágio Supervisionado IV (História no Ensino de Jovens e Adultos) - 45 horas.

O estágio Supervisionado Curricular obrigatório integralizará 405 horas e iniciará no 5º semestre, sendo distribuída da seguinte forma:

**5º Semestre – Estágio Supervisionado I (Rotinas Escolares):** com 120 horas (08 créditos) distribuídas da seguinte forma:

I.20 horas de pesquisa e diagnóstico da realidade escolar;

II.30 horas de observação nos componentes curriculares de História, sendo 15h no fundamental e 15 horas no Médio;

III.20 horas de análise do projeto político pedagógico da escola, do Regimento Escolar e dos planos de estudos dos componentes curriculares de História, sendo 10 horas no fundamental e 10 horas no Médio;

IV.50 horas teóricas referentes à pesquisa e diagnóstico da realidade escolar, planejamento, didática e produção de relatórios.

**6º Semestre – Estágio Supervisionado II (História no Ensino Fundamental):** com 120 horas (8 créditos) distribuídas da seguinte forma:

I.20 horas de observação da realidade escolar, dos documentos de gestão (Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Grade Curricular e Planos de Ensino);

II.04 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Fundamental);

III.16 horas de regência de classe no componente de História (02 meses se forem dois períodos semanais);

IV. 30 horas de projeto interdisciplinar e planejamento didático-pedagógico;

V.50 horas teóricas referentes às orientações, planejamento e produção de relatório.

**7º Semestre – Estágio Supervisionado III (História no Ensino Médio):** com 120 horas (8 créditos) distribuídas da seguinte forma:

I.20 horas de observação da realidade escolar, dos documentos de gestão (Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Grade Curricular e Planos de Ensino);

II.04 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Fundamental);

III.16 horas de regência de classe no componente de História (02 meses se forem dois períodos semanais);

IV. 30 horas de projeto interdisciplinar e planejamento didático-pedagógico;

V.50 horas teóricas referentes às orientações, planejamento e produção de relatório.

**8º Semestre – Estágio Supervisionado IV (História na Educação de Jovens e Adultos):** com 35 horas (3 créditos) distribuídas da seguinte forma:

I.02 horas de observação da realidade escolar, dos documentos de gestão (Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Grade Curricular e Planos de Ensino);

II.02 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Fundamental);

III.08 horas de regência de classe no componente de História (02 meses se forem dois períodos semanais);

IV.08 horas de projeto interdisciplinar e planejamento didático-pedagógico;

V.25 horas teóricas dizem respeito às orientações, planejamento e produção de relatório.

As avaliações dos Estágios Supervisionados Obrigatórios são processuais, através do desenvolvimento do acadêmico ao longo dos planejamentos e regências, conjuntamente com o Relatório de Estágio, correspondendo a: 5,0 pontos os planejamentos e observações e 5,0 pontos ao relatório final. Devido à natureza dos componentes curriculares de estágios e ao conjunto de elementos qualitativos e processuais abarcados pela avaliação proposta, não serão previstas atividades recuperativas semelhantes às tradicionalmente empregadas em outros componentes curriculares. O aluno que não for aprovado poderá, através de requerimento fundamentado e dirigido à Coordenação do Curso, requerer revisão da nota obtida, conforme o estabelecido nas Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA (Resolução 29, UNIPAMPA).

Para cada Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deve ser produzido um relatório contendo: apresentação do local de estágio (escola e comunidade escolar), análise dos projetos políticos pedagógicos e regimentos escolares, descrição e reflexão das observações e regências, teorizações das observações e regências, conclusões, referências bibliográficas e, em anexo, os documentos comprobatórios de estágio (atas de presença, ficha de avaliação do professor regente) e em apêndice os planos de aula.

Os critérios de avaliação do acadêmico quanto ao estágio curricular são:

- Frequência aos atendimentos e atividades na Universidade e do polo;
- Organização da proposta de trabalho;
- Coerência entre a proposta e a prática pedagógica em sala de aula;
- Responsabilidade, comprometimento e autonomia;
- Desenvolvimento do conteúdo (segurança, domínio e clareza);
- Relacionamento professor-aluno na regência e professor-aluno no âmbito do componente curricular de estágio;
- Frequência aos encontros presenciais e virtuais para elaboração do planejamento e relatório;

- Coerência do relatório com a proposta fazendo uma análise crítica da prática pedagógica.

O regramento detalhado, juntamente com modelo de plano de aula e modelo de ficha de avaliação do professor orientador e coordenador de estágios se encontram no apêndice II do presente documento. O Regulamento de Estágios Curriculares Supervisionados do Curso de História foi elaborado pelo NDE e aprovado pela Comissão de Curso.

Além disso, o Curso possibilita ao estudante o desenvolvimento, antes mesmo do seu estágio obrigatório, das experiências e vivências que puder, em ambiente real de trabalho, conforme Resolução da UNIPAMPA nº 329/2021, na forma de Estágio não obrigatório.

#### **2.4.8 Inserção da Extensão no Currículo do Curso**

Conforme a Resolução CNE/CES no 07/2018, Art. 3º: A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Esse processo, em permanente articulação com ensino, pode ressignificar a elaboração e produção de conhecimentos e saberes no âmbito de cada curso. Segundo a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021, no mínimo 10% da carga horária total dos cursos de graduação deve ser composta por atividades de extensão, compondo parte da matriz curricular.

No caso do curso de Licenciatura em História, a extensão conta com atividade curricular específica o projeto “UNIPAMPA Cidadã” com carga horária de 60 horas e carga horária parcial de 281 horas para a prática de extensão em projetos de extensão vinculados a projetos desenvolvidos pelos docentes para esse fim, assim como cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços à comunidade, perfazendo um total de 325 horas da carga horária total de extensão curso.

No caso da atividade curricular específica “UNIPAMPA Cidadã”, com previsão mínima de 60 horas no curso de Licenciatura em História, os discentes devem realizar ações junto à sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONGs), instituições de ensino e entes públicos. Conforme determina a resolução Consuni no 317/2021, “o planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a validação da “UNIPAMPA Cidadã” são realizados pelo supervisor de extensão do curso de acordo com as normas estabelecidas no PPC”. O cumprimento das horas relativas à “UNIPAMPA Cidadã” deve ocorrer a partir do segundo ou terceiro semestre de realização do curso.

Destaca-se que o curso de Licenciatura em História adota somente a modalidade de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) ligadas a programas e projetos promovidos pelo curso e pela universidade, não havendo no curso Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV).

O regulamento que rege a inserção da extensão no curso de Licenciatura em História, em obediência ao que prevê a Resolução Consuni no 317/2021, está anexo a este documento, no Apêndice V.

Ainda seguindo a resolução Consuni 317/2021, observamos o Art. 10 “Nos cursos de graduação, na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas presencialmente, em região compatível com o pólo de apoio presencial no qual o estudante esteja matriculado, observando-se, no que couber, as demais regulamentações, previstas no ordenamento próprio para oferta de educação a distância”.

### **Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE)**

Os discentes do curso devem realizar um total de 325 horas de atividades de extensão na modalidade Atividade Curricular de Extensão Específica. As atividades curriculares de extensão específicas (ACEE) podem ser realizadas nas modalidades programas, projetos, cursos ou eventos com aderência na comunidade e no território.

Sendo assim definidas:

- Programa – é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de

ensino, com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;

- Projeto - é uma ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado preferencialmente vinculado a um programa ou como projeto isolado;
- Curso - é uma atividade de formação de curta duração com o objetivo de estimular o desenvolvimento intelectual, humano, tecnológico e científico;
- Evento - são atividades pontuais de caráter artístico, cultural ou científico.

Só serão aceitas como ACEE no Curso de Graduação em Licenciatura em História, atividades de extensão desenvolvidas nas seguintes áreas temáticas:

- Educação
- Estudos antropológicos
- Arqueologia
- Patrimônio
- Direitos humanos e história dos movimentos sociais
- Desigualdade e Estratificação
- Comunicação não-violenta na educação
- Divulgação Científica de História
- Métodos e Técnicas de Pesquisa
- História e cultura dos povos tradicionais
- História do Brasil

As atividades de extensão correspondem a 10% da carga horária total do Curso de Graduação em Licenciatura em História (325 horas) e estão organizadas da seguinte forma:

Tabela 6 - Atividades Extensionistas - distribuição de Carga horária

**Curso de Licenciatura em História EAD/UAB**

<b>Curso de Licenciatura em História EAD/UAB</b>		
<b>Atividades Curriculares de Extensão Específicas</b>	Ligadas a programas ou projetos de extensão promovidos pelo curso	<b>265 horas</b>
	Validadas através do UNIPAMPA Cidadã	<b>60 horas</b>
<b>Carga Horária Total</b>		<b>325 horas</b>

O Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Licenciatura em História se encontra ao final deste documento no apêndice III, contendo todas as informações detalhadamente, tal Regulamento foi elaborado pelo NDE do curso e se encontra em pauta para aprovação da Comissão de Curso.

#### **2.4.9 Trabalho de Conclusão de Curso**

Conforme Art. 116 da Resolução n. 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, também entendido como Trabalho de Curso, é um componente curricular dos cursos de graduação da Universidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos”. (UNIPAMPA, 2011, p. 20).

O “Trabalho de Conclusão de Curso”, além de instituir exercício de prática de pesquisa com complexidade superior àquelas desenvolvidas no decorrer do curso, atividade efetiva, pois, de articulação entre ensino e pesquisa, é o momento de aplicação e aprofundamento do conjunto de conhecimentos construídos ao longo da graduação. Ainda que, para a realização deste trabalho, o acadêmico tenha de delimitar seu objeto de estudo e definir uma área específica, o TCC deve expressar o resultado da contribuição de cada componente curricular em sua formação como sujeito

autônomo, comprometido com as questões referentes ao Curso, capaz de estabelecer relações entre conhecimentos, preocupado com o arcabouço teórico e com a correlação entre teoria e prática e, sobretudo, atento às questões referentes ao estudo da História.

Enquanto exercício de pesquisa, o TCC permite qualificação complementar e incentivo para que os alunos prossigam sua formação após a conclusão do curso de graduação, seja na perspectiva de investimento na atividade acadêmica, seja enquanto formação continuada com vistas à prática profissional no mercado de trabalho fora da universidade. As orientações serão distribuídas de maneira proporcional pelos professores docentes do curso de História, bem como das respectivas áreas que façam parte do conselho de curso. Poderá haver, em casos de trabalhos que abranjam o envolvimento de mais de uma área, a figura do coorientador (da UNIPAMPA ou de outras IES).

O trabalho inicia quando o aluno, sob a orientação de um professor orientador, define seu objeto de pesquisa e elabora o projeto. Ele terá orientações gerais sobre a elaboração do projeto de pesquisa e concomitantemente definirá com seu orientador a delimitação do tema, a metodologia e o referencial teórico inicial. Em seguida, o aluno, sob a orientação do professor-orientador (e coorientador, quando for o caso), executará o projeto elaborado na disciplina de “Trabalho de Conclusão de Curso”. O trabalho deverá ser apresentado em forma de monografia.

Durante o período de orientação, o professor-orientador acompanhará a redação de todas as partes do trabalho, cabendo ao aluno remeter regularmente seu texto ao professor-orientador, bem como comparecer aos encontros agendados. Aqueles alunos que não submeter seu trabalho ao acompanhamento do professor não poderão encaminhar o trabalho à banca para avaliação. Uma vez concluído, o trabalho será encaminhado em versão preliminar à Coordenação do Curso em três cópias impressas (uma para cada professor membro da banca de avaliação). Após a defesa pública e feitos os ajustes necessários sugeridos pela banca, o aluno terá dez dias úteis para entregar a versão final, em duas cópias impressas, uma para arquivamento na documentação do Curso e uma para a biblioteca da UNIPAMPA, e duas cópias digitais (CD-ROM). Dessa forma, cumprir-se-ão todos os requisitos para aprovação no componente curricular.

**DEFESA PÚBLICA:** O trabalho será avaliado pelo professor-orientador e por mais dois professores do Curso de História Licenciatura, designados pela Comissão de Curso em reunião específica para a composição das bancas de avaliação dos trabalhos de conclusão de curso. A defesa oral do trabalho de conclusão será pública, com dia, horário e local divulgados no mural do curso de História. As notas serão atribuídas em sessão secreta ao final da arguição do aluno e, logo a seguir, em sessão pública, será lida a ata de defesa, na qual constarão as notas atribuídas por cada avaliador e a nota final do aluno. Cada membro da banca atribuirá nota de 0 a 7,0 (zero a sete) para o trabalho escrito e nota de 0 a 3,0 (zero a três) para a defesa oral, conforme os critérios descritos abaixo nas tabelas a seguir e a nota final será a soma da média das notas dos três professores integrantes da banca, respeitando-se o peso do trabalho escrito e o da defesa oral, conforme segue.

Tabela 7 - Critérios de Avaliação: Trabalho Escrito de Natureza teórico-prática

<b>Trabalho Escrito de Natureza teórico-prática</b>	
<b>Critérios</b>	<b>Valor</b>
<b>Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados)</b>	<b>2,0</b>
<b>Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho)</b>	<b>2,0</b>
<b>Relação teoria e prática (vinculação da análise à(s) teoria(s) apresentadas(s), qualidade/profundidade da análise)</b>	<b>2,0</b>
<b>Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho).</b>	<b>1,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7,0</b>

Tabela 8 - Critérios de Avaliação: Trabalho escrito de natureza teórico-bibliográfica

<b>Trabalho escrito de natureza teórico-bibliográfica</b>	
<b>Critérios</b>	<b>Valor</b>
<b>Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados)</b>	<b>3,0</b>
<b>Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho).</b>	<b>3,0</b>
<b>Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho)</b>	<b>2,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7,0</b>

Tabela 9 - Critérios de Avaliação: Critérios para avaliação da defesa oral

<b>Critérios para avaliação da defesa oral</b>	
<b>Critérios</b>	<b>Valor</b>
<b>Relevância e clareza da apresentação do trabalho</b>	<b>1,5</b>
<b>Desempenho na arguição</b>	<b>1,5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3,0</b>

Tabela 10 - Distribuição da nota final

<b>Nota final</b>	<b>Peso</b>
<b>Trabalho escrito</b>	<b>7,0</b>
<b>Defesa oral</b>	<b>3,0</b>

**REPROVAÇÃO:** Em caso de reprovação, a comissão de curso irá definir a data de uma nova apresentação do TCC, ou a necessidade do aluno refazer o componente curricular de TCC.

O Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso encontra-se no apêndice I, ao final deste documento, nele se encontram todas as informações necessárias para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão. Tal regulamento foi elaborado e aprovado pela comissão de curso.

## **2.5 Metodologias de ensino**

O ambiente de aprendizagem é um espaço (virtual e/ou físico) de interação para a construção do conhecimento e reflexão sobre a transposição didática, em que são trabalhadas diversas formas de abordagem em relação aos temas presentes nos componentes curriculares do Curso de História Licenciatura EAD.

As aulas acontecerão através de metodologias apropriadas à educação a distância, bem como as metodologias comumente usadas em aulas presenciais, para quando essas ocorrerem. A metodologia é pensada a partir das necessidades específicas de cada componente curricular, buscando estimular o discente como sujeito de seu próprio processo de construção de conhecimento. O perfil do Curso prevê uma formação interdisciplinar, crítica, capaz de formar profissionais atuantes, comprometidos, aptos a relacionar teoria e prática para a transformação social. O ensino está intrinsecamente ligado à pesquisa e extensão, devendo ser um balizador das metodologias de ensino. A aprendizagem deve ser estimulada por práticas docentes que privilegiem seminários, debates, aulas expositivas dialogadas, saídas de campo, análise e interpretação de mapas, que poderão ser corroboradas com a análise dos planos de ensino de cada professor. Salienta-se a importância do uso das Tecnologias da Informação na formação dos professores da contemporaneidade.

A modalidade a distância, conforme Litto e Formiga (2009), exige a interação entre as diferentes categorias, como segue:- aluno/professor: a interação acontece de forma síncrona e assíncrona, provocando motivação e feedback aos alunos, e auxiliando o seu aprendizado; - aluno/conteúdo: com as tecnologias contemporâneas, particularmente, a Internet, além de interagir com conteúdos digitais, o aluno tem a possibilidade de constituir-se como autor desses conteúdos no seu processo de

aprendizagem; - aluno/aluno: a interação ocorre síncrona ou assincronamente, caracterizando o que se denomina aprendizado colaborativo e cooperativo, que envolve o aspecto social da educação; - professor/professor: professores encontram nos colegas fontes de assistência e insighst "pedagógicos, constituindo, assim, comunidades físicas e virtuais. Ocorre a distância, em congressos e seminários, ou mesmo informalmente. - professor/conteúdo: o professor é autônomo na elaboração do conteúdo, contudo suas fontes de consulta devem ser rigorosamente citadas; - conteúdo/conteúdo: alguns programas são semi autônomos, proativos e adaptativos, utilizando recursos de inteligência artificial. Esses aplicativos podem recuperar informações, operar outros programas, tomar decisões e monitorar os recursos na rede; - aluno/interface: dá conta das interações que ocorrem entre o aluno e a tecnologia, já que o aluno precisa utilizar a tecnologia para interagir com o conteúdo, com o professor e os outros alunos; - auto interação: chamada de interação intrapessoal, enfatiza a importância da conversa do aluno consigo mesmo durante o engajamento com o conteúdo do aprendizado; - interação vicária: a interação acontece de modo silencioso, quando o aluno apenas observa as discussões e os debates, sem deles participar ativamente.

Considerando o exposto, a metodologia empregada no curso, integra atividades síncronas e assíncronas de modo a permitir a efetivação da aprendizagem. Atende o Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, que em seu artigo primeiro estabelece que Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. Nesse contexto, os componentes curriculares e seus respectivos conteúdos são dispostos na plataforma Moodle e desenvolvidas conforme as peculiaridades dos diferentes componentes, através de atividades síncronas e assíncronas. Para tanto, são utilizados textos, vídeos, fóruns, chats, vídeo aulas, videoconferências através Google

Meet (Ferramenta de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google). Para um melhor gerenciamento, os alunos estão divididos em grupos de acordo com os polos.

No Moodle, os professores disponibilizam e ministram suas aulas através de ferramentas interativas, ferramentas colaborativas e recursos de avaliação, que poderão ser realizadas individualmente ou em grupos. Como já mencionado, a apresentação do conteúdo poderá ser realizada através de vídeos, áudios, material didático digital e animações em diferentes formatos. O acompanhamento do processo de aprendizagem do aluno é realizado através de ferramentas de avaliação, individual ou em grupo, como glossários, questionários com correção automática, ferramentas colaborativas de autoria, como wikis, tarefas e lições que exigem do aluno resposta aos temas propostos através da redação de textos.

Os materiais que são produzidos ou revistos no âmbito do sistema UAB devem ser Recursos Educacionais Abertos, ou seja, devem estar sob domínio público ou estar licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. Recomenda-se a utilização prioritária de Recursos Educacionais Abertos para os cursos de oferta institucional na modalidade EaD ou presencial com carga horária a distância.

No Moodle, os materiais didáticos referem-se aos recursos que são utilizados para a disponibilização de conteúdo dentro do ambiente virtual, sejam textos, imagens, hiperlinks, apresentações em slides, materiais audiovisuais, dentre outros. Os materiais didáticos podem ser documentos arquivados no servidor do Moodle, conteúdos em sites externos, ou criados no próprio Moodle, com o uso dos recursos e ferramentas disponibilizadas pelo ambiente.

Na Unipampa, o Moodle está integrado com o sistema acadêmico através do módulo Portal do Professor, no sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais). Desse modo é possível exportar o componente curricular por ano/período para o Moodle e criar automaticamente o ambiente com a turma já incluindo os discentes matriculados. Quando o docente realiza esta integração GURI/Moodle é realizada a importação de Modelo de Componente Curricular com orientações para a configuração do ambiente pelo docente.

O Manual Produção de materiais didáticos para a EaD contém informações e orientações ao professor sobre a produção do material para o Moodle, sobre planejamento, estrutura e linguagem, bem como o roteiro da aula virtual no Moodle é um modelo de guia didático.

O Plano de Contingência sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem e Materiais Didáticos para atividades a distância é elaborado pela Equipe Multidisciplinar e apresenta informações sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), os Materiais Didáticos para EaD e descreve possíveis ocorrências com as indicações de orientações e procedimentos para solução. O Plano de Contingência visa, deste modo, a continuidade da oferta dos serviços, sistemas e ferramentas à comunidade acadêmica da universidade.

Os recursos pedagógicos são disponibilizados nos componentes curriculares e em sequências pedagógicas. Os recursos atendem o quantitativo de alunos que o curso possui, sendo que os docentes procuram atualizar o material, conforme as novas ofertas de componentes curriculares. Quando necessário, os professores podem solicitar ajuda às professoras conteudistas (da equipe multidisciplinar), que estão disponíveis para subsidiar o trabalho docente. O material didático é avaliado pelos discentes através da CPA, pela pergunta: Como você avalia o material didático do curso em que você atua? Os resultados constituem como recursos para NDE e Comissão de curso ponderarem e aperfeiçoarem os procedimentos didáticos. A UNIPAMPA possui uma equipe multidisciplinar, que entre outros aspectos, fornece assistência pedagógica e técnica aos docentes na elaboração de material didático disponibilizado para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Já as atividades presenciais são realizadas nos momentos de avaliações, visitas da coordenação do curso e dos professores aos polos. A cada semestre, cada polo recebe pelo menos uma visita da coordenação e pelo menos uma visita de um dos professores dos componentes que estão sendo oferecidos no semestre.

Também ocorrem atividades presenciais durante eventos promovidos pelos polos como: semanas acadêmicas, trabalhos de campo e palestras. Os estudos a distância ocorrem com o acompanhamento dos tutores. Em cada polo onde o curso é oferecido

há um tutor que atende aos alunos de forma virtual e presencial, sempre que for necessário.

Já na sede do curso, no Campus São Borja da UNIPAMPA, um grupo de tutores está à disposição para atuar juntamente aos alunos, com os tutores localizados nos polos, mas, principalmente, para fazer a intermediação mais direta com os professores.

Os tutores, para melhor desempenharem seu trabalho, possuem a coordenadora de tutoria, localizada na sede do curso e dá suporte aos tutores do curso para a qualificação de seu trabalho. Essa coordenadora de tutoria é responsável pelo acompanhamento e supervisão das atividades desempenhadas pelos tutores, acompanhamento do planejamento e desenvolvimento das atividades de capacitação dos tutores, suporte quanto à utilização de ferramentas no ambiente virtual e também supervisão e análise da regularidade de acessos dos tutores. A Coordenadora de tutoria presta apoio técnico à coordenação do curso e docentes. A interação entre tutores, docentes, coordenação do curso e coordenação do polo é realizada regularmente por meio de e-mails, mensagens de whatsapp e reuniões. O planejamento do semestre é realizado pela coordenação de curso e socializado/debatido com tutores e docentes e documentado via SEI. A integração do docente com os tutores ocorre através dos recursos disponíveis no moodle, email e whatsapp.

Para aprimorar os processos e articulações entre tutores, docentes, Coordenação de Curso e Coordenação de Polo e discentes, o curso faz uso das pesquisas da CPA, às quais os alunos respondem semestralmente e pesquisa própria do curso, via google forms. Através dos resultados das pesquisas, observa-se mecanismos para qualificar a comunicação e os processos pedagógicos.

Em relação à questão da acessibilidade, a UNIPAMPA vem desenvolvendo instrumentos para ampliar as políticas de acessibilidade. Entre elas, destaca-se a Resolução 328, de 04 de novembro de 2021, a qual aprova as diretrizes para acessibilidade no âmbito do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade. Outro recurso de acessibilidade é o ambiente virtual de aprendizagem Moodle disponibiliza o recurso Leitor de Tela NVDA para pessoas que possuem baixa visão, onde é possível aumentar ou diminuir o tamanho da fonte e

controlar o alto contraste, que faz o ajuste da cor da tela e cor da fonte. O ambiente ainda disponibiliza o recurso VLibras, tradutor do conteúdo digital para a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Neste contexto, o componente da Língua Brasileira de Sinais busca estimular a prática da linguagem dos sinais, além de reiterar a importância da cultura surda através de atividades práticas utilizando-se recursos disponibilizados no respectivo componente curricular. Considerando a especificidade do componente de Libras, justifica-se uma carga horária prática. Como trata-se de um componente de ensino de língua de modalidade visual, motora e de estrutura linguística e gramatical diversa da Língua Portuguesa, dentro de um curso de formação de docentes para o ensino da História, é mister que os acadêmicos sejam estimulados a prática do uso da Língua de Sinais Brasileira - LIBRAS. Língua de ensino, instrução e direito das comunidades surdas brasileiras são temáticas desenvolvidas. Portanto, apresentar aos sujeitos a cultura surda, a língua e gramática em sua contextualidade e uso, além do referencial teórico interativo como paradigma teórico/metodológico para entendimento da cultura surda e suas especificidades Além do apoio prestado pela Divisão de Educação a Distância da Prograd, A UNIPAMPA possui uma equipe multidisciplinar, instituída pela Portaria nº919, de 07 de junho de 2023, a qual presta assistência pedagógica e técnica aos docentes na elaboração de material didático autoral impresso ou disponibilizado para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Essa equipe auxilia no planejamento para realização de análise de materiais didático-pedagógicos utilizados no processo de ensino e aprendizagem para a modalidade de educação a distância.

Quanto ao sistema de avaliação, de acordo com as Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA (Resolução CONSUNI 29/2011), será considerado aprovado o acadêmico que obtiver nota final mínima de 6,0 (seis).

### **2.5.1 Interdisciplinaridade**

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP concebe a interdisciplinaridade como “Concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o

mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.” (p. 47).

De acordo com o PDI 2019-2023, a interdisciplinaridade é um dos princípios que pautam a Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA, em que “as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;” (p. 32).

No mesmo documento, consta que, na organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular sejam desenvolvidas “a partir de atividades em projetos de ensino e de aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as atividades complementares de graduação, projetos, estágios, aproveitamentos de estudo, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam flexibilidade ao currículo, buscando garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista.” (p. 47).

A História é uma ciência que se constitui na intersecção de outras áreas do conhecimento, potencializando-a como interdisciplinar. Os componentes curriculares e projetos de ensino, pesquisa e extensão somam-se ao desenvolvimento de licenciandos aptos ao diálogo interdisciplinar.

### **2.5.2 Práticas Inovadoras**

A inovação vem sendo a tônica das políticas públicas curriculares nas últimas décadas, assim como as práticas são a aposta de agenciamento e efetividade de um projeto social criativo, dinâmico e autogerenciável. Nesse sentido, a formação universitária é desafiada a dialogar de forma horizontal com as novas e emergentes demandas sociais, o que não seria diferente das novas demandas do contexto escolar para a formação docente. Um exemplo atual é estabelecido no âmbito formativo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional Comum Curricular para a formação de professores (BNCC Formação). Para exemplificar, vejamos o Art. 8º - os cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica devem ter como fundamentos pedagógicos (2019, p.5):

[...] II - o compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas.

No contexto local, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) da Unipampa apresenta em um de seus objetivos acadêmicos, “investir na inovação pedagógica que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos, usando novas práticas”. (p. 39-40)

De tal modo, o Curso de licenciatura em História faz uso de tecnologias digitais com vista a inovação e a interdisciplinaridade do ensino, como fóruns eletrônicos, salas de bate-papo, blogs, correspondências eletrônicas, softwares específicos, entre outros elementos”, bem como o PDI menciona “a proposição da internacionalização do currículo para qualificação da educação em uma instituição de fronteira” (p. 48) como uma política inovadora de ensino.

### **2.5.3 Acessibilidade Metodológica**

Em termos formativos e qualitativos pode-se dizer que, a acessibilidade pedagógica constitui-se como um conjunto de princípios contratuais, éticos e didático/metodológicos com vistas à garantia de acesso ao ensino e efeitos significativos à aprendizagem, em específico, às pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.

Para tal, o Curso de Licenciatura em História compromete-se com a elaboração de metodologias engajadas, seja pela força de demanda (diagnóstico do perfil e singularidades após ingresso dos/as acadêmicos/as), seja enquanto reforço do processo atitudinal em termos de ensino e democratização do direito à aprendizagem de seus/as acadêmicos/as. Neste último, cabe destacar que “ter uma atitude” de empatia, compreensão e sensibilidade pedagógica para compreender que os/as acadêmicos/as são diferentes, acumulam trajetórias de escolarização, cultura e

distribuição social de oportunidades distintas e assimétricas, faz parte do trabalho pedagógico de todo e qualquer profissional da educação.

Destarte, para além de estar realizando um trabalho com vistas a contratualidade do campo legal e dos direitos assegurados em lei, se está firmando o comprometimento do Curso em sondar qualitativamente e de forma contínua o processo atitudinal de sua equipe de trabalho (variadas frentes - gestão, corpo docente, corpo de tutores/as, etc...), como forma de possibilitar condições de efetivação da formação docente humanizada.

Ademais, de acordo com a Resolução 328/2021, é possibilitado ao discente surdo(a) a produção das atividades acadêmicas, incluindo as avaliações, primeiramente em LIBRAS, com posterior tradução em língua portuguesa, sempre que necessário. A tradução para a língua portuguesa deverá ser feita por profissional habilitado para realizar a tradução e interpretação de forma colaborativa com o autor. Também são garantidos recursos acessíveis, tais como: prova ampliada, prova em Braille, Soroban, LIBRAS tátil, auxílio de ledor, tradução/interpretação em LIBRAS, auxílio para transcrição, fácil acesso, apoio para orientação e mobilidade, audiodescrição, comunicação alternativa, bem como todo o tipo de recurso que reduza as barreiras de acessibilidade.

No caso de componentes curriculares que tenham aulas práticas e/ou de laboratório, os professores deverão, juntamente com o interface do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) e com o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE), decidir, se possível, sobre as adaptações necessárias, tendo em vista as particularidades de cada discente.

Conforme o Documento Orientador das Comissões de Avaliação in loco para Instituições de Educação Superior com enfoque em Acessibilidade, acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica) caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular,

flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos. Nesse sentido, os recursos (textos físicos e digitais, slides, vídeos, filmes, etc.), bem como as técnicas e procedimentos (dinâmicas interativas, instrumentos avaliativos, apresentação de trabalhos, etc.) devem ser concebidos em formatos acessíveis, tendo ou não estudantes com deficiência, seguindo os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Os princípios do DUA são: Proporcionar múltiplos meios de envolvimento - estimular o interesse dos alunos e motivá-los para a aprendizagem recorrendo a formas diversificadas; Proporcionar múltiplos meios de representação - apresentar a informação e o conteúdo em diferentes formatos para que todos tenham acesso; Proporcionar diversos meios de ação e expressão - permitir formas alternativas de expressão e de demonstração das aprendizagens, por parte dos alunos.

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da UNIPAMPA, a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação.

A acessibilidade pedagógica de que trata esta resolução, conforme o capítulo II, refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente por meio de:

- I. adaptações razoáveis: são consideradas, na perspectiva do aluno, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que pessoa com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;
- II. garantia de recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreendidos como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

III. reconhecimento da LIBRAS como língua oficial das pessoas pertencentes à comunidades surdas.

IV.o Braille como sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual.

Ainda, segundo a referida resolução, ao discente com deficiência será garantida a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e a certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado, as orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29/2011. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (através de mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. A escolha de componentes curriculares deverá considerar, prioritariamente, as habilidades do(a) discente. O discente que optar pelo percurso formativo flexível terá garantida a quebra de pré-requisito.

Para os discentes com déficit cognitivo e discentes com deficiência múltipla poderá ser conferida certificação específica, a partir das habilidades desenvolvidas e aprendizagens construídas com base na avaliação dos pareceres do percurso formativo flexível.

Pontualmente em relação à plataforma de ensino-aprendizagem do curso, o Moodle e a biblioteca virtual Pearson disponibilizam o recurso Leitor de Tela NVDA para pessoas que possuem baixa visão, onde é possível aumentar ou diminuir o tamanho da fonte e controlar o alto contraste, que faz o ajuste da cor da tela e cor da fonte. O ambiente ainda disponibiliza o recurso VLibras, tradutor do conteúdo digital para a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS.

#### **2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem**

As tecnologias da informação têm promovido a formação de docentes qualificados para agir no mundo informacional e nas novas configurações de sociedade

e trabalho. Desta forma, possibilita-se que essa nova geração de docentes que ingressarão na educação básica incorpore essas tecnologias de forma criativa e dinâmica. Tudo isso é potencializado pelo formato do curso e o desenvolvimento dessas habilidades, como no próprio aprendizado discente, na sua experiência formativa, que é desenvolvida a partir das TICs.

Nesse contexto, as TICs são compreendidas como forma de aumentar e melhorar a capacidade funcional e, com isso, contribuir para potencializar a construção do conhecimento e a aprendizagem de todos os alunos, ampliando a acessibilidade ao currículo. São exemplos de TICs adaptadas: Netbooks Itautec Infoway modelo W7010 + fonte + mouse + capa + maleta; Gravadores digitais Sony modelo USB PC Link; Lupa eletrônica Alladin modelo USB/TV; Fone de ouvido modelo Microsoft Life Chat LX – 3000; Impressora braille modelo Juliet – SN#J1841PN; Leitor de livros (Scanner) Book Reader; Scanner para digitalização de acervo; Teclado numérico; Software leitor de telas Jaws; Sólidos geométricos; Software boardmaker. O quantitativo dos equipamentos por campus da UNIPAMPA, tanto para TICs adaptadas, quanto para TAs, está disponível no site do NInA, no entanto podem ser deslocados para o campus onde houver alguma necessidade específica.

O ambiente virtual de aprendizagem usado no curso é a plataforma Moodle, a qual permite implementar práticas dinâmicas a partir do uso das diferentes TICs: Celular; Tablet; Computador; Televisão; Impressoras multifuncionais; Câmera fotográfica; Pen drives; E-mails; Serviços de streaming; Sites da Internet como: Repositórios Digitais, Referatórios de Objetos de Aprendizagem e Recursos Educacionais, Plataformas de Compartilhamento de Vídeos, Sistemas de Busca de Informação, redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas e plataformas de comunicação por videoconferência, de acordo com as especificidades de cada componente curricular.

Atualmente, a partir da pandemia, foi amplamente utilizada a plataforma de videoconferência do Google, o Google Meet, para encontros/orientações/reuniões síncronas. Através do Google Meet, discentes, docentes e equipe de coordenação conseguem compartilhar textos, vídeos e áudio com os demais participantes da reunião.

Outra ferramenta utilizada atualmente e que também faz parte do cotidiano dos alunos, a qual possibilita a interação entre eles e tutores, é o aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz, WhatsApp, que permite a interação entre todos os participantes do grupo, a troca de mensagens, o compartilhamento de arquivos, vídeos e áudios. Todos esses recursos ampliam as possibilidades de interação, favorecendo a comunicação e o acesso às atividades didáticas.

Em relação a questão de acessibilidade, o ambiente virtual de aprendizagem Moodle disponibiliza o recurso Leitor de Tela NVDA para pessoas que possuam baixa visão, onde é possível aumentar ou diminuir o tamanho da fonte e controlar o alto contraste, que faz o ajuste da cor da tela e cor da fonte. O ambiente ainda disponibiliza o recurso VLibras, tradutor do conteúdo digital para a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS.

De acordo com a LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a acessibilidade prevê a utilização das tecnologias assistivas (TAs), presentes no planejamento da estrutura curricular, as quais não se restringem à sala de aula, devendo ser acessíveis a todos os estudantes e em tempo integral. Compreendem produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social, sendo que as TAs também compreendem as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs).

#### **2.5.4.1 Outros recursos didáticos**

A Equipe Multidisciplinar da Universidade Federal do Pampa é formada por diferentes profissionais que buscam atuar de forma integrada na excelência dos cursos da instituição que ofertam atividades na modalidade a Distância, com contínuo diálogo entre os Núcleo Docente Estruturante (NDE), coordenadores(as) de curso com ou sem fomento externo, docentes, tutores(as), bolsistas de convênios de fomento externo de cursos EaD e técnicos(as) administrativos(as) em educação que participam direta e indiretamente das ações propostas pela equipe. A Divisão de Educação a Distância (DED), vinculada à Coordenadoria de Planejamento, Desenvolvimento, Avaliação e

Acreditação da Pró-Reitoria de Graduação da Unipampa, tem como objetivos assessorar a implantação e desenvolvimento de cursos e projetos mediados por tecnologias educacionais, assim como fomentar a utilização de tecnologias educacionais e a educação a distância na instituição. Nesse sentido, a Equipe Multidisciplinar da Unipampa é configurada a partir da atuação da Divisão de EaD, em parceria com outros setores da instituição. Cria-se, portanto, uma rede de apoio às atividades e cursos oferecidos na modalidade EaD. Assim, seu Plano de Ação define as ações da Equipe Multidisciplinar em consonância com as normativas sobre regulação e avaliação de cursos, Projetos Pedagógicos de Cursos e PDI.

- Assessorar a implementação de cursos e projetos de educação mediados por tecnologias educacionais no âmbito da educação aberta e a distância;
- Auxiliar as coordenações de curso na atualização do Projeto Pedagógico do Curso;
- Prestação de assistência pedagógica e técnica aos docentes na elaboração de material didático autoral impresso ou disponibilizado para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem (AVA);
- Planejamento para realização de análise de materiais didático pedagógicos utilizados no processo de ensino e aprendizagem para a modalidade de educação a distância;
- Promoção de atividades de formação e capacitação para uso do AVA institucional, ferramentas de TICs, gravação e edição de videoaulas e materiais audiovisuais, aos docentes, tutores e demais profissionais envolvidos no desenvolvimento dos cursos EaD e presenciais que ofertam carga horária EaD;
- Atuação na concepção, produção e disseminação de tecnologias, de metodologias e dos recursos educacionais para a educação a distância.

A equipe multidisciplinar foi instituída pela portaria nº 919, de 7 de junho de 2023. A equipe é constituída por: Crisna Daniela Krause Bierhalz, Professor do Magistério Superior; Elvis Galarca Menezes Mendes, Técnico de Tecnologia da Informação; Henrique Rockenbach de Almeida, Programador Visual; Isaphi Marlene Jardim Alvarez, Professora do Magistério Superior; Karine Braga Moreira, Técnica em Assuntos Educacionais; Leonardo Mathis Fischer, Analista de Tecnologia da Informação; Maria

Crisna Graeff Wernz, Secretária Executiva; Rita de Cássia Angeieski da Silveira, Técnico em Assuntos Educacionais e Verônica Morales Antunes, Pedagogia.

## **2.6 Avaliação da aprendizagem**

A avaliação do discente é processual, cumulativa e contínua, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação só tem sentido quando realizada a partir de um Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPC) coletivo e enquanto mediadora do processo ensino/aprendizagem, respeitando-se as especificidades de cada atividade pedagógica e componentes curriculares, bem como as particularidades do processo de elaboração do conhecimento dos alunos e as propostas dos docentes.

Principais formas de avaliação:

- **Diagnóstica:** esta forma de avaliação pressupõe o discente como um agente relacionado a um processo de aquisição significativa de conhecimento. O docente elabora um conjunto de atividades para conhecer o discente suas aptidões, interesses, capacidades e competências enquanto pré-requisitos para trabalhos futuros, e tem como objetivo orientar, explorar, identificar, adaptar e predizer. A avaliação diagnóstica pode ser realizada através de tarefas de sondagens, pré-testes, questionários, observações.
- **Formativa:** esta forma de avaliação tem como meta comprovar se as atividades que estão sendo desenvolvidas estão de acordo com o planejado pelo docente, documentando como estão ocorrendo, apontando sucessos e fracassos, identificando áreas problemáticas e fazendo recomendações.
- **Somativa:** esta forma de avaliação pode ser realizada através de pareceres escritos do professor sobre seminários, artigos, etc. desenvolvidos pelos alunos, e que permite identificar o reconhecimento das etapas do processo de ensino e de aprendizagem.
- **Inclusiva** a partir de instrumento avaliativo, conforme legislação e orientações institucionais, que considere as adaptações metodológicas e de conteúdo estabelecidas no currículo dos alunos com deficiência, considerando as diferenças de desenvolvimento e aprendizagem.

As avaliações poderão ser feitas de duas maneiras, onde o professor poderá optar por enviar a avaliação para o polo e ela ser realizada presencialmente ou à distância utilizando a plataforma do moodle.

Conforme a Resolução CONSUNI 29/2011: A todo discente é assegurada a realização de atividades de recuperação de ensino, em uma perspectiva de avaliação contínua e diagnóstica. A instrução também assegura a existência de atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem, explicitado nos planos de ensino.

Avaliação é o processo que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias. Nesse caso, a avaliação inclui o diagnóstico e a regulação, incluindo aferição de resultados para a progressão. Envolve ainda, colateralmente, a certificação das aprendizagens. Em todas essas etapas, o desenvolvimento da autoavaliação é elemento central no processo da simetria invertida, do aprender a aprender e ensinar, em que o estudante-docente precisa reconhecer – com segurança e solidez – o que sabe identificar o que não sabe, e aconselhar-se sobre como poderá buscar desenvolver o que precisa e o que precisam os que por ele estarão orientados. Portanto, o principal avaliador do estudante deve ser ele mesmo. O professor, na condição de principal orientador pedagógico e acadêmico, deve trabalhar de modo a estimular seus estudantes à condição de melhores avaliadores das próprias aprendizagens, estratégia essencial para uma formação docente de alta qualidade, oferecendo, entre outros fatores, critérios bastante claros para a acreditação do trabalho discente e para a integralização curricular, que no Projeto também tentamos tratar de modo inovador.

Conforme Hoffmann (1995), quando descreve a avaliação como uma concepção transformadora: a avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do professor sobre sua realidade e acompanhamento, passo a passo, do estudante, na sua trajetória de desenvolvimento das competências e na construção dos conhecimentos. Trata-se de um processo interativo, por meio do qual os estudantes e professores aprendem sobre si mesmos,

vivenciando dialogicamente a realidade do processo ensino- aprendizagem no ato próprio da avaliação.

Tendo em vista a garantia dos objetivos e da qualidade do processo de formação, conforme Hoffmann (1995) e Sant'Anna (1995), a avaliação deve ser:

- Reflexiva: desenvolvida como ação investigativa e reflexiva;
- Cooperativa: trata-se de um ato coletivo e consensual do qual participam todos os envolvidos, diretos e indiretamente, na ação educativa;
- Contínua: acompanhando toda a ação pedagógica, identificando o estágio em que se encontra a execução do plano educativo;
- Integrada: a avaliação é parte integrante da ação educativa, com a qual mantém uma relação dialética: ela é produto e fator da ação pedagógica;
- Abrangente: atingindo todos os componentes da ação pedagógica;
- Versátil: deve se basear em inúmeras aferições, em vários tipos de dados, com múltiplos, variados e adequados instrumentos, e deve se processar em diferentes momentos.

A partir desses princípios, propõe-se um sistema integrado de avaliação do Curso e das atividades pedagógicas, de acordo com os objetivos do Curso e perfil do formando, como segue:

1. Enquanto mediadora dos processos de ensino e de aprendizagem, a avaliação das atividades acadêmicas deve permitir a articulação entre as etapas do processo pedagógico; e ser orientada pelos objetivos do curso e perfil esperado do formando, ou seja, o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica e operacionalização de conceitos, permitindo, assim, a produção de novos conhecimentos científicos;
2. Cada instrumento de avaliação deve deixar transparente o que se pretende avaliar, quais competências e habilidades a serem desenvolvidos, bem como os critérios de avaliação, os quais devem ser discutidos previamente com os alunos, assim como os resultados e as medidas a serem tomadas para o aperfeiçoamento do processo;
3. O aluno deve ter o retorno das avaliações com comentários e sugestões para superação dos problemas, reorganização e reelaboração do conhecimento;

4. A nota para promoção em componentes curriculares, obrigatórios e complementares é 6,0 (seis), conforme estabelecido pela Resolução 29 (UNIPAMPA, 2011).

Demais formas de recuperação processual são previstas nos respectivos planos de ensino. Poderão ser desenvolvidas atividades de estudo/recuperação mediada pelos tutores e ações de revisão de conteúdo realizadas em grupos de estudos nos polos.

O TCC, por constituir em atividade de natureza cumulativa, processual e específica da formação que está de acordo com a proposta de desenvolvimento da pesquisa, terá nota de aprovação mínima igual a 6,0 (seis). Constitui um Componente Obrigatório de Graduação, conforme a construção própria do itinerário formativo do discente.

Serão proporcionadas atividades avaliativas de recuperação para aqueles e aquelas que não atingirem a média 6,0 (seis). Esta recuperação deverá ser explicitada nos planos de ensino bem como acordadas entre o docente e os discentes.

## 2.7 Apoio ao discente

A UNIPAMPA disponibiliza programas desenvolvidos que fazem parte de Políticas institucionais geridas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) em articulação com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e materializados através de ações dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) em cada Campus. Para o atendimento das demandas discentes, ações institucionais, que visam o atendimento pedagógico ao discente são desenvolvidos através do Programa de Acompanhamento ao Estudante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), elaborado em conjunto com a PROGRAD, NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores de Cursos. Atualmente este programa é desenvolvido numa parceria entre PRAEC, PROGRAD e NuDEs.

À PRAEC cabe mais especificamente trabalhar com o projeto de acompanhamento pedagógico aos beneficiários do Plano de Permanência.

Compõem o NuDE do Campus de São Borja: William Bernardes, Leandro Lied, Ana Dutra e Gilvane Belém Correia.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), desenvolve programas que visam melhorar as condições de acesso e de permanência dos acadêmicos na universidade, bem como contribuir com a qualificação do processo pedagógico, em uma perspectiva de formação plena e cidadã. De maneira articulada com outros setores da instituição, são oferecidos os seguintes programas:

I.O Plano de Permanência (PP) auxilia os estudantes de graduação. O PP visa melhorar o desempenho acadêmico e prevenir a evasão e retenção. O plano é constituído pelos programas:

a. Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa – contribui para o provimento das necessidades de refeição diária do aluno. Segundo a resolução 84/2014, são duas modalidades do Programa de Alimentação Subsidiada: Auxílio Alimentação (Destina-se a contribuir com as despesas provenientes da necessidade de refeição diária do aluno); e Alimentação Subsidiada, em oito Campus, atualmente oito restaurantes Universitários funcionando. Este Programa atende os beneficiários do

Plano de Permanência que acessam o RU com o valor da refeição totalmente subsidiado pela universidade. No Campus São Borja os(as) alunos(as) podem acessar o Restaurante Universitário (RU);

b. Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro: para atender os alunos cuja residência é externa ao do município de seu Campus ou que não residam em região urbana pertencente ao município de seu Campus e que necessitam fixar residência em região urbana no município de seu Campus;

c. O Programa de Apoio ao Transporte: contribui com as despesas de transporte vinculadas às atividades acadêmicas regulares, e se estende aos alunos da zona rural. Os auxílios têm reajuste anual, e o aluno que ingressar neste Plano poderá receber os benefícios até se formar, desde que continue atendendo aos critérios acadêmicos e socioeconômicos, por meio de comprovação periódica junto ao assistente social de sua unidade. São realizadas edições anuais de seleção para entrada de beneficiários no Plano. A avaliação para a concessão do benefício é feita pela equipe técnica da PRAEC, que conta com assistentes sociais nos dez Campi da Universidade.

II.O Programa Desenvolvimento Acadêmico (PDA) é realizado em parceria com as Pró-Reitorias acadêmicas, e permite que os acadêmicos, previamente inscritos e selecionados, adquiram experiência em uma das quatro modalidades de formação acadêmica (I- ensino e monitoria em componente curricular; II- pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; III- extensão e cultura; IV- ações sociais, culturais e de atenção à diversidade) e iniciação à Práticas Acadêmicas Integradas articulando ensino, pesquisa e extensão, o que contribui para a sua manutenção financeira e permanência acadêmica. Os valores das bolsas deste programa se equiparam aos dos principais órgãos de fomento e se desenvolvem em modalidades de 12h/semanais e 20h/semanais, sendo que o processo de seleção dos projetos se dá de forma articulada nas respectivas comissões de ensino, pesquisa e extensão.

III.O Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE) visa contribuir do auxílio depende da localidade do evento e do período de participação do discente. O auxílio se destina à participação de discente na condição de apresentador de trabalho e/ou para representação institucional, atende também alunos que representam a Universidade em comissões que exigem a representação estudantil, assim como em

áreas específicas em que é exigida a representação da Unipampa no conjunto das outras universidades.

I. Política de Assistência estudantil para discentes indígenas e quilombolas. Por meio da Norma Operacional n.º 6/2018 (Norma operacional n.º 6/2018), retificada pela Norma Operacional n.º 3/2019 (Norma Operacional n.º 3/2019), considerando a necessidade da criação de política específica para atendimento de discentes indígenas e quilombolas, instituiu-se, como parte dos programas a serem ofertados pela PRAEC, o Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola, o Programa de Monitoria Indígena e Quilombola e o Auxílio de Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola.

1. Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola – PAPIQ Chamada para a inclusão dos discentes indígenas aldeados ou moradores das comunidades quilombolas, regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da UNIPAMPA, nos Programas de Alimentação Subsidiada, Programa de Moradia Estudantil, Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio Creche, com o objetivo de oferecer condições de permanência na Instituição, até a admissibilidade do discente no Programa Bolsa de Permanência do Ministério da Educação – PBP/MEC. Ainda, a Portaria PRAEC n.º 2/2019, que regulamenta a concessão dos benefícios do PAPIQ aos estudantes indígenas e quilombolas ingressantes no Curso de Educação do Campo – Licenciatura.

2. Programa de Monitoria Indígena e Quilombola O programa seleciona monitores para atender, prioritariamente, os estudantes indígenas e quilombolas, selecionados por processo seletivo de ingresso específico, em suas atividades acadêmicas.

3. Auxílio de Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola Objetiva complementar a política de apoio aos discentes indígenas e quilombolas, ingressantes por meio de processo seletivo específico para indígenas e quilombolas, ou através da reserva de vagas pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) para indígenas e quilombolas.

II. O programa visa promover a iniciação na vida acadêmica dos alunos indígenas e quilombolas, por meio de atividades nas modalidades ensino, pesquisa, extensão e ações sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade

acadêmica, que proporcionem a ligação entre o curso e as demandas das comunidades indígenas e quilombolas, incluindo seus saberes e sua cultura, na perspectiva da interculturalidade.

III.O Programa de Apoio Social e Pedagógico/PASP, faz parte do conjunto de atividades na área de Ações Afirmativas - com a intenção de dar suporte às atividades desenvolvidas pelos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NUDEs) e pelas Comissões Multidisciplinares de Acessibilidade das unidades acadêmicas na realização de atendimento direto a alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem por ordem diversas, desta forma, busca concretizar as políticas de Ações Afirmativas na UNIPAMPA.

IV.O Programa de Apoio ao Ingressante consiste na concessão de auxílio financeiro, de natureza eventual e provisória, aos estudantes ingressantes em cursos presenciais de graduação, provindos de localidades diversas às da cidade sede da Unidade Acadêmica a que estejam vinculados, e que se encontram em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica. Tem como objetivo oferecer condições de acesso, permanência na graduação presencial, para suprir as necessidades básicas no lapso temporal entre o ingresso do estudante na Universidade e a conclusão do processo seletivo de ingresso aos programas de assistência estudantil.

Se referem a projetos do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) e à acessibilidade e atendimento educacional especializado:

1. Evasão e retenção, responsabilidade PROGRAD;
2. Apoio Social e Pedagógico, responsabilidade PRAEC-PROGRAD;
3. Acompanhamento ao Desempenho do Estudante, responsabilidade PROGRAD e NInA;
4. UNIPAMPA Acessível, responsabilidade NInA;
5. NInA em Rede, responsabilidade NInA.

O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UNIPAMPA coordena ações de e para inclusão e acessibilidade na Universidade, que incluem formação continuada de docentes e de técnicos, orientação aos NuDE para estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aquisição de recursos de acessibilidade como

impressoras Braille, leitores de livros para as bibliotecas de todos os Câmpus, mobiliário adaptado, recursos eletrônicos de tecnologia assistiva e comunicação alternativa, dentre outros. Propõe também uma política para a instituição que abrange acessibilidade arquitetônica, na comunicação e na informação, nos projetos pedagógicos dos cursos, nos materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Na perspectiva da inclusão e acessibilidade, uma ação central na consolidação desta política interna na Universidade é o desenvolvimento do PROGRAMA INCLUIR: acessibilidade na educação superior (MEC/SECADI/SESu), que orienta a estruturação de trabalho de inclusão e acessibilidade a nível nacional para as instituições federais e disponibiliza recursos financeiros para investimento em ações relacionadas diretamente com ações na área da inclusão e acessibilidade.

A UNIPAMPA assume a inclusão e acessibilidade como política institucional em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), com um capítulo que contempla o atendimento às pessoas com deficiência (p. 80-85), retrata esse compromisso e baliza o caminho a ser trilhado em toda a Universidade.

A promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, envolve pensar tudo o que é compartilhado na vida universitária na perspectiva do Desenho Universal. Trata-se, portanto, de um trabalho que deve ser realizado de modo articulado, portanto, intersetorial e interprofissional (...). Dado o exposto, a política institucional de inclusão e acessibilidade tem sido desenvolvida na perspectiva de garantir a todos os acadêmicos as condições para seu pleno desenvolvimento, com remoção gradativa das barreiras à participação e à aprendizagem, à luz do entendimento contemporâneo para a inclusão educacional e da legislação vigente (PDI UNIPAMPA, 2014, p. 84-5).

É papel do NInA, em articulação com as demais Unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto n.7.691/2011). (PDI UNIPAMPA, 2019-2023). A interface do NInA no Câmpus São Borja é a servidora Gilvane Belém Correia.

Em relação ao apoio a discentes com deficiência, foi aprovada a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA 328/2021 que institucionaliza as Diretrizes para Acessibilidade

no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis, contemplando também o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes visando a autonomia e independência na Instituição e fora dela, podendo ser organizado pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade, a partir da avaliação da equipe multidisciplinar.

As principais atividades do NInA são:

- Identificar, cadastrar e planejar o ingresso, a permanência e a formação dos acadêmicos com deficiência e demais necessidades educacionais especiais;
- Criar mecanismos que possibilitem flexibilidade e inovação dos componentes curriculares nos cursos da UNIPAMPA;
- Realizar levantamento das condições de infraestrutura e de acessibilidade para a proposição de adequações nas várias áreas dos campi da UNIPAMPA;
- Desenvolver ações de sensibilização, orientação e mobilização e formação aos docentes, dirigentes e servidores técnico-administrativos dos dez campi da Instituição, almejando a construção de uma efetiva política inclusiva.

O Projeto de Acompanhamento ao Desempenho do Estudante (PADE) visa promover a permanência e o sucesso acadêmico de todos estudantes, assegurando as condições necessárias para a efetiva aprendizagem.

Estão sendo desenvolvidas também ações com vistas à construção de moradias estudantis, disponibilização de espaços para alimentação com refeição subsidiada, bem como a ampliação das ações e dos programas e o fortalecimento da organização estudantil.

A UNIPAMPA recebe atualmente recursos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), normatizada pelo Decreto Nº 7.234/2010. Além disso, a UNIPAMPA destina recursos próprios para a área.

Acrescenta-se os projetos desenvolvidos atualmente:

- PET - O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de

aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementam a formação acadêmica do estudante e atendem às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica (site UNIPAMPA);

- PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência;
- PRP – Programa de Residência Pedagógica.

### **2.8 Gestão do Curso a partir do processo de avaliação interna e externa**

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional, promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos campi e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão. São avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política de ensino, pesquisa, extensão, pós graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da autoavaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira (BRASIL, 2017a). As temáticas da EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassam transversalmente essas áreas.

Inclui-se, ainda, o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), regulamentado pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 294, de 30 de novembro de 2020. Este programa, em atividade desde 2016, tem por objetivo avaliar o desempenho dos cursos de graduação e de pós; estabelecer políticas institucionais de formação continuada no âmbito da pós graduação, contribuindo para o planejamento e a melhoria

dos cursos; orientar a oferta de novos cursos; e divulgar ações institucionais para os egressos da UNIPAMPA. Cabe aos docentes da Comissão de Curso divulgar a política de acompanhamento de egressos aos alunos, principalmente aos formandos, conscientizando-os sobre a importância de contribuírem com a avaliação do curso, enquanto cidadãos diplomados pela Instituição.

Através da comunicação com os egressos, metas poderão ser traçadas para resolver problemas relativos à formação oferecida; isso, conseqüentemente, refletirá na comunidade acadêmica, na organização do curso e na atividade dos servidores. Após o recebimento dos relatórios, cabe ao NDE utilizar os resultados para análise e reflexão acerca das condições e percepções dos egressos, como um importante instrumento de debate sobre os indicadores de sucesso ou fragilidades no curso e quais novas ações poderão ser planejadas, com registro dos encaminhamentos, as ações e tomadas de decisões. Também, os docentes deverão refletir sobre o currículo, analisando se o perfil do egresso exposto no PPC condiz com a prática que os ex-alunos vivenciaram. O resultado das avaliações externas é utilizado para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidências da divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e registro do processo de autoavaliação periódica do curso.

O papel do docente é fundamental, ainda, para que se estabeleça um processo de sensibilização dos alunos sobre a importância de contribuírem com a avaliação da instituição. É importante que eles compreendam a importância de suas constatações e opiniões, não somente enquanto estudantes, mas que saibam, previamente, da importância que terão também enquanto cidadãos formados pela Instituição. Logo, é preciso sensibilizá-los desde o início de seu percurso na Universidade para que contribuam na vida institucional, sejam participativos e críticos com a sua autoavaliação, de modo que esta sirva de base para questionamentos e reflexões sobre o processo. Ainda, em relação ao processo de autoavaliação, os cursos devem considerar os resultados da avaliação do desempenho didático realizada pelo discente (conforme a Resolução CONSUNI 80/2014), tendo em vista a qualificação da prática docente.

### 2.8.1 Autoavaliação do Curso

A autoavaliação do curso será realizada a partir de: reuniões periódicas, questionários, debates, ouvidorias, utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), entre outros; análise e discussão dos dados e relatórios da CPA e dos relatórios internos.

A autoavaliação do curso está pautada na missão institucional, sendo organizada em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861/2004, e com a política de Avaliação Institucional da Universidade.

No âmbito da autoavaliação do curso, conforme disposto na Lei nº 10.861/2004, o projeto prevê alguns instrumentos que ajudam a diagnosticar as condições de sua oferta. O papel do processo de autoavaliação é acompanhar o desenvolvimento do curso de maneira mais geral, analisando criticamente as diferentes ações implementadas por sua coordenação, para avaliar se e em que medida elas cooperam para realizar os princípios da UNIPAMPA e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História EAD. Visa também a aperfeiçoar e a melhorar a qualidade das ações e opções cotidianas, tornando a coordenação ciente das preocupações, demandas e problemas apresentados por alunos e professores.

Entende-se que o processo de avaliação do curso é permanente, com a aplicação de instrumentos específicos para momentos pontuais do ciclo de formação dos alunos. Seguindo os padrões do INEP, compreende-se que esses ciclos sejam tri anuais. De modo a se fazer o levantamento de dados necessário para aferir a qualidade do curso, elencam-se como instrumentos para o processo de autoavaliação:

- A. reuniões periódicas da Comissão de Curso e do NDE, para se avaliar a oferta do curso e as demandas apresentadas pelos alunos;
- B. questionários a serem preenchidos pelos alunos, e, com o objetivo de coletar dados para subsidiar a Comissão de Curso e o NDE em suas decisões;
- C. avaliação dos discentes sobre o desempenho dos docentes quanto à metodologia de ensino;

D. debates, com a comunidade do curso, com a finalidade de divulgar resultados dos dados coletados pelos diferentes instrumentos e determinar ações para a melhoria contínua do curso;

E. utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), dentre outros.

Como é possível observar, prevê-se a participação de todos os envolvidos com o curso nos processos de auto avaliação, além de utilizar os resultados da avaliação para o replanejamento do curso.

### **2.8.2 Acompanhamento de Egresso**

O acompanhamento dos egressos do curso de Licenciatura em História, atenderá a Resolução nº 294, de 30 de novembro de 2020, a qual regulamenta o acompanhamento de egressos da UNIPAMPA. Estima-se que possibilitará conhecer a área de atuação dos egressos as percepções sobre a formação recebida, divulgando possíveis atividades de formação continuada, entre outros, no site do curso.

## **3 EMENTÁRIO**

### **1º MÓDULO**

#### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Fundamentos da História
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

#### **EMENTA**

O elemento estruturante da história: o tempo, (diacronia e sincronia). O fato, a história e a memória e suas relações. As características do ofício do historiador. O método e as fontes. A neutralidade, a objetividade e a subjetividade. História e historiográfico: diferenças.

### **OBJETIVO GERAL**

Apresentar os elementos constitutivos da história e da natureza do ofício do historiador em perscrutar as ações dos “homens no tempo”.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Problematizar os elementos da história e do ofício do historiador.
- Debater sobre o alcance e o limite do conhecimento historiográfico a partir do método e das fontes.
- Destacar a diferença entre História e a produção do conhecimento historiográfico.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ELIAS. Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. São Paulo: Campus, 1997.

DIEHL, Astor A. Clio e seus artífices ou territórios da descontinuidade. Passo Fundo: Berthier, 2015.

DIEHL, Astor A. Cultura historiográfica: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

DOSSE, François. A história. Bauru: EDUSC, 2003.

HARTOG, François. Evidência da História: O que os historiadores veem. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.

HEGEL, Georg W. F. Filosofia da história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: História Antiga
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

As civilizações hidráulicas da Mesopotâmia e do Nilo, a civilização clássica Grega e Romana. As formas de organização econômica, social e política. O imperialismo antigo. Os legados ao mundo contemporâneo.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender o processo de formação das civilizações do Oriente próximo e do mediterrâneo.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Distinguir as características econômicas, sociais e políticas e o imperialismo como parte integrante de suas formações.
- Perceber os legados dos legados das civilizações antigas na contemporaneidade.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

FUNARI, Pedro Paulo A. Grécia e Roma. São Paulo: Contexto, 2001.

PINSKY, Jayme. As primeiras civilizações. São Paulo: Contexto, 2009.

DUBY, Georges. História da Vida Privada volume um: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BOTTERO, Jean. No começo eram os deuses. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARTLEDGE, Paul. Grécia Antiga. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

CORASSIN, Maria Luiza. Sociedade e política na Roma Antiga. São Paulo: Atual Editora, 2001.

GRIMAL, Pierre. História de Roma. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

JOHNSON, Paul. Egito Antigo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Fundamentos da Educação
- Carga horária total: 30 horas
- Carga horária teórica: 30 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

As bases históricas e os fundamentos filosóficos e sociológicos da educação. Os problemas e os desafios da educação brasileira contemporânea.

### **OBJETIVO GERAL**

Apresentar os elementos históricos e os fundamentos filosóficos e sociológicos da educação.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Apropriar dos fundamentos da educação como base para a compreensão dos problemas e desafios enfrentados pela educação na sociedade atual.

- Refletir acerca da educação brasileira, seus condicionantes históricos estruturais, as perspectivas e desafios.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

FARIA FILHO, Luciano Mendes (ORG.). 500 Anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.

GADOTTI, Moacir. História das ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 2010.

PERISSE, Gabriel, Introdução à filosofia da educação. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 35 ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2000

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

DUBET, F. O que é uma escola justa? São Paulo: Cortez, 2010.

APPLE, M. Educação e poder. Porto Alegre: Artmed, 1989.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2012.

GADOTTI, Moacir, Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 2009.

GAUTHIER, C. E TARDIF, M. A Pedagogia. Petrópolis: Vozes. 2010.

GAUTHIER, Clermont. Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. 3Ed, Ijuí, Unijuí, 2013.

STRECK, D. Rousseau & Educação. Belo Horizonte: Autêntica. 2008.

VEIGA, Cynthia Greive, História da educação. São Paulo: Ática, 2011.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Metodologia Científica
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Os tipos de conhecimentos. A ciência e o método. A pesquisa na formação acadêmica e docente. Os tipos de leituras, fichamentos, resumos e resenhas. A estrutura, a relação forma e conteúdo, de um paper, ensaio teórico, artigo científico e projeto de pesquisa, resenhas e fichamentos. Normas técnicas, institucionais e da ABNT, para trabalhos científicos.

### **OBJETIVO GERAL**

Apresentar os elementos teóricos e metodológicos que estruturam a produção do conhecimento científico na formação acadêmica e docente.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Diferenciar conhecimento empírico e conhecimento do senso comum.
- Apropriar das noções fundamentais para a elaboração de trabalhos acadêmicos, científicos, publicações, como leitura, fichamentos, resenhas, citações diretas e indiretas.
- Utilizar corretamente as normas e regras institucionais e da ABNT na elaboração de trabalhos acadêmicos.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2009.

KÖCHE, Jose Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia da Ciência: Filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas: Editora Autores Associados, 2007.

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1985.

DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos. Campinas: Papirus, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2007.

PADUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2012.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Português Básico
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Análise das condições de produção de texto referencial. Planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Prática de elaboração de dissertações, resumos e resenhas. Leitura, interpretação e reelaboração de textos. Revisão gramatical.

### **OBJETIVO GERAL**

Oferecer subsídios de Língua Portuguesa aos estudantes a fim de que possam pensar, falar e escrever com mais clareza, concisão, coerência e ênfase. Auxiliar os estudantes no sentido de saberem usar a língua para estruturar melhor seus pensamentos, na fala e na escrita, enfim na comunicação.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar as dificuldades que os alunos têm em pronunciar corretamente as palavras;
- Conhecer a língua portuguesa para produzir uma escrita melhor;
- Compreender as diferentes formas de escrever os trabalhos científicos.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999. Atualizado em <http://www.academia.org.br/vocabulario>

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (versão impressa e eletrônica).

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. Manual de expressão oral e escrita. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Francisco. Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos. 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Francisco. Dicionário de verbos e regimes. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

HOUAISS, Antonio. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 1.0. Dez – 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Introdução à lingüística textual. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KURY, Adriano da Gama. Ortografia, pontuação e crase. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. Manual do Candidato – Português. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

VANOYE, Francis. Usos da Linguagem. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILSON, John. Pensar com conceitos. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Informática Básica
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0

- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

Componentes e funcionamento do computador. Ambiente virtual de aprendizagem Moodle. Softwares aplicativos. Navegação na internet.

## **OBJETIVO GERAL**

Instrumentalizar os alunos no uso das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação para mediar suas atividades cotidianas, contribuindo à sua formação. Provocar a produção de materiais educacionais digitais, observando o critério de acessibilidade (design universal).

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Demonstrar como usar as TIC em sala de aula;
- Conhecer as TIC utilizadas na Educação;
- Mostrar como que podemos construir materiais educacionais;

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos. 7. ed. São Paulo: Elsevier, 2004,

ADELL, Jordi. Redes y Educación. Em: Pans, Juan de Plblos y Segura, Gimenez (Coords). Nuevas Tecnologias: comunicación audiovisual y educación. Barcelona: Cedecs, 1998.

CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A.; Introdução à Informática. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

CATAPULT, Inc. Microsoft Word 2000 passo a passo. São Paulo: Makron Books, 2000.

COLLIS, B. Applications of Computer Communications in Education: an Overview. IEEE Communications Magazine. March 1999. p. 82-86.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Cortez, 1997.

- GATES, Bill. A estrada do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GRAU, Jorge E. Tecnologia y Educacion. 2. ed. Buenos Aires: Fundec, 1996.
- JONASSEN, D et alli. Learning with Technology: A Constructivist Perspective. New Jersey: Prentice Hall, 1999.
- \_\_\_\_\_. O Uso das novas tecnologias na educação a distância e a aprendizagem construtivista. Em Aberto: Brasília, ano 16 n. 70, abr/jun 1996 (p.70-88).
- LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1993.
- \_\_\_\_\_. Cibercultura. São Paulo: Trinta e Quatro, 1999.
- LITTO, Frederic M. Repensando a Educação em Função de Mudanças Sociais e Tecnológicas e o Advento de Novas Formas de Comunicação. III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação. Barranquilla, Colômbia, 1996. Disponível na Internet em [http://www.niee.ufrgs/ribie98/cong\\_1996/congresso\\_html/conf\\_1/conf1.html](http://www.niee.ufrgs/ribie98/cong_1996/congresso_html/conf_1/conf1.html)
- MARILYN M.; ROBERTA B. & PFAFFENBERGER, B., Nosso Futuro e o Computador. 3 ed. Bookman, 2000.
- MICROSOFT INC., Manual do Microsoft Office 2000, 2000; O'BRIEN, J. A., Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet. São Paulo: Saraiva, 2001.
- OLIVEIRA, Ramon de. Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula. Campinas: Papirus, 1997.
- RUBIN, Charles. Microsoft Word 2000: guia autorizado. São Paulo: Makron Books, 2001.
- SANCHO, Juana M. A Caixa de Surpresas: possibilidades educativas da informática. Tecnologias Educacionais: Para além da sala de aula. Pátio: Revista Pedagógica. Ano 3 nº 9 Maio/Julho 1999. p. 11-15.
- SILVA, Casturina J. A informática como um novo desafio ao professor. III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação, 1996.
- TIBÚRCIO, Carlos. Guia de informática e Internet para a educação brasileira: o que um profissional da educação precisa saber sobre computadores e comunicação eletrônica. São Paulo: T&M, 1997.
- VIZCARRO, C. e LEÓN, José A (Org.). Nuevas Tecnologias para el aprendizaje. Madrid: Ediciones Pirámides S.A., 1998.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- WHITE, Ron. Como funciona o Computador III. 8. Ed. São Paulo: Quark, 1998.

## 2º MÓDULO

### IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- Componente Curricular: Formação Histórica do Brasil I

- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

As sociedades sem Estado da América do Sul pré-colonial. As dinâmicas sociais econômicas e culturais. Os contatos, as rupturas e as permanências coloniais e pós-coloniais.

### **OBJETIVO GERAL**

Apresentar as sociedades pré-coloniais num contexto cultural dinâmico.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender a complexidade social, econômica, e cultural das sociedades da América do Sul pré-colonial.
- Problematicar as rupturas e permanências das sociedades pré-coloniais para a sociedade colonial.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado – pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

GUIDON, Niéde. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: DA CUNHA, Manuela C. (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

- CLASTRES, Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- BOCCARA, G. Etnogenesis Mapuche: resistência y restructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). In: *Hispanic American Historical Review*, 79 (3): 424-461.
- BOCCARA, G. Antropologia diacrônica: dinâmicas culturais, processos históricos y poder político. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2005.
- DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- FAUSTO, C. Se Deus fosse Jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (sécs. XVI-XX). In: *Mana*, 11 (2): 385-418, 2005.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro, Contra Capa/LACED, 2004.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Org.). *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: processos de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- WILDE, G. *Religión y poder en las misiones de Guaraníes*. Buenos Aires, Editorial SB, 2009.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: História Medieval
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Do mundo antigo no séc. V, a formação e constituição da sociedade medieval clássica na Europa Ocidental. A dinâmica econômica e social da sociedade feudal e a igreja

como eixo religioso/político. A crise do séc. XIV e a reestrutura feudal com as monarquias.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender o período que inicia no séc. V e se estende ao séc. XV, permeado por diversas conjunturas com ritmos e tempos diferentes no desenvolvimento da sociedade feudal clássica ocidental.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Refletir criticamente sobre a ação da igreja, do uso da religião como instrumento religioso/político que atravessava toda a sociedade.
- Identificar na crise do séc. XIV, a reestruturação feudal e o fortalecimento das monarquias a partir de um aparato administrativo, jurídico e militar.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BURCKHARDT, Jacob. A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2009.

FRANCO JR, Hilário. Idade Média: o nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PIRENNE, Henri. História Econômica e Social da Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

HUIZINGA, Johan. O outono da Idade Média. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

ANGOLD, Michael. Bizâncio – a ponte da Antiguidade para a Idade Média. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

DUBY, Georges. Idade Média, Idade dos homens. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LE GOFF, Jaques. Para uma outra Idade Média: Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Florianópolis: Vozes, 2013. LE GOFF, Jacques. Em busca da Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LE GOFF, Jacques. Uma longa Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: História Moderna
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

A Idade Moderna da transição a ruptura do feudalismo e os processos sociais, culturais e econômicos que permitiram o advento do capitalismo.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender as mudanças, permanências e rupturas na História Moderna e o processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Destacar a complexidade do período histórico e as diversas possibilidades de entendimento da realidade política, econômica, social e das estruturas mentais do período.
- Evidenciar a dinâmica da sociedade europeia ocidental.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BURCKHARDT, Jacob. A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2009.

BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOBBSAWM, E. J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2008.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 2008. Referências

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo, SP: L & PM, 1998.

PIRENNE, Henri. História Econômica e Social da Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo, SP : Companhia das Letras, 2009.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Teoria da História I
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

A filosofia da história em direção à "ciência" histórica. O positivismo e o historicismo. Diferenças, aproximações e avanços.

### **OBJETIVO GERAL**

Proporcionar os fundamentos teóricos que possibilitaram a emergência e a efetivação da história como ciência e os seus desdobramentos.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Debater sobre as principais correntes teóricas da história.

- Diferenciar a filosofia da história da ciência histórica do Séc. XIX.
- Compreender o pensamento da ciência histórica do séc. XIX e suas contribuições.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

BARROS, José D' Assunção. Teoria da história. Os primeiros paradigmas: o positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes, 2001.

JENKINS, Kenkins. A história repensada. São Paulo: Contexto, 2013.

REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

REIS, José Carlos. Teoria da história: tempo histórico, história do pensamento ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

ARAUJO, Valdei Lopes. MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando: Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BARROS, José D' Assunção. Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2013.

CARRETERO, Mario. Documentos de identidade: a construção da memória histórica em mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DILTHEY, Wilhelm. A construção do mundo histórico nas ciências humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DOSSE, François. A história, Bauru: EDUSC, 2003.

HARTOG, François. Evidência da história: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MARTINS, Estevão de Rezende. História pensada: teoria e método na historiografia europeia do séc. XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

MITRE, Antonio. O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SIMEL, George. Ensaio sobre a teoria da história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: LIBRAS

- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em Libras para a comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.

### **OBJETIVO GERAL**

Promover o ensino e a difusão dos fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Possibilitar uma alternativa de comunicação entre as pessoas envolvidas no processo ensino aprendizagem.
- Desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais em nível básico.
- Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GESSER, Audrei. O Ouvinte e a Surdez - Sobre Ensinar e Aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial. 2012.

GLAT, Rosana, Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : EDUERJ, 2012.

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Editora EDUSP, 2012.

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte, Mauricio, Aline Cristina L. NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Editora EDUSP, 2012.

FLAVIA, Brandão. Dicionário Ilustrado de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Global. Editora, 2011.

MOURA, Maria Cecília de. O surdo, caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro. Ed. Revinter, 2000.

RAMOS, Rossana. Passos para a inclusão: algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais / 5. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2010

STAINBACK, Susan, Inclusão: um guia para educadores / Porto Alegre, RS : Artmed, 1999

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

WALTON, John N; ALMEIDA, Elizabeth C. Atividades ilustradas em sinais da libras. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Teorias do Currículo e Gestão Escolar
- Carga horária total: 30 horas
- Carga horária teórica: 30 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial:0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

Projeto Político Pedagógico. As concepções que fundamentam as Teorias das Organizações e de Administração Escolar. A organização do trabalho administrativo-pedagógico. A gestão da educação brasileira.

## **OBJETIVO GERAL**

Apresentar as concepções políticas pedagógicas, as teorias da organização escolar que

estruturam a gestão da educação brasileira.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Debater as concepções e os contextos que fundamentam as teorias da organização e da administração escolar;
- Compreender o conceito de gestão democrática;
- Refletir a respeito do lugar dos educadores e da comunidade escolar nas práticas de gestão escolar.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

LIBANEO, Jose Carlos, Educação escolar: política, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2011.

PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2012.

PILETTI, Nelson. Educação básica: da organização legal ao cotidiano escolar / São Paulo, SP: Ática, 2010.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394. Brasília, 1996.

PARO, Vitor Henrique, Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação / 2. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2010. 103 p.

SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, Jane S; SOUZA, Rosa F; VALDEMARIN, Vera T. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Rosa Fatima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

THURLER, Monica Gather. A organização do trabalhador escolar: uma oportunidade para repensar a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 22 ed. – São Paulo: Libertad Editora, 2012 – (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1)

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Prática Pedagógica em História I
- Carga horária total: 60 horas

- Carga horária teórica: 0 horas
- Carga horária prática: 0 horas
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

Instrumentalização dos discentes para a sua inserção no contexto escolar.

## **OBJETIVO GERAL**

Criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola formal, analisando e avaliando procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Promover a reflexão crítica sobre práxis pedagógica;
- Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de História.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ARROYO, M.G. O ofício de mestre. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAGA, ROSALINA, A construção da escola elementar. Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1.986.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

LAFOUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado . São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

PARO, Vitor Henrique, Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação / 2. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2010. 103 p.

SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, Jane S; SOUZA, Rosa F; VALDEMARIN, Vera T. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Rosa Fatima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

THURLER, Monica Gather. A organização do trabalhador escolar: uma oportunidade para repensar a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

### **3º MÓDULO**

#### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Formação Histórica Africana
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

#### **EMENTA**

A origem do homem na África. O processo de humanização e a diáspora; A diversidade econômica, social, política e cultural do continente africano até a modernidade europeia.

#### **OBJETIVO GERAL**

Proporcionar os elementos teóricos para outra(s) “leitura(s)” sobre a formação histórica da África.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Destacar a diversidade e complexidade do Continente da pré-história a modernidade ocidental.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

UNESCO. História Geral da África Vol. I – Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2000.

UNESCO. História Geral da África Vol. II – África Antiga. Brasília: UNESCO, 2000.

UNESCO. História Geral da África Vol. III - A África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2000.

UNESCO. História Geral da África Vol. IV – África do séc. XII ao XVI. Brasília: UNESCO, 2000.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Manuel Correia de, O Brasil e a África / 2. ed. São Paulo, SP : Contexto, 1991.

HUGON, Philippe, Geopolítica da África. Rio de Janeiro: RJ : FGV, 2009.

Serrano, Carlos Moreira Henriques, Memória d'África :a temática africana em sala de aula / 3. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2010.

MATTOS, Regiane Augusto de, História e cultura afro-brasileira / 2. ed. São Paulo: SP : Contexto, 2011.

UNESCO. História Geral da África Vol. V – África do séc. XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2000.

UNESCO. História Geral da África Vol. VI – África do séc. XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2000.

UNESCO. História Geral da África Vol. VII – África sob dominação colonial, 1880 – 1935. Brasília: UNESCO, 2000.

UNESCO. História Geral da África Vol. VIII – África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2000.

## IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- Componente Curricular: Formação Histórica do Brasil II
- Carga horária total: 45 horas
- Carga horária teórica: 45 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## EMENTA

A formação do Brasil colônia. A dinâmica econômica, territorial, social e política e a crise do antigo regime com a Independência em 1822.

## OBJETIVO GERAL

Compreender a formação do Brasil colônia no contexto de expansão ultramarina.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar na independência do Brasil, a crise do sistema colonial e a emergência dos novos grupos econômicos e políticos.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

DA COSTA, Emília Viotti. Da senzala à colônia. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LINHARES, Maria Yedda; CARDOSO, Ciro Flamarion S. (orgs.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2012.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FIGUEIREDO, José Ricardo. Modos de ver a produção do Brasil. São Paulo: Edusc; Campinas: Autores Associados, 2004.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano / 15. Ed. São Paulo, SP: Global, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução política do Brasil: colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 14 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Psicologia da Educação
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

Dinâmica de classe e relacionamento professor-aluno. As bases do comportamento humano: aprendizagem-conceito, formas e avaliação. Estudo especial da infância e da adolescência. Implicações pedagógicas.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender a gênese do campo da Psicologia da Educação no contexto da ciência psicológica.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Discutir a evolução da Psicologia como conhecimento científico.
- Analisar as particularidades do desenvolvimento humano e os ciclos de vida.
- Analisar as relações entre desenvolvimento e aprendizagem e educação.
- Compreender os fundamentos epistemológicos das teorias psicológicas da educação e da aprendizagem.
- Sistematizar reflexões das teorias da aprendizagem com a formação e prática docente.
- Discutir temas contemporâneos da psicologia da educação e suas interfaces com a educação escolar e a formação crítico-reflexiva dos alunos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

AZENHA, M.G. Construtivismo de Piaget a Emília Ferrero. São Paulo: Ática, 2001.

FARIA, A.R. O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget. São Paulo: Ática, 2001.

GOULART, I. Psicologia da Educação: fundamentos teóricos - aplicação à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1993.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BOCK, A M B, Psicologias :uma introdução ao estudo de psicologia / 13. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 1999.

GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas. A| Teoria na Prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CONTINI, M, KOLLER, S, BARROS, M. Adolescência e psicologia :concepções, práticas e reflexões críticas / Brasília, DF : Conselho Federal de Psicologia, 2002

VIGOSTSKY, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SALVADOR, C. Psicologia da educação. Porto Alegre, RS : Artmed, 1999.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Psicologia da Aprendizagem
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Objeto e método de estudo da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Características e determinantes do desenvolvimento durante a infância e adolescência. Fenômenos básicos da aprendizagem simples e complexa. Aprendizagem verbal e social. Relação ensino-aprendizagem.

### **OBJETIVO GERAL**

Refletir o cotidiano escolar à luz das diferentes correntes epistemológicas e das teorias do desenvolvimento e da aprendizagem estudadas.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender a gênese do campo da Psicologia da Educação no contexto da ciência psicológica.
- Analisar as particularidades do desenvolvimento humano e os ciclos de vida;
- Compreender os fundamentos epistemológicos das teorias psicológicas da educação e da aprendizagem;
- Discutir temas contemporâneos da psicologia da educação e suas interfaces com a educação escolar e a formação crítico-reflexiva dos discentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS

ARDOINO, JACQUES. *Éducation Et Politique*. 2 Ed., Paris: Anthropos, 1999.

ARDOINO, Jacques. *Psicologia da Educação na Universidade e na Empresa*. São Paulo: Herd/Edusp, 1971. (Tradução Do Original Francês Propôs Actuels Sur l'éducation. 4 Édition, Révue Et Augmentée. Paris: Gauthier-Villars, 1969).

BRASIL, Ministério da Educação. *Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Curso de Nível Superior*, Brasília, Maio, 2000. (In: [Www.Mec.Gov.Br/Formaçãodeprofessores](http://Www.Mec.Gov.Br/Formaçãodeprofessores).)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BIAGGIO, A, M. B, *Psicologia do desenvolvimento*. 18. ed. Petropolis, RJ : Vozes, 2005.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. *Propostas de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior*. Brasília, Abril, 2001. In: ([Www.Mec.Gov.Br/Cne/Formação](http://Www.Mec.Gov.Br/Cne/Formação)).

BERZEZINSKI. Iria. *A Formação do Professor para o Início de Escolarização*. Goiânia: Ed. Ucg, 1987

HOUDE, O. *Dez lições de psicologia e pedagogia: uma contestação das ideias de Piaget*. Sao Paulo, SP : Atica, 2009.

LACAN, J. *Os complexos familiares na formação do indivíduo :ensaio de análise de uma função em psicologia*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Zahar, 2008.

## IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- Componente Curricular: Teoria da História II
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## EMENTA

O marxismo e os Annales. O combate ao positivismo. O diálogo com as Ciências Sociais. Da história estrutural à história em “migalhas”. Novos objetos e novas fontes.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender o processo de formação da Ciência Histórica na esteira da crítica a história positivista e do diálogo com as ciências sociais.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Diferenças entre a história estrutural de longa duração e a história em “migalha”.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

BARROS, José D' Assunção. Teoria da História. A escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARROS, José D' Assunção. Teoria da História. Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis: Vozes, 2011.

REIS, José Carlos. A história entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVA, Rogério F. da. NOVAIS, Fernando. (Org.). Nova história em perspectiva. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a Fhc. Editora FGV, 2010.

BARROS, José D' Assunção. Teoria da história. Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Petrópolis: Vozes, 2011.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DOSSE, François. A história, Bauru: EDUSC, 2003.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SALES, Véronique (Org.). Os historiadores. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SIMEL, George. Ensaio sobre a teoria da história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Prática Pedagógica em História II
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 0 horas
- Carga horária prática: 0 horas

- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Reflexão crítica sobre a prática pedagógica.

### **OBJETIVO GERAL**

Promover a reflexão crítica sobre práxis pedagógica.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola formal, analisando e avaliando procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares;
- Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de História.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

PCN – Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental e Médio de História.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib(org.) . Ousadia no Diálogo: Intercomponente curricularridade na Escola Pública. SP. Loyola.

BITTENCOURT, Circe M. F. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe M. F. O saber histórico na sala de aula / 11 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010.

FONSECA, Selva G.: experiências, reflexões e aprendizados / 12. ed. Campinas, SP : Papirus, 2011

KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

VASCONCELLOS, C.S.. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertard, 1995.

MONTENEGRO, A. Torres, História, metodologia, memória: São Paulo, SP : Contexto, 2010.

SILVA, M.; FONSECA, S. G. Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007

ZAMBONI, E; FONSECA S. Espaços de formação do professor de História . Campinas, SP: Papirus, 2008.

SACRISTAN, G. O currículo: uma reflexão sobre a prática / 3. ed. Porto Alegre, RS : Artmed, 2000;

MOREIRA, A F; SILVA, T. T (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2011.

PENTEADO, Heloisa D. Metodologia do ensino de História e geografia. 4ª ed. São Paulo, SP : Cortez, 2011.

#### **4º MÓDULO**

##### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Formação Histórica Latino-Americana I
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

##### **EMENTA**

A formação histórica da América Latina. Da colônia aos estados nacionais do século XIX. A dinâmica social, política e econômica.

##### **OBJETIVO GERAL**

Conhecer os processos sócio históricos da América Latina na construção dos Estados Nacionais.

##### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Diferenciar os diferentes tipos de estados e nacionalismos e identidades nacionais;

- Problematizar os modelos de Estado, de nação, nacionalismo e as identidades nacional/regional.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

- DONGHI, Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HOBBSBAWN, Eric J. Nações e Nacionalismo: desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- PINSKY, Jaime. et al. História da América através de textos. São Paulo: Contexto. 2011.
- POZO, José del. História da América Latina e do Caribe: Dos processos de Independência aos dias atuais. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a Fhc. Editora FGV, 2010.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

- AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald. História das Américas: Novas Perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- CALMON, Pedro. História social do Brasil: Volume 1 – Espírito da Sociedade Colonial. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CAMÍN, Héctor Aguilar; MEYER, Lorenzo. À Sombra da revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910 – 1989. São Paulo: USP, 2000.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Como escrever a história do Novo Mundo. São Paulo: USP, 2011.
- FERRÉ, Alberto Methol; METALLI, Alver. A América Latina do Século XXI. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. FILHO, Paulo Cannabrava. No olho do furacão: América Latina nos anos 60/70. São Paulo: Cortez, 2003.
- FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins. Argentinos e Brasileiros: Encontros, Imagens e Estereótipos. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. GILROY, Paul. O Atlântico negro. São Paulo: Ed 34, 2012.
- MALERBA, Jurandir. A História na América Latina: ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- REED, John. México Insurgente. São Paulo: Boitempo, 2010.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOUZA, Laura de Mello e, O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Estudo da Região de Missões
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

A colonização espanhola no Brasil e a construção da Região Missioneira. O patrimônio regional dá suporte ao turismo. O turismo como alternativa ao desenvolvimento e integração regional, para diplomacia e questões regionais.

## **OBJETIVO GERAL**

Analisar os processos de ocupação e formação da Região Missioneira e suas consequências.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar a formação do espaço da região missioneira;
- Identificar os resquícios missioneiras para dar suporte ao Turismo;
- Compreender os processos sociais, econômicos e culturais da região missioneira;
- Compreender os processos de diplomacia envolvendo as questões regionais;

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

BRUXEL, Arnaldo. Os Trinta Povos Guarani. 2. Ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1987.  
COLVERO, Ronaldo. O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2004.  
MELIÁ, Bartomeu. El Guarani conquistado y Reducido. V.5 Asunción: CEADUC, 1986.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

- COLACO, Thais Luzia. Incapacidade indígena: tutela religiosa e violação do direito guarani pré-colonial nas missões Jesuíticas / Curitiba, PR : Jurua, 2000  
 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil), Missões. Brasília, DF
- KERN, Arno Alvarez. Utopias e missões jesuíticas / Porto Alegre: Editora da Universidade/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.
- NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. Turismo no Mercosul: O Circuito Internacional das Missões Jesuítico-Guarani. São Paulo: DG-USP, 1999. Dissertação
- NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. O Turismo e a Redescoberta da Região das Missões. São Paulo: DG-USP, 2007.

## IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- Componente Curricular: Estudo de Fronteira
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## EMENTA

Fronteira e os principais conceitos relacionados a ela. O modo de vida na fronteira e suas implicações. O papel das fronteiras sob a ótica geográfica, jurídica, econômica, política e cultural.

## OBJETIVO GERAL

Compreender as especificidades dos espaços fronteiriços.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Problematicar elementos geográficos, jurídicos, econômicos , políticos e culturais de regiões de fronteira;
- Entender as dinâmicas sociais em espaços de fronteira;

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

- BENTO, Fábio Régio. Fronteiras em movimento. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- BARBERO, Jesus Martin. Dos meios às mediações. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e cidadãos. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2000.
- CASTELLO, Iara Regina ET AL (orgs.). Fronteiras na América Latina: espaços em transformação. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 1997.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo. Paz e Terra, 2000.
- GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GOLIN, Tau. A FRONTEIRA. Porto Alegre L&PM; 2002; 2004. Vol I e Vol II
- HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MARTIN, André Roberto. Fronteiras e Nações. São Paulo: Contexto, 1992.
- OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. Territórios sem Limites: estudos de fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.
- RAFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SILVEIRA, Ada Cristina Machado. Representações e identidade: três estudos em comunicação. Santa Maria: FACOS-FIPE-UFMS, 2001.
- TELES, Reinaldo Miranda de Sá, PIERI, Vitor Stuart de. Turismo e Paradiplomacia das Cidades. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2014.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Formação Histórica do Brasil III
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

Da herança lusitana ao Estado Imperial Brasileiro. A reestruturação administrativa, jurídica e política. Partidos e disputas políticas. As contradições e conflitos. A Lei de Terras, a escravidão e o abolicionismo, a Guerra do Paraguai, o(s) Partido(s) Republicano(s) e o advento da República.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender as estruturas do Estado Imperial Brasileiro e as suas contradições e conflitos como resultante do conjunto de forças internas e externas.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Refletir sobre os elementos constitutivos do Estado Imperial Brasileiro que ainda permeiam a sociedade contemporânea;
- Relacionar as estruturas sociais do Império Brasileiro com a sociedade contemporânea.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DA COSTA, Emilia Viotti.: Da monarquia a república: momentos decisivos. São Paulo; Editora UNESP, 2010.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LINHARES, Maria Yedda; CARDOSO, Ciro Flamarion S. (orgs.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2012.

CALDEIRA, Jorge. Mauá: empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. (org.). Nação e cidadania no oitocentos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FIGUEIREDO, José Ricardo. Modos de ver a produção do Brasil. São Paulo: Edusc; Campinas: Autores Associados, 2004.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano / 15. Ed. São Paulo, SP: Global, 2004.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. Capítulos de história do império. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução política do Brasil: colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 14 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Didática
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

História e trajetória da didática. Dos autores clássicos aos contemporâneos. Os níveis do planejamento pedagógico escolar. As formas de organização. As técnicas e os recursos em sala de aula e em outros espaços. A avaliação da aprendizagem escolar.

## **OBJETIVO GERAL**

Estudar a trajetória histórica da didática e do pensamento pedagógico a partir do pensamento de autores clássicos e contemporâneos.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Elaborar e compreender os níveis do processo de planejamento pedagógico, os objetivos do ensino, as formas de organização, as técnicas e estratégias, e os recursos didáticos utilizados em sala de aula e em outros espaços pedagógicos;
- Entender as diversas formas de avaliação da aprendizagem, da escola e do sistema de ensino.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Didática. Embates contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- HAYDT, Regina Cazaux. Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem. São Paulo: Ática, 2008.
- HAYDT, Regina Célia. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática. 2006.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- MARTINS, Pura Lúcia Oliver. Didática teórica. Didática prática para além do confronto. São Paulo. Edições Loyola, 1989.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

- CORDEIRO, Jaime Francisco Parreira. Didática. São Paulo: Contexto, 2010.
- FREITAG, Barbara. Escola, estado e sociedade. 7.Ed. São Paulo: Moraes, 2005
- FREITAS, Marcos Cezar de [org.]. Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude. São Paulo: Cortez, 2006.
- GALVAO, Ana Maria de Oliveira. Preconceito contra o analfabeto. São Paulo: Cortez, 2007.
- GANDIN, Danilo. Planejamento como ética educativa. São Paulo: Loyola, 2005.
- LONGAREZI, Andrea Maturano; PUENTES, Roberto Valdes (orgs.). Panorama da didática: ensino, prática e pesquisa. Campinas: Papirus, 2011.
- LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.
- MACHADO, Nilson Jose. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOREIRA, Marco Antônio. Aprendizagem significativa. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- PILETTI, Claudino. Didática Geral. São Paulo: Ática, 2010.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A prática pedagógica do professor de Didática. Campinas: Papirus, 2011.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Prática Pedagógica em História III
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 0 horas
- Carga horária prática:
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

Reflexão crítica sobre práxis pedagógica e a complexidade do espaço escolar. .

## **OBJETIVO GERAL**

Criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola, analisando e avaliando procedimentos metodológicos bem como os conteúdos curriculares.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de História.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBANEO, José Carlos. Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1985.

MOREIRA, Ruy. O discurso do avesso (Para a crítica da geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois pontos, 1987.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

LAFOUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

MACHADO, Nilson Jose. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Marco Antônio. Aprendizagem significativa. Brasília: Editora da UnB, 1999.

PCN – Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental e Médio de História.

PILETTI, Claudino. Didática Geral. São Paulo: Ática, 2010.

## **5º MÓDULO**

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: História Contemporânea
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

A formação e consolidação do capitalismo. Os Estados Nacionais. Os movimentos sociais do séc. XIX. O colonialismo, o neocolonialismo e a expansão imperialista. A crise do sistema capitalista. A revolução Russa. A 1ª Guerra Mundial, a 2ª Guerra Mundial. Os regimes totalitários. A guerra fria.

### **OBJETIVO GERAL**

Apresentar os principais elementos que compõem a história contemporânea buscando um entendimento enquanto totalidade.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender o processo histórico na formação do mundo contemporâneo;
- Problematicar as categorias conceituais como capitalismo, classe, autoritarismo, fascismo, nazismo, colonialismo, imperialismo;
- Analisar a história contemporânea europeia e os reflexos e desdobramentos nos demais continentes.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ARENDR, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

HOBBSAWM, E. J. A era do Capital (1848-1875). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

HOBBSAWM, E. J. Da Revolução Industrial Inglês ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BROUË, Pierre. União soviética: da revolução ao colapso. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

HOBBSAWM, E. J. O Mundo do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo Fagundes. Neonazismo, negacionismo e extremismo político. Porto Alegre: CORAG, 2000.

SERGE, Victor. O ano I da revolução russa. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

TROTSKI, Leon. A Revolução de Outubro. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Formação Histórica Latino-Americana II
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

Os Estados Nacionais Latino Americanos no séc. XX. O processo histórico entre as diversas conjunturas políticas, sociais e econômicas internas, permeadas pelas conjuntas externas.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender o processo histórico latino americano do séc. XX numa relação entre tensão entre as conjunturas interna e externa, no bojo das permanências das estruturas coloniais.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Problematizar a realidade social e política latino-americana.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald. História das Américas: Novas Perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

DONGHI, Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FERRÉ, Alberto Methol; METALLI, Alver. A América Latina do Século XXI. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. FILHO, Paulo Cannabrava. No olho do furacão: América Latina nos anos 60/70. São Paulo: Cortez, 2003.

HOBBSAWN, Eric J. Nações e Nacionalismo: desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

PINSKY, Jaime. et al. História da América através de textos. São Paulo: Contexto. 2011.

POZO, José del. História da América Latina e do Caribe: Dos processos de Independência aos dias atuais. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 2008.

ALBUQUERQUE, José Augusto. Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CALMON, Pedro. História social do Brasil: Volume 1 – Espírito da Sociedade Colonial. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAMÍN, Héctor Aguilar; MEYER, Lorenzo. À Sombra da revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910 – 1989. São Paulo: USP, 2000.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Como escrever a história do Novo Mundo. São Paulo: USP, 2011.

FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins. Argentinos e Brasileiros: Encontros, Imagens e Estereótipos. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. GILROY, Paul. O Atlântico negro. São Paulo: Ed 34, 2012.

KHANNA, Parag. O segundo Mundo: impérios e influência na nova ordem global. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

MALERBA, Jurandir. A História na América Latina: ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

- MALAMUD, Andrés. Fragmentação e divergência na América Latina. *Relações Internacionais*, dezembro: 2009. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n24/n24a08.pdf>
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais: Temas, atores e visões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- REED, John. *México Insurgente*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- WASSERMAN, Claudia. A questão nacional na América Latina: o árduo caminho da atitude comparativa. *História, Ciências, Saúde*, v.18, n.1– Manguinhos, Rio de Janeiro, jan.-mar. 2011, p.248-252. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n1/15.pdf>

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Patrimônio e Museus
- Carga horária total: 30 horas
- Carga horária teórica: 30 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

O papel do museu e do patrimônio na contemporaneidade. Problematização das construções e usos dos museus. A constituição e ampliação do campo patrimonial no Brasil e as políticas de preservação. A instituição museu, seu uso educativo e seu papel na construção de narrativas e no ensino de História.

## **OBJETIVO GERAL**

Promover a reflexão sobre o papel do patrimônio e do museu na sociedade contemporânea, analisando, sobretudo, o campo patrimonial e museal brasileiro.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Fomentar o diálogo interdisciplinaridade curricular por meio de um embasamento conceitual e ferramentas práticas para atuação do historiador no espaço do Museu;
- Estimular a utilização do patrimônio e do museu no ensino de História.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

CHAGAS, Mario; ABREU, Regina. Memória e Patrimônio. Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2a. Ed., 2009

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. Museus do Gabinete de Curiosidades à Museologia Moderna. Belo Horizonte – Brasília: Argumentum Editora, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3a. Ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu. A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade – Unesp, 2006

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

PINHEIRO, Marcos Jose. Museu, Memória e Esquecimento. Um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: Garamond, MinC. IPHAN, DEMU, 2006.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Prática Pedagógica em História IV
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 0 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas
- Carga horária presencial: 0

- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Prática de ensino da história no contexto atual. Avaliação das práticas mais adequadas e motivadoras para a futura inserção deste do professor de história no sistema educacional.

### **OBJETIVO GERAL**

Instrumentalizar para a prática docente.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- identificar práticas motivadoras para utilizar em sala de aula;
- Conhecer processos metodológicos utilizados pelos professores no ensino de história;

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ARROYO, M.G. O ofício de mestre. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAGA, ROSALINA. A construção da escola elementar. Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1986.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

LAFOUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBANEO, José Carlos. Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1985.

MOREIRA, Ruy. O discurso do avesso (Para a crítica da geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois pontos, 1987.

PCN – Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental e Médio de História.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib(org.) . Ousadia no Diálogo: Interdisciplinaridade na Escola Pública. SP. Loyola.

VESENTINI, José W. O método e a práxis. (Notas polêmicas sobre a geografia tradicional e a geografia crítica). Terra livre. São Paulo: AGB, nº 2 jul. de 1987.

Periódicos:

VASCONCELLOS, C.S.. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertard, 1995.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Estágio Supervisionado I (Rotinas Escolares)
- Carga horária total: 120 horas
- Carga horária teórica: 50 horas
- Carga horária prática: 70 horas
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 70 horas
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

As dimensões pedagógicas e as práticas didáticas e metodológicas no contexto escolar da educação básica – o ensino fundamental e médio – como processo reflexivo das realidades socioculturais que a constituem e formativo do educador e do educando. O planejamento da prática docente e da pesquisa na área de ciências humanas.

### **OBJETIVO GERAL**

Instrumentalizar para a prática docente.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;
- Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação e desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

HERNANDEZ, Fernando. A Organização do Ensino em Projetos de Trabalho. Porto Alegre: ARTMED, 1998

PERRENOUD P, PAQUAY L, ALTED M, CHARLIER E, organizadores. Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências? 2a ed. Porto Alegre: Artmed; 2001.

PERRENOUD P. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote; 1993. (Temas de educação 3).

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

LAFUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBANEO, José Carlos. Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1985

TARDIF M, LESSARD C. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes; 2005

TARDIF M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes; 2002.

## **6º MÓDULO**

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Formação Histórica do Brasil IV
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 0
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Da República Velha ao golpe civil militar de 1964. As transformações econômicas sociais e políticas e as contradições republicanas entre os golpes e contragolpes. A sedimentação da estrutura econômica e política do Estado Nacional Brasileiro.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender a dinâmica história da República Velha até o golpe civil militar em 1964, como resultado das correlações de formas internas e externas.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Distinguir as diversas conjunturas econômicas sociais e políticas e os atores envolvidos;
- Perceber da passagem da descentralização, a centralização a formação do Estado Nacional as suas contradições sociais e políticas;
- Identificar na conjuntura de 1964, os elementos constitutivos do golpe civil militar permeado por uma estrutura conservadora, articulada ao capital exterior.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COLVERO, Ronaldo Bernadino; RIBAS, Vinicius de Lara. Getúlio Vargas e o Ministério do Trabalho: a atuação de João Goulart (1953-1954). Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. 9ª ed; Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2006.

FELIZARDO, Joaquim. A legalidade: último levante gaúcho. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical. (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.  
Paulo: Editora Ática, 2006.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1997.

PRADO JR, Caio.; Evolução Política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.  
democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WEFFORT, Francisco. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. Editora Ática, 2006.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Cartografia e Cartografia Temática
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

Noções de cartografia e cartografia temática; representações espaciais, signos e significados. Mapeamento de dados da realidade nas diversas escalas para o ensino e a pesquisa. Alfabetização cartográfica e a metodologia de ensino em geografia. Noções de sensoriamento remoto e novas tecnologias.

## **OBJETIVO GERAL**

Interpretar o espaço geográfico a partir da linguagem cartográfica.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Reconhecer a importância da cartografia nas formas de ler o mundo;
- Compreender as representações em diferentes escalas;
- Elaborar cartografias temáticas;
- Reconhecer as novas tecnologias e sua interface com a prática pedagógica.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo-SP : Oficina de textos, 2008

JOLY, Fernand. A cartografia. 15. ed Campinas, SP: Papirus, 2011.

SCHAFFER, Neiva Otero. Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

PASSINI, Elza Yasuku. Alfabetização cartográfica e aprendizagem de geografia. São Paulo: Cortez, 2012.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Rosângela. O Espaço Geográfico: ensino e representação. 4. ed. SP, Contexto, 2008.

LANG, Stefan; BLASCHKE, Thomas. Análise da paisagem com SIG. São Paulo: Oficina de textos, 2010.

MARTINELLI, Marcello, Mapas da geografia e cartografia temática. São Paulo: Contexto, 2013.

RAMOS, Cristhiane da Silva. Visualização Cartográfica e Cartografia Multimídia. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. Geografia do Brasil. São Paulo: USP, 2011.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. Atlas geográfico escolar. 36 ed. São Paulo: Ática, 2013.

SOUZA, Jose Guilherme de. Geografia e conhecimentos cartográficos: a cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: UNESP, 2001.

## IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- Componente Curricular: Cartografia, Documento e Patrimônio
- Carga horária total: 30 horas
- Carga horária teórica: 30 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## EMENTA

História do registro cartográfico. As escolas que influenciaram a produção cartográfica. Noções de Cartografia. A construção de mapas a partir de documentos históricos. Estudo dos conceitos de “fontes” para a História. A patrimonialização e a construção dos lugares da memória. O patrimônio nacional, regional e local.

## OBJETIVO GERAL

Compreender a importância do estudo de documentos e mapas para a construção dos lugares da memória coletiva e conseqüentemente da construção social e cultural de um povo.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Desenvolver o domínio sobre os métodos e as técnicas para a elaboração de mapas, como elemento de pesquisa e ensino, aplicado no ensino fundamental;
- Possibilitar a interação com a comunidade, a partir da pesquisa e a elaboração de mapas temáticos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

DUARTE, Paulo Araújo. Cartografia básica. Florianópolis: UFSC, 2004.

DUARTE, Paulo Araújo. Cartografia Temática. Florianópolis: UFSC, 1991.

MARTINELLI, Marcello, Mapas da geografia e cartografia temática. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia. Brasília, DF: IPHAN, 2008.

SANT'ANNA, Márcia (Coord.). O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2006.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BENTO, Fábio Régio. Fronteiras em movimento. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

LANG, Stefan;

BLASCHKE, Thomas. Análise da paisagem com SIG. São Paulo: Oficina de textos, 2009.

MARTINELLI, Marcello. Mapas da Geografia e Cartografia Temática. São Paulo: Contexto, 2013.

RAMOS, Cristhiane da Silva. Visualização Cartográfica e Cartografia Multimídia. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. ROSS, Jurandyr L. Sanches. Geografia do Brasil. São Paulo: USP, 2011.

SOUZA, Jose Guilherme de. Geografia e conhecimentos cartográficos: a cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: UNESP, 2001.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Prática Pedagógica em História V

- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 0 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Prática de ensino da História em sala de aula; Avaliação das práticas pedagógicas dos professores de História em sala de aula; Adequação das práticas pedagógicas do professor de História às novas realidades em sala de aula.

### **OBJETIVO GERAL**

Instrumentalizar para a prática pedagógica.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- identificar práticas motivadoras para utilizar em sala de aula;
- Conhecer processos metodológicos utilizados pelos professores no ensino de história;

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ARROYO, M.G. O ofício de mestre. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAGA, ROSALINA, A construção da escola elementar. Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.

VASCONCELLOS, C.S. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertard, 1995.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAFOUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1995.

MORAES, M. C. O paradigma educacional emergente. São Paulo: Papyrus, 1997  
SILVA, Marcos A. da História: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo, SP : Brasiliense, 1995.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Educação Inclusiva
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Pressupostos teóricos e metodológicos da Escola Inclusiva. Questões políticas, ideológicas e éticas da Educação Inclusiva. Os sujeitos do processo educacional especial: portadores de necessidades educacionais especiais. Perspectivas da Educação Inclusiva no sistema escolar: currículo, didática e avaliação. Perspectivas para a construção de uma Sociedade Inclusiva: família, escola e sociedade.

### **OBJETIVO GERAL**

Analisar o histórico da educação Especial e das tendências atuais, no âmbito nacional e internacional.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Conhecer e aprofundar estudos sobre os contextos históricos da Educação Inclusiva e seus marcos legais;
- Mobilizar e promover ações pedagógicas para a efetivação e processos atitudinais;
- Elaborar intervenções pedagógicas, com ênfase no ensino e aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ASSUMPÇÃO Junior, Francisco Baptista. Introdução ao estudo da deficiência mental. São Paulo: Memnon. 2000.

BRASIL Ministério da Educação e do Desporto Secretaria da Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial. Brasília: MEC. 1995

MAZZOTTA, Marcos J. S.. Educação especial no Brasil história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

CASTANHEIRA, Maria Lucia. Aprendizagem contextualizada: discurso e inclusão na sala de aula. 2. ed. Belo Horizonte : Autentica, 2010

GLAT, Rosana, Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : EDUERJ, 2012.

POCHMANN, M. Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social / São Paulo, SP : Fundação Perseu Abramo, 2002

SELAU, Bento. Inclusão na sala de aula. Porto Alegre, RS : Editora Evangraf, 2007

STAINBACK, Susan. Inclusão. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Estágio Supervisionado II (História no Ensino Fundamental)
- Carga horária total: 120 horas
- Carga horária teórica: 50 horas
- Carga horária prática: 70 horas
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 70 horas
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Fundamentação teórica atualizada sobre a Ciência Histórica no contexto escolar. Subsídios para a prática docente na área de História no ensino fundamental.

### **OBJETIVO GERAL**

Instrumentalizar para a prática pedagógica da História no ensino fundamental.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;
- Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação e desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ARROYO, M.G. O ofício de mestre. Petrópolis: Vozes, 2000.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRAGA, ROSALINA, A construção da escola elementar. Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAFOUCADE, P.D. Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

LIBANEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBANEO, José Carlos. Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1985.

## **7º MÓDULO**

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: História do Rio Grande do Sul
- Carga horária total: 30 horas
- Carga horária teórica: 30 horas
- Carga horária prática: 0

- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

A formação do Rio Grande do Sul no quadro do expansionismo ibérico do século XVII. A fragmentação da região platina no séc. XIX e a formação e consolidação das fronteiras políticas do Império Brasileiro no extremo sul do Continente Americano. A estrutura econômica e social e suas contradições e heranças.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender a dinâmica geopolítica platina territorial e econômica na formação do Rio Grande do Sul.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar na formação territorial, econômica e social, as bases vigentes da sociedade contemporânea na fronteira oeste.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

COLVERO, Ronaldo. MAUER, Rodrigo. (Org.). Missões em mosaico. Da interpretação à prática: um conjunto de experiências. Porto Alegre: Faith, 2011.

120.

LINHARES, Maria Yedda; CARDOSO, Ciro Flamarion S. (orgs.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PANIAGUA, Edson Romario Monteiro. Violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864). Alegrete/RS: Instituto Cultural Gervásio Artigas, 2013.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BRUM, Ceres Karam. Sepé Tiarajú missioneiro: um mito gaúcho. Santa Maria: Pallotti, 2006.

CHRISTENSEN, Teresa Neumann. História do Rio Grande do Sul em suas origens missionárias. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

COLVERO, Ronaldo. Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2004.

LAZZAROTTO, Danilo. História do Rio Grande do Sul. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001.

MAESTRI, Mario. O escravo gaúcho: resistência e trabalho. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, 1993.

SCHULZE-HOFER, Maria Cristina. O uso da madeira nas reduções jesuítico guarani do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IPHAN, 2008.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: História do Espaço Platino
- Carga horária total: 30 horas
- Carga horária teórica: 30 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

A construção e conformação do espaço platino a partir de processos socioeconômicos, políticos e culturais. Perspectivas teórico-metodológicas próprias à História Regional. Ocupação do espaço e a fronteira no Prata colonial. Expressões e disputas políticas na formação e estruturação dos Estados nacionais platinos. Relações de dominação e resistência nas sociedades platinas. Economia e política das sociedades platinas na contemporaneidade. O espaço platino no Ensino de História.

## **OBJETIVO GERAL**

Desnaturalizar o espaço e a região como um dado a priori da realidade; compreender o processo de ocupação e formação do espaço platino no contexto dos impérios coloniais e da estruturação de suas sociedades independentes.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Construir uma visão geral e crítica acerca de processos históricos do Prata;
- Problematizar a História do espaço platino no Ensino de História.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: de 1870 a 1930. Vol. 5. São Paulo: EDUSP, 2002.

BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos estado na bacia do Prata. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Brasília: Ed. UNB, 1998.

PIMENTA, João P. G. Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828). São Paulo: HUCITEC, 2006.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

FERREIRA, Gabriela Nunes. O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2006.

GARCIA, Fernando C. Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas 1420-1920. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010.

HALPERIN DONGHI, Tulio. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

PRADO, Fabrício. Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa. Porto Alegre: Fumproarte, 2002.

REGUERA, Andréa. & HARRES, Marluza M. (Orgs.). Da Região à Nação. Relações de escala para uma história comparada Brasil- Argentina (séculos XIX e XX). São Leopoldo: Ed. Oikos, 2011.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Formação Histórica do Brasil V
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

A conjuntura econômica, social e política que antecedeu o golpe civil militar em 1964. Os militares no poder. Os Atos Institucionais e a abertura política controlada. A

sociedade civil e a redemocratização. A crise do modelo econômico. O séc. XXI e o regresso conservador e neoliberal.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender a dinâmica econômica, social e política da conjuntura do regime civil militar e da transição para o regime democrático.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar o contexto social, político e econômico e as consequências pós redemocratização em conjunturas que vão desde a participação social ao regresso conservador.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). História Geral do Brasil. 9ª ed; Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical. (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 20.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2006..

GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Orgs.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil: Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. A ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GENTILI, P. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HABERT, Nadine. A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

MAINWARING, S. et al. Partidos conservadores no Brasil contemporâneo. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

MENEGUELLO, R. Partidos e governos no Brasil contemporâneo, 1985-1997. São Paulo: Paz & Terra, 1998.

PRADO JR, Caio; Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRADO JR, Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). [et. al.] A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. V. I

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). [et. al.] A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. V. II

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). [et. al.] A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. V. III.

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). [et. al.] A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. V. IV.

SADER; GENTILI, P. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WEFFORT, Francisco. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. Editora Ática, 2006.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Etnicidade e Culturas Brasileiras
- Carga horária total: 30 horas
- Carga horária teórica: 30 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

O negro e o indígena na formação sociocultural brasileira. A Educação nas relações étnico-raciais e a temática africana e indígena na sala de aula.

## **OBJETIVO GERAL**

Analisar a presença do negro e do indígena na formação social e cultural do Brasil.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Discutir a educação nas suas dimensões étnico-raciais e seus problemas decorrentes dentre esses a exclusão social construída historicamente.
- Proporcionar elementos metodológicos capazes de dialogarem de forma crítica, levando em consideração as diversas dimensões étnico-raciais, tanto a partir dos currículos, como das relações sociais presentes na escola.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

FERREIRA, Mariana Kawall Leal; SILVA, Aracy Lopes da; (Orgs.). Antropologia, História e educação: a questão indígena e a escola. 2ª ed. São Paulo: Global, 2001.

LIMA, Maria Nazaré Mota de; (Org.) Escola plural: a diversidade na sala; formação de professores em História e Cultura Afro-brasileira e Africana. 2ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF; Salvador, BA: CEAFFRO, 2006.

MATTOS, Regiane Augusto de; História e cultura afro-brasileira. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RIBEIRO, Berta; O índio na história do Brasil. 12ª ed. São Paulo: Global, 2009.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

COLAÇO, Thaís Luzia; "Incapacidade" indígena: tutela religiosa e violação do direito guarani nas missões jesuíticas. Curitiba: Juruá, 2012.

COSTA, Emília Viotti da; Da senzala à colônia. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da; (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

FARIA, Sheila de Castro; A colônia brasileira: economia e diversidade. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana; A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kébéngel; O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA; Estatísticas sobre a educação escolar indígena no Brasil: Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007.

ISAIA, Artur Cesar; MANOEL, Ivan Aparecid;. (Orgs.). Espiritismo e religiões e religiões afro-brasileiras. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

LAHNI, Cláudia Regina; (Org.). [ et all.] Culturas e diásporas africanas. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

LINHARES, Maria Yedda; (Org.). História Geral do Brasil. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LODY, Raul; O povo de santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício; Memória d'África: a temática africana em sala de aula. 3ª e. São Paulo: Cortez, 2010.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Prática Pedagógica em História VI
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 0 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Introdução do estudante para a prática de campo. Introdução à metodologia das ciências humanas; Definição de pesquisa, métodos e técnicas; A prática da pesquisa científica; A quantificação na pesquisa; Métodos e técnicas básicas de pesquisa de campo e de gabinete.

### **OBJETIVO GERAL**

Instrumentalizar para a prática docente.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Conhecer processos metodológicos da pesquisa, métodos e técnicas;
- Identificar as metodologias utilizadas nas ciências humanas;

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

MORAES, M. C. O paradigma educacional emergente. São Paulo: Papirus, 1997.

MORIN , E., Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

SENGE , P. (org.). A Dança das Mudanças. São Paulo: Editora Campus, 1999.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas: Editora Autores Associados, 2007.

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1985.

DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos. Campinas: Papyrus, 2012.

PADUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. Campinas: Papyrus, 2012

SILVA , M. (org.) Educação online. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Estágio Supervisionado III (História no Ensino Médio)
- Carga horária total: 120 horas
- Carga horária teórica: 50 horas
- Carga horária prática: 70 horas
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 70 horas
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Fundamentação teórica atualizada sobre a Ciência Histórica no contexto escolar. Subsídios para o desenvolvimento integral do educando.

### **OBJETIVO GERAL**

Instrumentalizar e subsidiar a prática docente na área de História no ensino médio.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;
- Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades

relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação e desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

FRAGA, Hilda Jaqueline. A cidade e seus percursos educativos: fontes e abordagens para o ensino e a pesquisa em história In: Anais do X Encontro Estadual de História. Santa Maria: ANPUH-RS, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

STEPHANOU, Maria & SEFFNER, Fernando. De novo a mesma História? O que ensinar e aprender nas aulas de História? Perguntas que não querem calar. In: Teorias e fazeres na escola em mudança. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

CERRI, Luiz Fernando. Didática de História: uma leitura teórica sobre a História na prática. Revista de História Regional. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

BARBOZA, Tatiana Machado. O registro fotográfico e o ensino de História In: Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar. Porto Alegre: EST, 2002.

FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

GANDIN, D. & CRUZ, C.C. Planejamento na sala de aula. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995.

NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

## **8º MÓDULO**

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Políticas Públicas e Meio Ambiente
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0

- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Introdução à questão ambiental; Gestão pública do meio ambiente; Instrumento de gestão ambiental; Política de Águas; Gestão ambiental urbana.

### **OBJETIVO GERAL**

Conhecer as políticas públicas de meio ambiente.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Conhecer a legislação ambiental;
- Diferenciar unidades de conservação;
- Refletir sobre os impactos ambientais em ambientes urbanos e rurais.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana (orgs). Agenda política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

BURSZTYN, Marcel (org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

BURSZTYN, Maria Augusta. A gestão ambiental: instrumentos e práticas. Brasília: Edições IBAMA, 1994.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

ABECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. 2.ed. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008.

GUERRA, Antonio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (orgs). Impactos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

GRUN, Mauro, Ética e educação ambiental: a conexão necessária / Campinas, SP : Papirus, 2012.

LEME MACHADO, Paulo Afonso. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Ed. Malheiros, 1995.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Metodologia e Técnica de Pesquisa Científica em História
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

Principais etapas do desenvolvimento de investigação científica em História. A história-problema e a definição do objeto de pesquisa. O historiador e suas ferramentas. As fontes e os acervos documentais. Metodologias e técnicas de pesquisa.

## **OBJETIVO GERAL**

Identificar e executar as etapas fundamentais do desenvolvimento da investigação científica em História.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Dominar os diferentes instrumentos práticos e teóricos e tipos de produção próprios à atividade do historiador;
- Compreender a natureza e especificidade dos diferentes tipos de fontes e metodologias na produção do conhecimento histórico.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 2001.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CARDOSO, Ciro & PEREZ-BRIGNOLI, Hector. Os métodos da História. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da história. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

HOBSBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 2009.

## IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE

- Componente Curricular: Metodologia do Ensino de História
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## EMENTA

Atuais perspectivas e abordagens teórico-metodológicas do campo do ensino de História. Análise e aprofundamento de conteúdos e metodologias referentes ao componente curricular de História no currículo escolar, no ensino fundamental e médio. Fenômenos da sala de aula e problematizações da prática docente. Orienta-se pela proposição de tematizar sobre aspectos da história regional no currículo, enfatizando a cultura, memória, patrimônio e sociedade na região de fronteira.

## OBJETIVO GERAL

Propiciar a discussão em torno da contextualização histórica do campo do ensino de história no Brasil e suas atuais perspectivas, abordagens e metodologias, a fim de possibilitar o estudo, a análise e a problematização acerca de seus desdobramentos no cotidiano escolar e na formação docente, bem como dos desafios colocados ao ensino

e à docência na contemporaneidade.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Possibilitar o entendimento da contextualização do ensino da história no Brasil;
- Identificar os desdobramentos no cotidiano escolar e na formação docente,
- Conhecer os desafios colocados ao ensino e a docência na contemporaneidade.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

FRAGA, Hilda Jaqueline. A cidade e seus percursos educativos: fontes e abordagens para o ensino e a pesquisa em história In: Anais do X Encontro Estadual de História. Santa Maria: ANPUH-RS, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

STEPHANOU, Maria & SEFFNER, Fernando. De novo a mesma História? O que ensinar e aprender nas aulas de História? Perguntas que não querem calar. In: Teorias e fazeres na escola em mudança. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

CERRI, Luiz Fernando. Didática de História: uma leitura teórica sobre a História na prática. Revista de História Regional. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

BARBOZA, Tatiana Machado. O registro fotográfico e o ensino de História In: Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar. Porto Alegre: EST, 2002.

FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

GANDIN, D. & CRUZ, C.C. Planejamento na sala de aula. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995.

NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Prática Pedagógica em História VII
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 0 horas

- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 60 horas
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

Roteiro de elaboração de projeto de pesquisa em História, voltado à docência. Um exame das possíveis formas e conteúdos do projeto e relatório de pesquisa. Instrumento de coleta de dado. Normas da ABNT para apresentação de documentos.

## **OBJETIVO GERAL**

Instrumentalização para a prática docente.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Conhecer os procedimentos para criação de um projeto de pesquisa;
- Identificar formas de coleta de dados;
- Selecionar os modelos de projetos de pesquisa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

BARROS, José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Petrópolis: Vozes, 2008. 4ª edição.

SENGE, P. (org.). A Dança das Mudanças. São Paulo: Editora Campus, 1999.

SILVA, M. (org.) Educação online. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

LEÃO, Alex Sandro Gomes. KAEFER, Maria Teresinha Verle. Reflexões da docência. São Borja, RS : Instituto Federal Farroupilha, 2015

MARTINS, Márcio (Org). Iniciação a docência: relatos de coordenadores sobre experiências no Pibid / São Leopoldo, RS : Oikos, 2014

PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência / 6. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2011

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VALENTINI, C. B., SOARES, E. M. Aprendizagem em ambientes virtuais. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

Os procedimentos metodológicos e técnicos para a realização do projeto de pesquisa ao Trabalho de Conclusão de Curso. Aportes técnicos, teóricos e metodológicos e a responsabilidade autoral na redação. A relação entre forma e conteúdo. As normas da ABNT. Elaboração, apresentação de defesa do trabalho.

## **OBJETIVO GERAL**

Proporcionar as condições para que a partir do projeto o aluno(a) possa desenvolver sua pesquisa e produzir seu trabalho de conclusão de curso que seja reconhecido como uma produção científica.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Realizar a pesquisa e a sua sistematização em um trabalho monográfico final;
- Defender o trabalho monográfico perante uma banca examinadora;
- Demonstrando capacidade de expressão e domínio do tema.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2006.

MANUAL DE NORMALIZAÇÃO PARA TRABALHOS ACADÊMICOS DA UNIPAMPA.. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2014/10/Manual-de-Normalização-3.-ed.-20131.pdf> Acesso em 10 de dezembro de 2014.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRZEZINSKI, Iria; ABBUD, M. Luiza Macedo; OLIVEIRA, Cláudia Chueire de. Percursos de Pesquisa em Educação. Ijuí: Unijuí, 2007.

ESTEBAN, M. Paz Sandín. Pesquisa qualitativa em educação: Fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. Questões de Método na construção da Pesquisa em Educação. São Paulo: Cortez, 2011.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Estágio Supervisionado IV (História na Educação de Jovens e Adultos)
- Carga horária total: 45 horas
- Carga horária teórica: 25 horas
- Carga horária prática: 20 horas
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 20 horas
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Problematização teórica atualizada sobre a Ciência Histórica no contexto escolar da educação de jovens e adultos. Subsídios para a prática docente na área de História na Educação de Jovens e Adultos.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender os processos de ensino e aprendizagem dirigidos ao ensino de Jovens e Adultos.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;
- Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação e desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ARROYO, M. A educação de jovens e adultos em tempo de exclusão. Alfabetização e Cidadania: Revista de educação de jovens e adultos, nº 11, 2001.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

MAGALHÃES, M. Ensino de história e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Orgs.). Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

CERRI, Luiz Fernando. Didática de História: uma leitura teórica sobre a História na prática. Revista de História Regional. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

BARBOZA, Tatiana Machado. O registro fotográfico e o ensino de História In: Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar. Porto Alegre: EST, 2002.

FRAGA, Hilda Jaqueline de. Percursos docentes em lugares de memória In: Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

GANDIN, D. & CRUZ, C.C. Planejamento na sala de aula. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1995.

NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

## **Componentes Curriculares Complementares de Graduação**

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Direitos Humanos e Cidadania
- Carga horária total: 30 horas

- Carga horária teórica: 30 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

A luta de diferentes grupos sociais contra o processo de exclusão social produzido pelo modo de produção capitalista. Discute a necessidade de inclusão desta temática no contexto educacional brasileiro, em específico no ensino de História.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender o contexto histórico de criação dos direitos humanos e da cidadania no ocidente e sua trajetória no Brasil.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do (a) discente;
- Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade;

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

SILVA, Aida Maria Monteiro. Direitos Humanos na docência universitária. In: PIMENTA, Selma Garrido, ALMEIDA, Maria Isabel de (Orgs). Pedagogia Universitária: Caminhos na formação de professores. São Paulo: Cortez, 2011. p.103-127.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasil Direitos Humanos. A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal. Brasília: SEDH, 2008.

HUNT, Lynn. A Invenção dos Direitos Humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEAL, Rogério Gesta. Direitos Humanos no Brasil. Desafios à democracia. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

MONDAINI, Marco. Direitos Humanos no Brasil. São Paulo: Contexto, 2009.

RAYO, José Tuvilla. Educação em Direitos Humanos. Rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2004.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Meio Ambiente e Cidadania
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

A crise ambiental na agenda política mundial: histórico e normativas internacionais. A Política Nacional de Educação Ambiental e suas diretrizes. O Estado Socioambiental de direito. A educação ambiental na construção e formação de uma cidadania ecológica. A complexidade do sistema ecológico na sociedade de consumo.

## **OBJETIVO GERAL**

Proporcionar as bases legais em relação, os aportes teóricos em relação ao meio ambiente

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Construir uma relação sistêmica e crítica entre a ciência, o processo produtivo e o meio ambiente através das práticas pedagógicas;

- Promover a educação ambiental com base em princípios éticos e filosóficos em relação à natureza e a sociedade.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

BERTALANFFY, Ludwig Von. Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações. 5. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. A ética é possível num mundo de consumidores? Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2011.

CAPRA, Fritjof. As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável. 2. ed. São Paulo, SP : Cultrix, 2002.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. David Harvey; tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2012.

MORIN, Edgar. A Religação dos saberes: o desafio do século XXI: Jornadas temática. 10. ed. Rio de Janeiro. RJ: Bertrand Brasil, 2012.

.PEDRINI, Alexandre de G. (org.). Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2000.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BALANDIER, Georges. O contorno: poder e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. Capitalismo parasitário. Rio de Janeiro, RJ : Zahar, 2010.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 9. ed. São Paulo, SP : Cultrix, 2004.

CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. 30. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FOUCAULT, Alain. O Clima: história e devir do meio ambiente terrestre. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

GRUN, Mauro, Ética e educação ambiental: a conexão necessária / Campinas, SP : Papyrus, 2012

LENOBLE, Robert. História da ideia de natureza. Lisboa: Edições 70, 1990.

LOUREIRO, C.F.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

MENDONÇA, Francisco. Geografia e meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2012.

- MARCONDES, Danilo. A Crise de Paradigmas e o Surgimento da Modernidade. In: BRANDÃO, Zaia (org.). A Crise de Paradigmas e a Educação. São Paulo: Cortez, 1996.
- MORIN, Edgar. Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. / 6. ed. São Paulo : Cortez, 2013.
- PENTEADO, Heloísa Dupas. Metodologia do ensino de História e geografia. São Paulo: Cortez, 1994.
- PENTEADO, Heloísa Dupas. Meio Ambiente e formação de professores. São Paulo: Cortez, 1997.
- ROSS, Jurandy; Luciano Sanches. Geomorfologia, Ambiente e Planejamento. São Paulo: Contexto, 1991.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 2009.
- UNESCO. Programa Geral de Informação. UNESCO Brasil: novos marcos de ação. Brasília, DF: UNESCO, 2001.
- VEYRET, Yvette (Org.). Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Fronteira, Região e Sociedade
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

A formação das sociedades em regiões de fronteiras. A territorialização transfronteiriça da região Platina e o Mercosul. Formação dos territórios, territorialização e desterritorialização. Fronteira, transfronteirização e regiões transfronteiriças. Relação entre o local e o global. Definição de Sociedade, sociedade civil, governo e Estado.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender a Fronteira como um espaço constituído historicamente e de relação e tensão nas esferas: política, social, econômica e cultural.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Proporcionar um corpo conceitual e teórico que possibilite a compreensão das dinâmicas das sociedades em regiões de fronteira em um mundo globalizado;
- Refletir as dinâmicas das relações de fronteira na região do Mercosul, sobretudo, nas Fronteiras: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai;
- Discutir os conceitos de território, territorialização, região, fronteira e transfronteiriço;
- Estabelecer as relações entre o local e o global e vice-versa.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

MARTINS, Ruy G. O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas) Coimbra: Almedina, 2008.

PEREIRA CARNEIRO, Camilo. Fronteiras irmãs: transfronteirizações na bacia do Prata. Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.

BOBBIO, Norberto, Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COSTA, Rogério H. da. O mito da desterritorialização. 7ªed. rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BENTO, Fábio Régio. Fronteiras em movimento. Jundiaí, Paco Editorial: 2012

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

COLVERO, Ronaldo. Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2004.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864). Alegrete, RS: Instituto Cultural José Gervasio Artigas, 2013.

MARCHI, Jamur Johnas. Plano estratégico de desenvolvimento da região fronteira oeste. (2010 2020) Passo Fundo: Passografic, 2010.

MOSCOVICI, Serge. A invenção da sociedade : sociologia e psicologia. Petrópolis, Vozes:2011. JARDIM, Denise Fagundes. Cartografias da imigração : interculturalidade e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo. O local e o global : limites e desafios da participação cidadã. 2º Ed. São Paulo: Cortez: Recife: EQUIP: Salvador, UFBA, 2001.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Antropologia
- Carga horária total: 30 horas
- Carga horária teórica: 30 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

O trabalho do antropólogo e o entendimento de cultura, num contexto dinâmico, de diálogo com as forças econômicas, políticas e sociais condicionando o desenvolvimento de subjetividades e a emergência dos processos sociais.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender o trabalho do antropólogo a partir da Etnografia nas sociedades simples e complexas.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Distinguir as categorias como fato social e fato social total; a troca e laços sociais;
- O simbólico e a cultura e seus significados;
- Problematizar os conceitos de: etnicidade e etnocentrismo, margens internas e externas da cultura, grupos étnicos e identidades raciais, cultura e identidade, essência e recriação.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru, EDUSC, 1999.  
GEERTZ, Clifford. "A interpretação das culturas". RJ. Edições Guanabara, 1986.  
LAPLANTINE, François. "Aprender antropologia". São Paulo. Brasiliense, 2003.  
MAUSS, Marcel. "Antropologia e Sociologia". São Paulo, EPU/EDUSP. 1974.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

ALMEIDA, Mauro. Lewis Morgan: 140 anos dos sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana (1871-2011). Cadernos de campo, São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.

BASTIDE, Roger. "O candomblé da Bahia". São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. Revista Comunicação e Informação, v. 15, n.2, p. 149-161, 2012.

PERIANO, Mariza. Etnocentrismo às avessas. O conceito de sociedade complexa. Revista de Ciências Sociais, v. 26, n.1, 1983.

ROCHA, Everardo. "O que é o etnocentrismo?" RJ. Editora Brasiliense. 1984.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Sociologia
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

A Sociologia clássica. O pensamento sociológico e suas bases conceituais e seus objetos. Aproximações e distinções em conflitos na percepção da sociedade.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender o pensamento sociológico moderno num contexto de transformações da sociedade industrial.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Diferenciar os conceitos e objetos sociológicos da sociologia clássica;
- Perceber o alcance e os limites conceituais da sociologia clássica na percepção da sociedade.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ARON, Raymond. Etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CASTRO, A.; DIAS, E. (org.). Introdução ao Pensamento Sociológico. São Paulo: Centauro, 2001.

QUINTANEIRO, Tania. Um toque de clássicos. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BARBOSA, M. Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

DURKEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Claret, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia geral. São Paulo, SP : Atlas, 1999.

MARX, K. O Manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Claret, 2006.

TARDE, Gabriel. Monadologia e sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

TARDE, Gabriel. A opinião e as massas 2. ed. São Paulo, SP : Martins Fontes, 2005

TRINDADE, Héglio. O positivismo: teoria e prática. Sesquicentenário da morte de Augusto Comte, 3. ed. Brasília, DF : Unesco, 2007.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Tecnologias da Informação e da Comunicação
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular:
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Mediar no processo de ensino-aprendizagem dos discentes no ambiente virtual. Acompanhando, motivando e proporcionando ao aluno condições de uma aprendizagem autônoma; Assim como, orientar nas atividades propostas de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso.

### **OBJETIVO GERAL**

Instrumentalizar os alunos no uso das TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação para mediar suas atividades cotidianas, contribuindo à sua formação.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender a importância do papel das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem dos alunos;
- Explorar a compreensão de recursos tecnológicos que forneçam noções básicas, almejando a integração de diferentes mídias, tais como: câmera fotográfica digital e celulares;
- Tecer considerações sobre o trabalho com projetos interdisciplinares com o uso das TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Elaborar propostas que estimulem a utilização de metodologias diferenciadas no ensino aprendizagem.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

CITELLI, Adilson. Comunicação e educação: a linguagem em movimento. 3. ed. São Paulo, SP : Editora Senac São Paulo, 2004.

COGO, Denise Maria, Televisão, escola e juventude. Porto Alegre, RS : Mediação, 2001.

LE MOS, Andre. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5. ed. Porto Alegre, RS : Sulina, 2010.

LOUREIRO, Robson. Indústria cultural e educação em tempos pós-modernos. Campinas, SP: Papirus, 2003.

SANCHO, Juana M., Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre, RS : Artmed, 2006.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BACCEGA, Maria Aparecida, Televisão e escola: uma mediação possível? São Paulo, SP : Editora Senac São Paulo, 2003. BRASIL. Educação e tecnologia (1996-2002). Brasília, DF : MEC/INEP, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARCIA, Nilson Marcos Dias; LIMA FILHO, Domingos Leite (Orgs). Trabalho, educação e tecnologia :alguns dos seus enlaces / Curitiba, PR : Ed. UTFPR, 2010.

MARCONDES, Beatriz, Como usar outras linguagens na sala de aula. 6. ed. São Paulo - SP: Contexto, 2010

NEUMANN, Laurício. Educação e comunicação alternativa. Petrópolis (RJ): Vozes, 1991.

PACHECO, Elza Dias. Comunicação, Educação e Arte na cultura infanto-juvenil. São Paulo: Loyola, 1991.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Formação Histórica, Política e Econômica do Brasil
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 0
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Os processos de construção histórica da independência, da formação política e econômica, bem como a queda do regime monárquico e a estruturação política da República, importante para o entendimento dos elementos formadores do estado nacional brasileiro. Revolução de 1930. Fim do Estado Novo. Redemocratização. Os governos populistas. Os militares no poder. Abertura democrática. Consolidação da democracia.

### **OBJETIVO GERAL**

Estudar os aspectos da formação e o imaginário da identidade nacional e cultural do Brasil.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar a formação do território e do Estado brasileiro;
- Identificar os processos econômicos e políticos de formação do Brasil;
- Conhecer a história contemporânea;
- Descrever a participação dos povos originários e afro-brasileiros na história economia e cultura do país.
- 

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2006.

CARVALHO, José Murilo de. Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

FARIA, Sheila de Castro. A colônia brasileira: economia e diversidade. São Paulo: Moderna, 2004. FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FARIA, Sheila de Castro. A revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Companhia das 61 Letras, 1997.

FIGUEIREDO, José Ricardo. Modos de ver a produção do Brasil. São Paulo: Edusc; Campinas: Autores Associados, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. Ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Geografia do Brasil
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Estudo do quadro natural e as transformações nele provocadas pela ação humana e sua relação com as diferentes formas de ocupação. Organização e aproveitamento

econômico do espaço brasileiro. Estudo da composição, estrutura e dinâmica da população brasileira.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender as interações entre elementos do ambiente e da sociedade na formação da paisagem do território brasileiro.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Analisar os diferentes domínios naturais e seu estado de preservação/destruição e possibilidades de regeneração;
- Analisar as estruturas e a produção, visando a compreender as diferentes formas de organização do espaço brasileiro;
- Analisar a dinâmica da população brasileira e a organização espacial construída na sua relação com o ambiente.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ROSS, Jurandyr L. Sanches. Geografia do Brasil. 6. ed. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. São Paulo: editora da USP, 2008.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoções. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI / 16. ed. Rio de Janeiro, RJ : Record, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

TEIXEIRA, Francisco M. P. História concisa do Brasil. São Paulo: Global, 2000.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

AB'SABER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. 7 ed. São Paulo: Ateliê, 2012.

ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander (org.). Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na Perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre: EDUFRGS, 1997.

COSTA, Wanderley Messias da, O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo, SP : Companhia das Letras, 2007.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo, SP : Companhia das Letras, 2007.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Movimentos Sociais
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Os movimentos sociais. Novos movimentos sociais. ONGs. Movimentos sociais no campo. O Estado e os movimentos sociais.

### **OBJETIVO GERAL**

Analisar o surgimento, o desenvolvimento teórico e histórico e a contribuição dos movimentos sociais para a construção da cidadania no país.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender a dinâmica dos movimentos sociais;
- Identificar as contribuições dos movimentos sociais e das ONGs na construção da cidadania no Brasil;
- Compreender o papel do Estado para com os Movimentos sociais e ONGs.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

ANDERY.M.M. et ali. Para Compreender a Ciência uma perspectiva histórica. São Paulo: EDUC- Editora da PUC-SP, 2002. GOHN, Maria da Glória. Novas Teorias dos Movimentos. Caxias do Sul: Maneco Editora, 1999.

LEHER, Roberto e SETÚBAL, Mariana (Orgs.) Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis .São Paulo. Cortez. 2005.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

APPLE, Michael W., Para além da lógica do mercado :compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo / Rio de Janeiro, RJ : DP&A, 2005.

BERG loschpe, Evelyn (org) Terceiro Setor. Desenvolvimento social sustentado. Santos, Ana. Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. disponível em: <http://rccs.revues.org/867#article-867>. Hopenhayn, Martin. “A cidadania vulnerabilizada na América Latina” In: Revista Brasileira de Estudos de População. v.19, n.2, jul./dez.2002. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14374>. Pdf.

MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo, SP : Boitempo, 2011

SOUSA SANTOS, Boaventura. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº40 junho de 1997. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao\\_multicultural\\_direitos\\_h\\_u\\_manos\\_RCCS48](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_h_u_manos_RCCS48). PDF.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. 2 ed. Loyola. 1996.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: História das Constituições
- Carga horária total: 30 horas
- Carga horária teórica: 30 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

As constituições brasileiras na formação do Estado e as suas mudanças como resultado das tensões sociais e políticas da sociedade.

## **OBJETIVO GERAL**

Analisar a formação das constituições brasileiras desde 1824 até 1988.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender a história e a importância das constituições, uma vez que, devem apresentar as diretrizes sobre os direitos de cada sociedade, igualar a lei e promover a justiça para os cidadãos;
- Verificar a Constituição de 1824, a Constituição do Império do Brasil;
- Estudar as características históricas das Constituições da República do Brasil (1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988);
- Analisar a Constituição de 1988, a Constituição Cidadã.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo do caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVER, R.; RIBENTI, M.; BRANDÃO, G: (ORGS). A constituição de 1988 na vida Brasileira. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 17.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 26.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011. LINHARES, M. Y. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MICHILES, C., et. al. Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. TOCQUEVILLE, A. A democracia na América. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: História das Instituições Políticas Brasileiras

- Carga horária total: 30 horas
- Carga horária teórica: 30 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Estudo da formação das instituições políticas, seu processo histórico na organização política e na relação entre interesses sociais e instituições políticas, continuidades e mudança do processo político, enfatizando as instituições políticas no Brasil.

### **OBJETIVO GERAL**

Identificar nas instituições brasileiras os fatores de continuidade e de mudança.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Entender como que as instituições políticas foram constituídas no Brasil;
- Compreender os interesses sociais para com as instituições políticas;

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

AVELAR, L.; CINTRA, A. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. 8. Ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 31 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA JÚNIOR, O. B. Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 1997.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

AZAMBUJA, Darcy. Introdução à Ciência Política. São Paulo: Globo, 2008.

BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CARVALHO, J. M. A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 10ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MORAES, Alexandre de. Presidencialismo. São Paulo: Atlas, 2004.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1983.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Didática Geral
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

A educação, a escola e o professor pesquisador no contexto atual. A didática em seu processo de construção histórica. Princípios teóricos–metodológicos da didática na perspectiva da práxis pedagógica. Instâncias do planejamento da educação escolar e a organicidade da escola. Dimensões do processo didático e seus eixos norteadores: ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Contextualização e problematização do processo de ensino–aprendizagem: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação.

### **OBJETIVO GERAL**

Refletir sistematicamente sobre as dimensões do processo didático e seus eixos norteadores.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Redimensionar o papel do professor no contexto atual;
- Estabelecer as relações entre os componentes do processo de ensinagem, buscando a construção do saber;
- Conhecer, compreender e vivenciar situações didáticas convergentes à especificidade da área de formação.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

LIB NEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. 263 p.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2010. 180 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coord.). Lições de didática. Campinas: Papirus, 2009. 160 p.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BENINCÁ, Eli; MÜHL, Eldon Henrique (Coord.). Educação: práxis e ressignificação pedagógica. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010. 330 p.

LOPES, Antonia Osima; VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coord.). Repensando a didática. Campinas: Papirus, 2004. 159 p.

RAYS, Oswaldo Alonso (Coord.). Educação: ensaios reflexivos . Santa Maria: Pallotti, 2002. 167 p.

SANTIAGO, Anna Rosa; VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coord.). Projeto político – pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2006. 192 p.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Tecnologias aplicadas à Educação
- Carga horária total: 30 horas
- Carga horária teórica: 30 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

Educação e tecnologias: Tecnologias na formação do professor de História; As novas tecnologias aplicadas à educação; As novas tecnologias como recurso pedagógico; Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias; Metodologias e Jogos pedagógicos.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender o impacto das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica no ensino de História.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Contextualizar a aplicação das tecnologias da informação e comunicação nas diferentes áreas do conhecimento;
- Incorporar as tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem de História;
- Entender os princípios das tecnologias associadas às diferentes áreas do conhecimento;
- Utilizar-se de metodologias que contemplem a inserção das novas tecnologias no processo educativo;
- Avaliar a prática pedagógica no uso das tecnologias dentro das especificidades das diversas áreas de conhecimento, viabilizando o mapeamento dos progressos e dificuldades e prevendo alternativas para novas propostas;
- Explorar as potencialidades didáticas das novas tecnologias em relação aos objetivos de ensino.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

BERGMANN, J; SAMS, A. Sala de Aula Invertida.: Uma Metodologia Ativa de Aprendizagem. LTC, 2016.

COSCARELLI, C.V. RIBEIRO, A.E. Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas.2.ed. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2007.

DEMO, P. Conhecimento e Aprendizagem na Nova Mídia. Brasília: Editora Plano, 2001.

MORAN, J. M. Integração das tecnologias da educação: o salto para o futuro. Brasília: Ed. do MEC, 2005.

FERREIRA, C. A. L. A importância das novas tecnologias no ensino de História in *Universa*. Brasília, n. 1, fevereiro de 1999.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

ALMEIDA M. E. B de. Informática e educação: diretrizes para uma formação reflexiva de professores. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

ALMEIDA M. E. B de. PRADO, M. E. B. B. Elaboração de projetos: guia do cursista. Programa Nacional de formação continuada em tecnologia educacional PROINFO INTEGRADO. Brasília, DF: [s.n.], 2011.

DOWBOR, L. A revolução tecnológica e os novos paradigmas da sociedade. Belo Horizonte, IPSO, 1993.

FONSECA, L. Tecnologia na Escola. 2001. Endereço Eletrônico: <http://www.aescola.com.br/aescola/seções/20tecnologia/2001/04/0002>. Data da consulta: 05/02/2023.

MERCADO, L. P. L. Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática. Maceió: EDUFAL, 2002.

## **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: Mídias e Ferramentas Tecnológicas no ensino de História
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0
- Carga horária de extensão: 0

## **EMENTA**

Tecnologias da Informação e Comunicação e Mídias de comunicação; Metodologias Ativas; Materiais manipuladores: recursos didáticos alternativos para o ensino da história; Letramento digital.

## **OBJETIVO GERAL**

Discutir sobre diferentes abordagens do ensino de História com enfoque nas tecnologias de ensino.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender a importância do papel das tecnologias de informação e comunicação e mídias de comunicação no processo de ensino e aprendizagem;

- Elaborar propostas que estimulam a utilização de metodologias ativas no ensino de História; - Conceber e utilizar projetos educacionais incorporados as tecnologias de informação e comunicação e recursos didáticos;
- Refletir sobre Letramento digital no contexto educacional.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

BERGMANN, J; SAMS, A. Sala de Aula Invertida.: Uma Metodologia Ativa de Aprendizagem. LTC, 2016.

COSCARELLI, C.V. RIBEIRO, A.E. Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas.2.ed. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2007.

DEMO, P. Conhecimento e Aprendizagem na Nova Mídia. Brasília: Editora Plano, 2001.

FERREIRA, C. A. L. A importância das novas tecnologias no ensino de História in Universa. Brasília, n. 1, fevereiro de 1999.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

BUENO, J. L. P; PACÍFICO, J.M; PRETTO, N. L. Tecnologias na Educação: políticas, práticas e formação docente. Florianópolis: Pandion, 2015.

CARVALHO, R.N. de. Ambiente Virtual de Aprendizagem: Fóruns de discussão numa perspectiva sociointeracionista, 2010.

MILL, Daniel. Escritos sobre educação-Desafios e possibilidades para ensinar e aprender com as tecnologias emergentes. São paulo: Paulus, 20017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. MORAN, J.M. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica, papyrus, 21ª ed, 2013.

### **IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE**

- Componente Curricular: História da guerra e da diplomacia na fronteira platina no século XIX.
- Carga horária total: 60 horas
- Carga horária teórica: 60 horas
- Carga horária prática: 0
- Carga horária de Prática como Componente Curricular: 0
- Carga horária presencial: 0

- Carga horária de extensão: 0

### **EMENTA**

O Prata como uma região de fronteira histórica. Os conflitos políticos internos nos Estados-nações que estabelecem os limites no referido espaço e os desdobramentos nos conflitos externos: as guerras ocorridas no transcurso do século XIX.

### **OBJETIVO GERAL**

Compreender as guerras na fronteira platina no século XIX e os seus reflexos no estabelecimento de limites entre Estado-nações.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender como que a região de fronteira foi consolidada na região platina;
- Entender como que se deu os conflitos políticos internos;
- Conhecer os conflitos das guerras no século XIX na região platina.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS**

COLVERO, Ronaldo Bernardino Bajo su real protección: as relações internacionais e a geopolítica portuguesa na região do Rio da Prata (1808 – 1812). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015 427p.

MACHADO, Carlos. Historia de los orientales. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1973.

MAESTRI, Mário. Mar del Plata: dominação e autonomia no Sul da América: Argentina, Brasil, Uruguai (1810-1864) Porto Alegre: FCM Editora, 2016 273 p. (Coleção Mar del Plata, 5).

SILVA, Jeremyas Machado. A fronteira platina: história e narrativa da Guerra da Tríplice Aliança na obra de Efraím Cardozo “Hace 100 años: crónicas de la Guerra de 1864 – 1870”. / Jeremyas Machado Silva. – Passo Fundo: Acervus, 2022.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMPLEMENTARES**

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLIN, Luiz Carlos Tau. A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOLIN, Luiz Carlos Tau. A fronteira: os tratados de limites Brasil-Uruguai-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre: L&PM, 2004 (vol 2).

YEGROS, Ricardo Scavone História das relações internacionais do Paraguai / Ricardo Scavone Yegros, Liliana M Brezzo – Brasília: FUNAG, 2013 187 p (Coleção relações internacionais).

## **4 GESTÃO**

Nesta seção, são apresentadas informações sobre recursos humanos e recursos de infraestrutura.

### **4.1 Recursos Humanos**

Neste tópico, serão apresentadas as informações sobre a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão do Curso, o Corpo Docente e a Tutoria.

#### **4.1.1 Comissão e Coordenação de Curso**

A Comissão de Curso é o órgão que planeja, executa e avalia as atividades pedagógicas, também propõe alterações curriculares e discute temas referentes ao curso. As atividades da comissão de curso são presididas pelo coordenador. Os membros natos dessa comissão são os professores atuantes no curso e os membros eleitos democraticamente pelos seus pares: um representante discente e um representante dos servidores técnico-administrativos.

De acordo com a Resolução 05 de 2010 da UNIPAMPA (2010), o curso será gerido pela figura do coordenador. O perfil do coordenador de curso é de um professor que ministra componentes curriculares no curso e que possui graduação e doutorado na área da História e experiência de magistério superior. O regime de trabalho do coordenador é de tempo integral, reservando, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais para as atividades de coordenação. O coordenador dedica-se à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e docentes, pela representatividade no Conselho de Campus e demais instâncias da universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC.

Responde pela coordenação do curso<sup>4</sup> que tem a responsabilidade, conforme artigo 105 da Resolução nº05 de 17 de junho de 2010:

I presidir a Comissão de Curso;

II promover a implantação da proposta de Curso, em todas suas modalidades e/ou habilitações e uma contínua avaliação da qualidade do Curso, conjuntamente com o corpo docente e discente;

III. encaminhar aos órgãos competentes, por meio do Coordenador Acadêmico, as propostas de alteração curricular aprovadas pela Comissão de Curso;

IV. formular diagnósticos sobre os problemas existentes no Curso e promover ações visando à sua superação;

V. elaborar e submeter anualmente à aprovação da Comissão de Ensino o planejamento do Curso, especificando os objetivos, sistemática e calendário de atividades previstas, visando ao aprimoramento do ensino no Curso;

VI. apresentar, anualmente, à Coordenação Acadêmica relatório dos resultados gerais de suas atividades, os planos previstos para o aprimoramento do processo avaliativo do Curso e as consequências desta avaliação no seu desenvolvimento;

VII. servir como primeira instância de decisão em relação aos problemas administrativos e acadêmicos do Curso que coordena amparado pela Comissão de Curso, quando necessário;

VIII. convocar reuniões e garantir a execução das atividades previstas no calendário aprovado pela Comissão de Ensino;

IX. cumprir ou promover a efetivação das decisões da Comissão de Curso;

X. assumir e implementar as atribuições a ele designadas pelo Conselho do Câmpus, pela Direção e pela Comissão de Ensino;

XI. representar o Curso que coordena na Comissão de Ensino e em órgãos superiores da UNIPAMPA, quando couber;

XII. relatar ao Coordenador Acadêmico as questões relativas a problemas disciplinares relacionados aos servidores e discentes que estão relacionados ao Curso que coordena;

XIII. atender às demandas das avaliações institucionais e comissões de verificação "in loco";

XIV. providenciar, de acordo com as orientações da Comissão de Ensino, os planos de todas as disciplinas do Curso, contendo ementa, programa, objetivos, metodologia e critérios de avaliação do aprendizado, promovendo sua divulgação entre os docentes para permitir a integração de disciplinas e para possibilitar à Coordenação Acadêmica mantê-los em condições de serem consultados pelos alunos, especialmente no momento da matrícula;

XV. contribuir com a Coordenação Acadêmica para o controle e registro da vida acadêmica do Curso nas suas diversas formas;

XVI. orientar os alunos do Curso na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares;

---

<sup>4</sup> Nos cursos conveniados com a UAB da UNIPAMPA não existe a figura do coordenador substituto.

XVII. autorizar e encaminhar à Coordenação Acadêmica:

- a) a matrícula em disciplinas eletivas;
- b) a matrícula em disciplinas extracurriculares;
- c) a inscrição de estudantes especiais em disciplinas isoladas;
- d) a retificação de médias finais e de frequências de disciplinas, ouvido o professor responsável;
- e) a mobilidade discente.

XVIII. propor à Coordenação Acadêmica, ouvidas as instâncias competentes da Unidade responsável pelo Curso:

- a) os limites máximo e mínimo de créditos dos alunos no Curso, para efeito de matrícula;
- b) o número de vagas por turma de disciplinas, podendo remanejar alunos entre as turmas existentes;
- c) o oferecimento de disciplinas nos períodos regular, de férias ou fora do período de oferecimento obrigatório;
- d) prorrogações ou antecipações do horário do Curso;
- e) avaliação de matrículas fora de prazo.

XIX. providenciar:

- a) o julgamento dos pedidos de revisão na avaliação de componentes curriculares do curso em consonância com as normas acadêmicas da UNIPAMPA;
- b) a realização de teste de proficiência em línguas estrangeiras, quando previsto na estrutura curricular;
- c) a avaliação de notório saber conforme norma estabelecida;
- d) os atendimentos domiciliares, quando pertinentes;
- e) a confecção do horário das disciplinas em consonância com a Comissão de Ensino;
- f) o encaminhamento à Coordenação Acadêmica, nos prazos determinados, de todos os componentes curriculares do Curso.

XX. emitir parecer sobre pedidos de equivalência de disciplinas, ouvido o responsável pela disciplina, podendo exigir provas de avaliação;

XXI. promover a adaptação curricular para os alunos ingressantes com transferência, aproveitamento de disciplinas, trancamentos e nos demais casos previstos na legislação;

XII. atender às demandas da Coordenação Acadêmica em todo o processo de colação de grau de seu curso.

O coordenador compõe o Núcleo Docente Estruturante do curso, a Comissão Local de Ensino e o Conselho de Câmpus e deve possuir experiência profissional no magistério superior.

O curso possui um site oficial, na página da UNIPAMPA<sup>5</sup>, onde há o contato da coordenação. O coordenador é uma docente do quadro efetivo em tempo integral e dedicação exclusiva.

Para atendimento das demandas que envolvem os diversos atores do curso, a coordenação disponibiliza atendimento presencial, por e-mail, telefone, reuniões *meet* e *whatsapp*. A coordenação também realiza atendimento presencial nos polos, tendo nestes momentos, encontros com discentes, coordenadores de polo e tutores presenciais. A coordenação de curso apresenta semestralmente o planejamento de suas ações, com destaque para as ações de oferta do calendário acadêmico, ações de ensino, pesquisa e extensão, promoção de eventos acadêmicos e calendário de aulas presenciais e/ou remotas bem como as demandas relativas à atualização do PPC, projetos e demandas da coordenação UAB. Além dos canais de comunicação mencionados, a coordenação de curso tem o Mural da Coordenação no Moodle, no qual mantém atualizada as ações, ofertas e orientações para os discentes. A agenda da coordenação inclui a oferta semestral e controle de repercurso, representação nas instâncias institucionais, organização de cronograma de encontros presenciais/síncronos dos discentes, atendimento às demandas da coordenação geral da UAB e das demandas curriculares dos discentes, assim como orientações aos tutores e docentes do curso.

O coordenador do curso atualmente é o Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero, doutor em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009), mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (2003), graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999), atualmente Professor Associado na Universidade Federal do Pampa. Desde 2003 vem participando, elaborando e orientando projetos de pesquisa nas áreas de História, Relações Internacionais, Ciências Sociais, Ciência Política, Educação, Memória, Patrimônio e Políticas Públicas.

Através das reuniões de Comissão de Curso e Pesquisas de Avaliação aplicadas pela CPA e pelo curso, têm-se os instrumentos para que a Coordenação de Curso faça as mediações entre docentes, discentes e tutores. A Coordenação realiza reuniões com

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historiaead/>.

tutores e discentes, levantando questões para discussão na Comissão de Curso. Essas ações têm como finalidade a melhoria contínua dos processos.

Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p.26). É constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representantes discentes e técnicos.

O colegiado deve reunir-se com periodicidade semestral e os temas e encaminhamentos/resoluções devem ser registrados em ata e publicizados em endereço eletrônico do curso. Referente ao regimento da Comissão de Curso, o mesmo se encontra em fase de elaboração e será aprovado posteriormente por órgão responsável.

#### **4.1.2 Núcleo Docente Estruturante**

A composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) é proposta pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do Projeto Político Pedagógico do Curso.

Conforme o estabelecido pela Parecer CONAES nº 04/2010 e Resolução CONAES nº 01/2010 e Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 97/2015, “o Núcleo Docente Estruturante – NDE, de um curso de graduação, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso”. Dentre as atribuições acadêmicas deste grupo estão os seguintes pontos:

- I. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV.zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Curso de Graduação.

O NDE também poderá tomar decisões a respeito de bibliografia básica e complementar dos componentes curriculares. De acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação (BRASIL, 2017) o NDE poderá comprovar a compatibilidade, em cada bibliografia básica do componente curricular, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

O atual NDE do Curso de Licenciatura em História EaD/UAB, foi referendado no dia 28 de dezembro de 2021, em reunião realizada de maneira virtual, tendo instaurado no mesmo dia o Regimento do Núcleo Docente Estruturante, constante no apêndice IV deste documento.

Atualmente o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em História EaD/UAB é formado por: Ronaldo Bernardino Colvero, presidente; Edson Romário Monteiro Paniagua, secretário; Juliana Lima Moreira Rhoden; Patricia Forginari Firpo. O NDE encontra-se em caráter excepcionalmente com apenas 4 membros tendo em vista que o professor Anderson Romário Pereira Corrêa encontra-se em licença para capacitação e a Comissão de Curso ainda não realizou nova indicação de componente.

O NDE reúne-se, ordinariamente, no mínimo, 02 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

#### **4.1.4 Corpo docente**

O perfil do corpo docente do Curso de História Licenciatura EAD, deverá contemplar a vocação pedagógica e a qualificação docente de modo que o professor possa auxiliar o aluno a construir-se como cidadão e como sujeito capaz de formar formadores de opinião. Para tanto, considera-se fundamental além da formação específica na sua área de atuação e uma visão holística, o acúmulo de experiência profissional como professor (regência) nos diferentes níveis de ensino, com destaque para o ensino superior, bem como em cargos administrativos dentro da estrutura do ensino superior e/ou escola básica. De acordo com Nerici (1993, p. 67), o professor de

ensino superior deverá ter especialização na disciplina a ser lecionada; ter formação científica adequada; ter visão profissional da sua disciplina, com regulares contatos e estágios em meios profissionais à mesma correlatos; possuir adequada formação didático-pedagógica e cultura geral; ser competente no uso das tecnologias informacionais; atualizar seus conhecimentos continuamente.

O corpo docente necessita ter um perfil voltado às novas tecnologias. Os docentes passarão por uma formação voltada à metodologias de ensino à distância. A Divisão de Formação e Qualificação da Pró Reitoria de Graduação é uma divisão que apoia e dá suporte à formação continuada do corpo docente. São oferecidas capacitações para docentes e tutores UAB, previstas no calendário acadêmico, pela Divisão de Educação a Distância - DED.

#### **4.1.5 Tutoria**

Tutoria é um importante recurso humano nos cursos EaD. Em cada um dos 5 polos onde o curso é oferecido há um tutor que atende aos alunos de forma virtual e presencial, sempre que for necessário. Já na sede do curso, no Campus São Borja da UNIPAMPA, um grupo de 5 tutores atenderão os alunos a distância.

As atividades de tutoria atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular e são desenvolvidas a partir das ações dos tutores presenciais e a distância, que têm como principais atribuições a promoção de espaços de construção e compartilhamento coletivo de conhecimento, bem como o auxílio na elucidação de dúvidas através de fóruns de discussão do ambiente de aprendizagem virtual, através de aplicativos, mensagens instantâneas e videoconferências.

Assim, desenvolvem a mediação da comunicação de conteúdo entre os professores e os alunos, acompanhamento das atividades dos alunos de acordo com o cronograma do curso e apoio aos professores dos componentes curriculares no desenvolvimento das atividades docentes. Estabelecem contato permanente com os alunos e fazem a mediação das atividades. Participam do processo de avaliação dos componentes, sob orientação do professor responsável e acompanham a regularidade de acesso do ambiente virtual de aprendizado pelos alunos.

Aos tutores presenciais cabe o apoio aos alunos, quanto ao uso das tecnologias; e à coordenação do curso, nas atividades presenciais realizadas nos polos. Os tutores presenciais dão suporte nas visitas da coordenação do curso e dos professores aos polos. Nessas atividades, os tutores atuam na organização da aula, na comunicação com os acadêmicos e nos debates desenvolvidos nas atividades presenciais.

Os tutores são selecionados a partir de processos seletivos e devem ter formação na área de Ciências Humana/Educação e experiência na Educação Básica. Tanto a formação quanto a experiência corroboram em profissionais que conhecem o cotidiano da docência na educação básica, fornecendo significativo arcabouço de mediação pedagógica no atendimento e orientação aos alunos do curso EaD.

Tendo em vista o EaD como uma significativa inovação tecnológica na formação docente, a UNIPAMPA oportuniza periodicamente formações em Tecnologias da Informação aos tutores das graduações da Instituição<sup>6</sup>.

## **4.2 Recursos de Infraestrutura**

### **4.2.1 Infraestrutura da sede**

Por se tratar de uma universidade nova e em formação, algumas instalações estão sendo construídas e ampliadas, incluindo laboratórios, salas de aula, salas de estudo, biblioteca e espaços administrativos. Suas instalações são de construção recentes, divididas em dois prédios: Acadêmico, Prédio I onde se encontram as salas de aulas (todas equipadas com projetor de multimídia e computador e os laboratórios supracitados. Já no Prédio II encontram-se os setores administrativos, secretaria acadêmica, direção e os gabinetes dos professores. Estes podem acolher até quatro professores por gabinete e são equipados com computadores, mesas e armários individuais.

Ressalta-se que a instituição incentiva à implantação e êxito de novos cursos de graduação, estando comprometida com melhorias na infraestrutura física. Porém, a infraestrutura atual, instalações e equipamentos, atende os requisitos mínimos necessários para atividades de ensino, de pesquisa e extensão, na graduação, bem

---

<sup>6</sup>Mais informações em: <https://sites.unipampa.edu.br/ead/capacitacoes-2023/>.

como nossas instalações atende os requisitos de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, segundo dec. nº 5.296/2004.

O campus de São Borja possui laboratórios de fotojornalismo, de jornalismo impresso, de rádio e jornalismo de jornalismo que atendem as demandas específicas do Curso de Jornalismo, do Curso de Publicidade e Propaganda e do Curso de Relações Públicas. Os conjuntos desses laboratórios fornecem um aporte de materiais expressivos e de profissionais altamente habilitados que articulados às trajetórias e experiências didáticas e pedagógicas dos docentes do Curso de História Licenciatura, constitui-se num “laboratório de multimeios”. Trata-se da capacitação permanente em mídias em educação (TV, cinema, informática, rádio e jornal). Possibilita uma formação interdisciplinar permanente do corpo docente do campus, onde a técnica estará ao serviço da educação e a educação terá instrumentos técnicos para fazer a transposição didática do conjunto de conhecimentos das respectivas áreas de História Licenciatura de forma articulada e sistêmica. Essa dimensão educacional, educação e tecnologias levarão em conta as demandas da comunidade local e regional, principalmente a capacitação e formação permanente dos professores da rede pública municipal e estadual de ensino. O Campus conta com 1 Impressora braile Juliet Pro, 1 Impressora laser HP M1120 MFP, 2 Netbooks, 8 Mesas acessíveis para cadeiras de rodas, 1 Teclado numérico, 2 Gravadores digitais, 1 Lupa eletrônica ALLADIN, 6 Cadeiras para obesos, 2 Licenças do software leitor de telas Jaws, 1 Scanner “ledor”, Software boardmaker.

#### **4.2.2 Infraestrutura dos polos**

A estrutura do polo deverá ter, ainda: biblioteca, contendo pelo menos acervo bibliográfico de acordo com as orientações do MEC, inclusive biblioteca virtual, para o curso que se pretende ofertar; laboratório de informática com acesso à Internet, recurso para transporte intermunicipal e hospedagem; equipe técnica e administrativa de apoio; e sustentabilidade financeira e orçamentária para instalação do polo.

Quanto à estrutura física e logística (Laboratórios; Bibliotecas, recursos tecnológicos e outros.). O polo será de responsabilidade do Município, Estado ou parcerias e consórcios.

**Observação:** A relação do mobiliário abaixo corresponde às necessidades de uma demanda para os polos implantarem o Curso de História EAD.

Sala	Elementos	Quantidades
<b>Sala para Secretaria Acadêmica</b>	Mobiliário Equipamento e serviços	<p>1 mesa  1 mesa de escritório com gaveta  1 mesa par scanner  1 mesa para impressora  2 armários com 2 portas  2 arquivos de aço  1 mesa par telefone e fax  1 mural  2 cadeiras giratória  1 computador com gravador de CD  1 impressora a laser  1 scanner  1 aparelho de telefone e fax  1 webcam  1 nobreak  Acesso à internet para o polo  1 linha telefônica com ramais</p>
<b>Sala da coordenação do Polo</b>	Mobiliário Equipamentos e serviços	<p>1 mesa giratória com gavetas  2 cadeiras giratórias  1 mural  1 mesa para computador  1 armário com portas  2 cadeiras estofada com braços  1 computador completo, com multimídia, gravador CD  acesso internet (ver configuração) um webcam  1 aparelho de telefone</p>
<b>Sala para tutores</b>	Mobiliário Equipamentos	<p>4 mesas de reunião (4 pessoas)  16 cadeiras estofadas para reunião  4 cadeiras com braço  4 mesas de escritório  1 mesa de impressora  1 mesa de scanner  2 armários com duas portas  4 computadores completos  1 scanner  1 aparelho de telefone e fax  1 impressora  4 webcam</p>
<b>Sala de</b>	Mobiliário	<p>1 mesa de reunião (10 pessoas)  10 cadeiras estofada com braços</p>

Sala	Elementos	Quantidades
professores		1 armário com porta 1 mural 1 quadro branco
Sala de aula presencial típica	Mobiliário	50 carteiras estofadas 1 quadro branco ou giz.. 1 mural 1 mesa para professor 1 cadeira estofada
Biblioteca	Mobiliário	4 mesas para 4 pessoas 16 cadeiras estofadas 3 cadeiras giratória com braços 2 mesas para computador 1 mesa de escritório com gaveta 2 armários com fechamento para guarda de acervo bibliográfico de multimeios: CD-ROM, disquetes, fitas de vídeos, DVD e outros 1 mesas para impressoras 1 armário com duas portas 4 estantes de aço (para disponibilização do acervo bibliográfico de livros e periódicos impressos) Equipamentos 2 Computadores completos (ver configuração) 1 aparelho telefônico 1 impressora
Laboratório de informática	Mobiliário Equipamentos	25 cadeiras estofadas 1 cadeira estofada para professor 25 mesas para computador ou banca 1 quadro branco 2 murais com vidro 1 mesa para projetor 2 armários de segurança para equipamento 1 mesa para impressora 1 mesa para scanner 1 suporte para TV 25 computadores completos com acesso a Internet 25 webcam 1 impressora 1 scanner 1 projetor multimídia 1 aparelho de TV 29" e DVD 1 servidor 7 no break 1 HUB e roteador 2 Aparelhos de ar condicionado

A Instituição (polos) se responsabiliza pela infraestrutura física e equipamentos adequados à realização do trabalho monográfico pelos alunos, tais como: acervo bibliográfico, inclusive periódicos, acesso a Internet, a redes de informação e outros recursos indispensáveis à sua realização.

#### **4.2.3 Espaços de trabalho**

Tendo em vista que parte dos docentes do curso é da própria instituição, estes têm seus espaços de trabalho conforme as distribuições nos campi, sendo que no Câmpus São Borja, os docentes compartilham salas próprias com no máximo três outros servidores docentes e espaço no qual dispõem de infraestrutura básica, tais como: equipamentos de informática, livros, ar condicionado, armários com chave para guardar documentos e equipamentos pessoais, entre outros. Os docentes que não integram o quadro de servidores da UNIPAMPA ocupam espaços próprios, sendo ainda que o Câmpus dispõe de sala coletiva de trabalho para os docentes, a qual tem mesas, cadeiras, computadores e armários e gaveteiros para armazenar os equipamentos pessoais e documentos. Destaca-se ainda, que na sala de coordenação do Câmpus São Borja, há espaço e equipamentos que podem ser compartilhados com os docentes que assim desejarem. O Campus tem laboratório de multimídia, de TV e rádio. Todos os espaços citados possuem as condições necessárias para a constituição de um ambiente qualificado para as atividades profissionais. Por fim, o Câmpus São Borja possui ambientes arejados, iluminados, com acústica adequada, comodidade e equipe de serviços gerais que realiza a limpeza e manutenção dos espaços.

A sala da coordenação do curso é ampla, arejada, com iluminação natural durante o dia. O espaço possui equipamentos de informática, cadeiras e mesas confortáveis, atendendo as necessidades do curso. Também há uma mesa de reuniões, destinada para este fim, permitindo assim tanto o atendimento individual como coletivo. A sala atende às necessidades tecnológicas de equipamentos de computadores e o Câmpus tem atendimento de técnicos em informática para instalar softwares para a execução das atividades de coordenação. Possui armários com chaves, sendo que dois são utilizados para a guarda e proteção dos documentos, e equipamentos de informática de uso comum e para guarda de utensílios e materiais de uso pessoal.

#### 4.2.4 Biblioteca

A Biblioteca do Campus São Borja é uma biblioteca de caráter universitário, especializada na área de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. O acervo visa exclusivamente suprir as demandas de informação dos alunos, professores e funcionários do Câmpus, estando aberta também para consulta, a toda comunidade. Todo acervo da biblioteca é de livre acesso. O empréstimo domiciliar é um serviço exclusivo para alunos, professores e funcionários da instituição.

Os usuários podem acessar a biblioteca através da internet para fazer consultas ao acervo, renovação ou reserva de material. O acervo é composto por livros, e-books, periódicos, multimídias, produções acadêmicas, folhetos, mapas, obras de referência e normas técnicas contemplando todos os cursos oferecidos no Câmpus de São Borja. A instituição conta com Repositório Institucional onde é armazenada toda a produção acadêmica.

A Unipampa tem acesso remoto ao Portal de Periódicos CAPES, fazendo parte da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), que é uma rede gerida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), incluindo o Portal IEEE, o acesso pode ser realizado através das máquinas distribuídas em todo o Câmpus. Atualmente a UNIPAMPA conta também com a Plataforma Minha Biblioteca acessada através do Pergamum<sup>7</sup>. O Curso conta com a biblioteca digital Pearson.

#### **Área Física**

##### **Distribuição do espaço físico**

Área total da biblioteca: 524,94 m<sup>2</sup>

Área destinada ao acervo, setor de empréstimo e serviço técnico: 377,38 m<sup>2</sup>

Sala de consulta e pesquisa: 93,78 m<sup>2</sup>

Sala de trabalho em grupo: três salas totalizando 31,78 m<sup>2</sup>

##### **Horário de funcionamento**

Segunda-feira à sexta-feira: 8h à 12h e 13h30min às 17h30min

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://pergamum.unipampa.edu.br/biblioteca/index.php>. Acesso em 09/05/2023.

Atendimento externo: 8h às 21h15min

### **Local de funcionamento**

Prédio Acadêmico III, Campus II, UNIPAMPA, Campus São Borja

### **Recursos Humanos da Biblioteca**

1 (uma) bibliotecária

4 (quatro) assistentes administrativos

### **Serviços oferecidos**

- Consulta local das obras da biblioteca: É oferecido a toda comunidade, não sendo necessário ter vínculo com a instituição, o usuário pode consultar as obras no local, (acervo aberto, possibilitando ao usuário o manuseio do acervo).
- Empréstimo eletrônico domiciliar: O empréstimo domiciliar é um serviço oferecido para alunos, professores e funcionários, e permite a retirada de material bibliográfico por período determinado.
- Consulta, renovação e reservas ao acervo via WEB: Os alunos podem consultar os materiais disponíveis na biblioteca, fazer reserva e renovação através do link [:https://pergamum.unipampa.edu.br/biblioteca/index.php](https://pergamum.unipampa.edu.br/biblioteca/index.php)
- Empréstimo entre bibliotecas: O serviço permite o empréstimo de materiais entre as bibliotecas da UNIPAMPA.
- Portal de Periódicos Capes: A Unipampa tem acesso remoto ao Portal de Periódicos CAPES, fazendo parte da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), que é uma rede gerida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Para as comunidades que fazem parte da CAFe, o acesso remoto é feito na seção Meu Espaço. O acesso pode ocorrer nas dependências da universidade ou fora dela.
- Acesso a E-books Springer: Coleção 2008 de livros eletrônicos da editora Springer, com aproximadamente 3.500 livros. Além de permitir acesso aos conteúdos, também dá direito à impressão ou “downloads” devido aos direitos autorais estarem inclusos no contrato. Acesso realizado através da página da biblioteca.
- Acesso a E-books Minha Biblioteca: A universidade firmou contrato com a plataforma de e-books Minha Biblioteca e conta com aproximadamente 9.699 títulos disponibilizados a partir do sistema de bibliotecas Pergamum.

- Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos: A orientação acerca de normalização de trabalhos acadêmicos pode ser realizada através do Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos: Conforme Normas da ABNT.
- Ficha Catalográfica: Ferramenta para geração de ficha catalográfica para TCC, dissertação e tese.
- Repositório Institucional: Ferramenta para geração de ficha catalográfica para TCC, dissertação e tese.

### A biblioteca dispõe de obras para deficientes visuais

#### Total do Acervo

Títulos: 10.577

Exemplares: 41.824

Tabela 11 - Dados Quantitativos do Acervo por Área do Conhecimento (CNPq)

<b>Dados Quantitativos do Acervo por Área do Conhecimento (CNPq)</b>			
<b>Classe</b>	<b>Assunto</b>	<b>Títulos</b>	<b>Exemplares</b>
<b>0</b>	Ciência e conhecimento em geral. Organização do trabalho intelectual. Biblioteconomia. Publicações.	<b>932</b>	<b>3291</b>
<b>1</b>	Filosofia. Psicologia.	<b>743</b>	<b>3555</b>
<b>2</b>	Religião. Teologia	<b>65</b>	<b>309</b>
<b>3</b>	Ciências sociais. Estatística. Política. Economia. Comércio. Direito. Administração pública e governo. Serviço social. Assistência social. Educação. Etnologia. Etnografia.	<b>5110</b>	<b>22210</b>
<b>5</b>	Matemática e Ciências Naturais.	<b>212</b>	<b>1148</b>
<b>6</b>	Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia.	<b>1134</b>	<b>3558</b>
<b>7</b>	Artes. Recreação. Diversões. Esporte.	<b>432</b>	<b>1603</b>

<b>Dados Quantitativos do Acervo por Área do Conhecimento (CNPq)</b>			
<b>Classe</b>	<b>Assunto</b>	<b>Títulos</b>	<b>Exemplares</b>
<b>8</b>	Língua. Linguística. Literatura.	<b>1396</b>	<b>3417</b>
<b>9</b>	Geografia. Biografia. História	<b>553</b>	<b>2733</b>
<b>TOTAL</b>		<b>10577</b>	<b>41824</b>

#### 4.2.5 Laboratórios

O laboratório de informática possui: 21 computadores (monitor 17', gabinete, caixa de som, microfone, mouse e teclado), 1 projetor, 1 computador (gabinete, mouse e teclado) Hardware: Processador: Intel Pentium 4 3GHz Memória: 512MB HD: 160GB Gravador CD Software: Sistema operacional (Windows XP Professional) Editor de textos (BROffice) Editor gráfico (Corel Draw) Editor de imagem (Photoshop) Editor de áudio (Sound Forge) Editor de layouts de publicações (PageMaker) Área Física: 56,80 m<sup>2</sup> Situação: Em funcionamento. Os 5 laboratórios disponíveis para uso no Câmpus São Borja estão localizados no Prédio Acadêmico I.

O Campus de São Borja possui laboratórios de fotojornalismo, de jornalismo impresso, de rádio-jornalismo que atendem as demandas específicas do Curso de Jornalismo, do Curso Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e do Curso de Relações Públicas. Os conjuntos desses laboratórios fornecem um aporte de materiais expressivos e de profissionais altamente habilitados que articulados as trajetórias e experiências didáticas e pedagógicas dos docentes do Curso de História Licenciatura EAD, constitui-se num "laboratório de multimeios". Trata-se da capacitação permanente em mídias em educação (TV, cinema, informática, rádio e jornal). Para finalizar, cabe destacar também:

- Estúdio de televisão com tratamento acústico e sistema de iluminação. Este espaço conta com dois técnicos em audiovisual e um operador de câmeras (servidores: Alex Sire, Saryon Azevedo e Mauricio dos Santos);
- Sala de edição, espaço com computadores e software para edição de vídeo, sob cuidados do servidor Eduardo Martinez;
- Laboratório de Fotografia com estúdio para produções fotográficas e vídeo, sistema de iluminação, câmeras fotográficas e mesa still para produções de objeto (produtos) menores. Conta com a colaboração do servidor Ricardo Linhares;
- Laboratório de Rádio, com equipamentos e espaço adequados para a produção radiofônica, áudio e locuções de forma geral. O estúdio de rádio conta com a colaboração do servidor João Batista.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. V. 5 – história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº 9394**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério Da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES 564/2015**. Disponível em: [http://www.abed.org.br/arquivos/parecer\\_cne\\_ces\\_564\\_15.pdf](http://www.abed.org.br/arquivos/parecer_cne_ces_564_15.pdf). Acesso em 25 abr 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação – Presencial e a Distância**, 2017. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_autorizacao.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf). Disponível: 18/01/2023.
- DELORS, Jacques. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.
- DEMO, Pedro. **Aprendizagens e Novas Tecnologias**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famat/viali/doutorado/sat/textos/80-388-1-PB.pdf>. Acesso: 18/01/2023.
- DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2012.
- GUINDANI, Evandro; KOGA, Yáscara; NASCIMENTO; Sandro. Desigualdades no Estado do Rio Grande do Sul: análise de indicadores sociais e educacionais. **Educação e Fronteiras Online**. UFGD. Dourados-MS. Vol.7.n.20. 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/7455/4119>. Acesso em 10 abr 2018
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/candelaria.html>. Acesso: 18/01/2023.
- UNIPAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 -2018**. Bagé: UNIPAMPA, 2013. Disponível em: [http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71\\_2014-PDI.pdf](http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf). Acesso: 18/01/2023

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Elementos do Projeto Político-Pedagógico de Curso**. 2011. Disponível em:  
<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/files/2012/01/Elementos-PPC-Gradua%C3%A7%C3%A3o-.pdf> Acesso em: 25/3/2012

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Instrução normativa nº 02/09**, de 05 de março de 2009. Estabelece normas básicas de graduação da UNIPAMPA bem como trata do controle e do registro de suas atividades acadêmicas. Disponível em [http://porteiros.unipampa.edu.br/uruguaiiana/dmdocuments/Instrucao\\_Normativa\\_02\\_2009.pdf](http://porteiros.unipampa.edu.br/uruguaiiana/dmdocuments/Instrucao_Normativa_02_2009.pdf). Acesso em: 1º Jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Diretrizes Orientadoras Para Elaboração dos Projetos Pedagógico das licenciaturas da UNIPAMPA**. Aprovado no CONSUNI em novembro de 2011.  
 Disponível: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prograd/files/2012/01/Dcto-Diretrizes-PPC-Licenciatura.pdf> Acesso em: 25/3/2012

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional**, de 16 de agosto de 2009. Disponível em:  
[http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO\\_INSTITUCIONAL\\_16\\_AG0\\_2009.pdf](http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf). Acesso em: 1º Jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010**. Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa. Disponível em:  
<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/resolucoes/>. Acesso em: 1º Jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011**. aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 1.750, de 28 de novembro de 2011**. Proposição de comissão Especial *multicampi*.

**Formação de professores de licenciatura a distância: o caso do curso de pedagogia da UAB/UECE João Batista Carvalho Nunes**; Viviani Maria Barbosa Sales. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 3, p. 757-773. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022013000300013&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022013000300013&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso: jul./set. 2013

Censo da Educação Superior 2016 Notas. **Estatísticas Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Notas Estatísticas Censo da Educação Superior 2016**. Disponível em:  
[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2016/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf). Acesso: 18/01/20

PARECER CNE/CES 492/2001: Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso: 18/01/2023.

## **APÊNDICE I - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

### **Curso de Licenciatura em História EaD/UAB**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Disposições Iniciais**

**Art. 1º** Este regulamento estabelece as regras necessárias para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, do Curso de História-Licenciatura EaD/UAB, da Universidade Federal do Pampa –UNIPAMPA, Campus São Borja.

**Parágrafo único.** O trabalho de conclusão de curso terá um componente curricular destinado, com carga horária total de 60 horas.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Do Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de História - Licenciatura EaD**

**Art. 2º** O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) refere-se à elaboração de um trabalho de caráter teórico e/ou prático, com exigência de linguagem científica que revele o domínio do tema e a capacidade de síntese.

**Art. 3º** Os objetivos do TCC são: Aprofundar os conteúdos abordados ao longo do curso em um trabalho de pesquisa; possibilitar ao discente o aprofundamento da relação entre teoria e prática; aproximar o discente da metodologia de pesquisa; estimular a consulta bibliográfica especializada e o uso das técnicas e normas de elaboração e apresentação de trabalhos científicos.

**Art. 4º** O TCC deverá ser concluído e defendido dentro do período máximo de integralização do curso.

**Art. 5º** O TCC deverá ser produzido de acordo com o Manual de Normalização para Trabalhos Acadêmicos, disponibilizado no site da Biblioteca da UNIPAMPA.

#### **CAPÍTULO III**

##### **Das atribuições do coordenador, professor orientador e discente**

**Art. 6º** No TCC figuram as seguintes funções: professor coordenador, professor orientador, professor co orientador e discente matriculado.

§ 1º O Professor coordenador é o docente ao qual o componente curricular foi atribuído no sistema acadêmico.

§ 2º O professor orientador deve ser um docente da UNIPAMPA que assume o compromisso de supervisionar e subsidiar tecnicamente a execução do trabalho de conclusão de curso do discente matriculado.

§ 3º O Professor coorientador pode ser exercido por um docente de Instituição de Ensino Superior que pode contribuir com as atividades do orientador.

§ 4º O discente matriculado é um discente do curso de História –Licenciatura regularmente matriculado no TCC.

**Art. 7º** São competências do professor coordenador:

- I. Proporcionar aos discentes um espaço de aprendizagem sobre as modalidades de pesquisa, bem como conhecer o que é um projeto de pesquisa, um TCC, sua estrutura e as normas técnicas que regem sua escrita;
- II. Orientar os discentes na escolha do orientador levando em consideração a área de interesse de pesquisa dos mesmos e a formação dos professores;
- III. Levar ao conhecimento dos discentes e dos orientadores a regulamentação do TCC;
- IV. Acompanhar o processo de avaliação dos discentes;
- V. Orientar os discentes com relação à redação de um TCC e às normas técnicas que envolvem a escrita de um trabalho acadêmico;
- VI. Providenciar a substituição de orientador nos casos de impedimento definitivo e justificado;
- VII. Organizar a agenda das datas e horários para a defesa pública dos TCC's, respeitando o planejamento dos orientadores, discentes e membros da banca;
- VIII. Encaminhar questões administrativas referentes às defesas e divulgar as datas e locais das mesmas;
- IX. Registrar as atividades e avaliações, bem como receber os exemplares finais (impressos e digitais) para encaminhamento à Coordenação de Curso, à biblioteca e aos membros da banca;
- X. Encaminhar para a Coordenação de Curso toda a documentação gerada ao longo dos componentes curriculares;

XI. Encaminhar para a Comissão de Curso eventuais casos não previstos neste documento.

**Art. 8º** Ao professor orientador cabe:

- I. Orientar e avaliar o discente em todas as etapas de elaboração do TCC;
- II. Sugerir nomes para composição das bancas de defesa;
- III. Acompanhar o orientando no cumprimento das correções em virtude das sugestões feitas pelos membros das bancas de defesa;
- IV. Estar ciente desta regulamentação.

**Art. 9º** Ao discente matriculado cabe:

- I. Definir o tema do projeto em comum acordo com o seu orientador;
- II. Ser responsável pela observação dos aspectos éticos e legais na execução e redação do TCC, especialmente em relação a plágio;
- III. Elaborar e submeter o TCC nos prazos definidos pelo coordenador de TCC;
- IV. Comparecer às reuniões de orientação definidas em comum acordo com seu orientador;
- V. Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o seu TCC;
- VI. Comunicar formalmente aos coordenadores quaisquer alterações no planejamento, bem como dificuldades enfrentadas no processo de orientação;
- VII. Autorizar a publicação de seu TCC na Biblioteca do seu respectivo Campus;
- VIII. Estar ciente desta regulamentação.

**Art. 10º** A Comissão de Curso cabe:

- Avaliar e deliberar sobre solicitações de mudança de orientador;
- Discutir e decidir sobre os casos omissos;
- Estar ciente desta regulamentação.

## **CAPÍTULO IV**

### **Do Funcionamento da avaliação**

**Art. 11º** O discente matriculado deverá entregar, em data previamente estabelecida, uma via impressa do seu TCC para cada membro da banca.

**Art. 12º** A defesa oral do trabalho de conclusão será pública, com dia, horário e local divulgados no mural e no *site* do Curso de História -Licenciatura.

§ 1º As bancas serão compostas pelo orientador e por 2 (dois) outros docentes;

§ 2º Os membros da banca serão designados pelo professor orientador em comum acordo com o professor coordenador.

**Art. 13º** Os professores membros da banca examinadora do TCC II avaliarão os trabalhos.

§ 1º Em caso de necessidade de reformulação, o acadêmico deverá realizar as alterações solicitadas dentro do prazo fornecido pelo coordenador do componente curricular.

§ 2º A não realização das reformulações solicitadas acarretarão a reprovação do acadêmico no componente curricular sempre que impossibilitaram a continuidade do trabalho.

**Art. 14º** As notas serão atribuídas em sessão secreta ao final da arguição do discente e, logo a seguir, em sessão pública, será lida a ata da defesa, na qual constará a nota final do discente.

**Parágrafo Único:** A nota final será a média aritmética dos valores totais atribuídos por cada membro da banca.

**Art. 15º** Ao final do componente curricular, o professor coordenador deverá entregar para a Coordenação de Curso os seguintes documentos:

I. Lista resumo com os títulos dos TCCs, os nomes dos acadêmicos e os nomes dos professores orientadores e coorientadores.

II. Os formulários de avaliação dos TCCs gerados pelas bancas examinadoras.

## CAPÍTULO V

**Das disposições gerais**

**Art. 16º** Os casos omissos a este regulamento serão discutidos e deliberados pela Comissão do Curso de História -Licenciatura.

## **APÊNDICE II - REGULAMENTO DE ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA EAD/UAB**

### **PREÂMBULO**

O presente documento integra o PPC do Curso de História – Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), e tem como objetivo normatizar os Estágios Curriculares. Neste Regulamento, estão reunidas e sistematizadas as diretrizes e os procedimentos técnicos, pedagógicos e administrativos, visando assegurar a consecução dos objetivos dos Estágios Curriculares.

O estágio curricular, nos cursos de licenciatura, tem como objetivo estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, conforme expressam os artigos 1º, § 2º, e 3º, inciso XI, ambos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n. 9.394/96), bem como o Parecer CNE/CP n. 9/2001, documento no qual se encontra o conceito de prática. O estágio curricular supervisionado obrigatório inicia-se, de acordo com a legislação vigente, na segunda metade do curso e visa possibilitar ao acadêmico de História –Licenciatura, sob a orientação de um docente do curso, a participação sistemática e reflexiva em situações de ensino-aprendizagem na educação formal, em regime presencial.

O estágio curricular configura-se em: uma atividade privilegiada de diálogo crítico com a realidade que favorece a articulação ensino-pesquisa-extensão; um espaço formativo e de orientação da prática profissional; um momento de maior aproximação e compreensão da realidade profissional à luz dos aportes teóricos estudados.

A concepção de estágio aqui adotada é aquela em que se possa compartilhar tanto no ambiente profissional do futuro licenciado quanto no ambiente acadêmico, a construção coletiva de proposições e descobertas sobre o cenário educacional, contextualizada e sensível às especificidades locais e regionais, de forma a qualificar ainda mais a articulação entre teoria e prática.

### **CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS**

**Art. 1º** O Curso de História – Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa, observará os seguintes princípios:

- I. Articular ensino, pesquisa e extensão;
- II. Priorizar a abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do estudante;
- III. Proporcionar ao estagiário a reflexão teórico-crítica sobre os conteúdos e procedimentos teórico-metodológicos do período de formação inicial com os domínios da prática (CNE/CP 2001);
- IV. Promover o processo de integração entre as escolas de Educação Básica e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA);
- V. Desenvolver a interdisciplinaridade, sempre que possível;
- VI. Estimular a prática da pesquisa como componente da formação docente inicial e permanente do professor;
- VII. Favorecer, no período de formação, a reflexão sobre as dificuldades, limites e desafios próprios da profissão docente na Educação Básica;
- VIII. Colocar o estagiário em contato com a rotina escolar, incluindo as dimensões pedagógica, administrativa e política.

## **CAPÍTULO II DO LOCAL DO ESTÁGIO**

**Art. 2º** O Estágio Supervisionado Curricular é de caráter obrigatório e será realizado em escolas da rede oficial de ensino - preferencialmente em escolas públicas, podendo ser desenvolvido na rede privada, desde que haja a aceitação por parte da instituição do acadêmico proponente, assim como conste na proposta político-pedagógica do curso, de maneira presencial.

## **CAPÍTULO III DA CARGA HORÁRIA**

**Art. 3º** O Estágio Curricular está regulamentado pela Resolução CNE/CP nº 02/2019, a qual estabelece a carga horária para os cursos de formação de professores da Educação Básica, e previsto no Projeto Pedagógico do Curso de História - Licenciatura.

O estágio Supervisionado Curricular obrigatório integralizará 405 horas; o início ocorrerá no 5º semestre e o término, no 8º semestre.

**Art. 4º** A carga horária total de 405 horas será fracionada em quatro componentes denominados: Estágio Supervisionado I (Rotinas Escolares, 120h); Estágio Supervisionado II (História no Ensino Fundamental, 120h); Estágio Supervisionado III (História no Ensino Médio, 120h) e Estágio Supervisionado em História IV (História no Ensino de Jovens e Adultos, 45h).

Cada componente de Estágio terá uma distribuição específica da carga horária prática e teórica:

#### **I - Estágio Supervisionado I (Rotinas Escolares, 120h)**

- I.20 horas de pesquisa e diagnóstico da realidade escolar;
- II.30 horas de observação nos componentes curriculares de História, sendo 15h no fundamental e 15 horas no Médio;
- III.20 horas de análise do projeto político pedagógico da escola, do Regimento Escolar e dos planos de estudos dos componentes curriculares de História, sendo 10 horas no fundamental e 10 horas no Médio;
- IV.50 horas teóricas referentes à pesquisa e diagnóstico da realidade escolar, planejamento, didática e produção de relatórios.

#### **II - Estágio Supervisionado II (História no Ensino Fundamental, 120 h)**

- I.20 horas de observação da realidade escolar, dos documentos de gestão (Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Grade Curricular e Planos de Ensino);
- II.04 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Fundamental);
- III.16 horas de regência de classe no componente de História; (02 meses se forem dois períodos semanais)
- IV.30 horas de projeto interdisciplinar e planejamento didático-pedagógico.
- V.As 50 horas teóricas dizem respeito às orientações, planejamento e produção de relatório.

#### **III - Estágio Supervisionado III (História no Ensino Médio, 120h)**

- I.20 horas de observação da realidade escolar, dos documentos de gestão (Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Grade Curricular e Planos de Ensino);
- II.04 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Fundamental);
- III.16 horas de regência de classe no componente de História (02 meses se forem dois períodos semanais);
- IV. 30 horas de projeto interdisciplinar e planejamento didático-pedagógico;
- V.50 horas teóricas referentes às orientações, planejamento e produção de relatório.

#### **IV - Estágio Supervisionado em História IV (no Ensino de Jovens e Adultos, 45h)**

- I.02 horas de observação da realidade escolar, dos documentos de gestão (Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Grade Curricular e Planos de Ensino);
- II.02 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Fundamental);
- III.08 horas de regência de classe no componente de História (02 meses se forem dois períodos semanais);
- IV.08 horas de projeto interdisciplinar e planejamento didático-pedagógico;
- V.25 horas teóricas dizem respeito às orientações, planejamento e produção de relatório.

### **CAPÍTULO IV DA GESTÃO DOS ESTÁGIOS**

**Art. 5º** A gestão dos estágios compete aos professores coordenadores e orientadores, sendo os estagiários, também, responsáveis por gerir as atribuições que lhes cabem, conforme previsto neste Regulamento.

**Art. 6º** A coordenação dos estágios supervisionados será executada por um docente indicado pela Coordenação Acadêmica do Campus, conforme determina o art. 134, da Resolução 329/2021.

**Art. 7º** Compete ao coordenador de estágio, conforme estabelecido no artigo 135 da Resolução 329/2021:

- I.Coordenar, acompanhar e providenciar a escolha dos locais de estágio;
- II.Solicitar a assinatura de convênios e cadastrar os locais de estágio;

- III.Organizar a documentação relativa aos estágios curriculares, mantendo registros atualizados;
- IV.Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- V.Acompanhar o desenvolvimento dos estágios junto às escolas;
- VI.Receber e avaliar os relatórios de estágio;
- VII.Promover o debate e a troca de experiências no próprio curso e nos locais de estágio.

**Art. 8º** O Coordenador de Estágio, no início do semestre, elaborará um Plano de Estágio, com os nomes dos alunos matriculados no respectivo componente curricular (Estágio I, II, III ou IV), as instituições de ensino em que serão desenvolvidas as atividades e o programa de ações propostas, bem como a lista de docentes e orientadores correspondentes.

## **CAPÍTULO V**

### **DO ORIENTADOR DE ESTÁGIO**

**Art. 9º** Os orientadores dos estágios supervisionados serão designados pela Comissão de Curso.

**Parágrafo Único.** A definição de docente e estagiários sob sua orientação ocorrerá em reunião do Conselho do Curso assim que forem computadas as matrículas no respectivo semestre e componente curricular.

**Art. 10º** Compete ao orientador de estágio, conforme estabelecido no artigo 137 da Resolução 329/2021:

- I.Acompanhar e auxiliar, de modo individualizado, os estagiários que lhe forem designados a partir de decisão da Comissão de Curso;
- II.Analisar, em conjunto com o estagiário, o programa da disciplina, de modo a orientá-lo na construção do planejamento elaborado pelo estagiário;
- III.Manter um horário fixo para atendimento individual ou grupal aos estagiários sob sua orientação;
- IV.Manter os estagiários informados com relação ao desempenho dos mesmos;

- V. Manter contato com a escola, acompanhando o trabalho do estagiário;
- VI. Fazer, no mínimo, duas visitas a cada estagiário, em cada componente curricular por ele ministrado, devendo a primeira acontecer antes de se completar 50% das aulas dadas;
- VII. A partir da avaliação *in locu*, elaborar um parecer descritivo avaliando cada um dos estagiários.

**Parágrafo Único.** O número de estagiários por orientador de estágio será, no máximo, de 5 (cinco), limite este que poderá ser alterado conforme a demanda de novas turmas e novos professores do curso.

## **CAPÍTULO VI DO ESTAGIÁRIO**

**Art. 11°** O estagiário terá as seguintes atribuições:

- I. Manter contato contínuo com os orientadores e o Coordenador de estágio;
- II. Entrar em contato com a direção e a coordenação pedagógica da escola onde realizará o estágio;
- III. Respeitar as diretrizes estabelecidas pelas escolas;
- IV. Apresentar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, o planejamento das atividades para os orientadores;
- V. Redigir individualmente os planos de aula;
- VI. Submeter todas as atividades de estágio à apreciação dos orientadores;
- VII. Comunicar ao orientador de estágio toda e qualquer alteração referente a horário e/ou calendário;
- VIII. Cumprir o horário estabelecido para as aulas;
- IX. Participar dos encontros presenciais na universidade supervisionados pelo Coordenador de Estágio;

## **CAPÍTULO VII DAS ATIVIDADES DO ESTÁGIO**

**Art. 12°** Constituem atividades a serem desenvolvidas **antes** do estágio:

- I.Organizar, junto com o(a) professor(a) supervisor(a) da escola, uma previsão do cronograma do estágio (período, conteúdos e atividades);
- II.Elaborar a proposta de trabalho que será desenvolvida durante o estágio, a qual deverá contemplar as informações coletadas nas observações e em conversa com o(a) professor(a) regente, bem como a definição da metodologia das aulas.

**Art. 13°** Constituem atividades a serem desenvolvidas **durante** o estágio:

- I.Apresentar ao orientador de estágio, com 5 (cinco) dias de antecedência, o planejamento das aulas;
- II.Estudar, previamente, os conceitos que serão trabalhados (as sessões de orientação incluem os esclarecimentos de dúvidas conceituais, metodológicas e de recursos);
- III.Atender aos seguintes critérios de avaliação: desenvolvimento do conteúdo (segurança, domínio e clareza); coerência entre a proposta e a prática pedagógica em sala de aula; abordagem crítica e criativa dos conteúdos trabalhados; adequação conteúdo-metodologia; responsabilidade, pontualidade, comprometimento e autonomia; relação professor/professor regente; relação professor/aluno;
- IV.Comunicar qualquer mudança no cronograma preestabelecido, assim como em qualquer outro ponto, ao professor orientador, o qual deve informar ao coordenador de estágio.

**Art. 14°** Constituem atividades a serem desenvolvidas **ao final** do estágio:

- I.Elaboração de um relatório de estágio, previsto nos artigos 4º a 7º, conforme a etapa concluída no semestre (I, II, III ou IV), contendo, no mínimo 25 e no máximo 35 páginas, não computados os anexos;
- II.Compilação de todos os planos de aula elaborados durante o estágio.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

**Art. 15** Da avaliação do Estágio I terá os seguintes critérios de avaliação: Pelo Orientador - Análise do Projeto político pedagógico, Regimento, Planos de Ensino (1,6);

Diagnóstico da Realidade Escolar (valor 2,0); Observação e relato da prática docente/regência (2,0). Pelo coordenador Relatório Final (5,4) e nota final.

**Art. 16** Da avaliação dos Estágio II, III e IV que possuem prática de regência, são:

I.Em relação ao planejamento (ORIENTADOR):

- a. Frequência às atividades do estágio;
- b. Apresentação dos planos de aula para o orientador e o coordenador de estágio.

II.Em relação ao desenvolvimento do estágio (ORIENTADOR):

- a. organização da proposta de trabalho;
- b. coerência entre a proposta e a prática pedagógica em sala de aula;
- c. adequação entre objetivos/conteúdos/procedimentos no planejamento;
- d. responsabilidade, comprometimento e autonomia;
- e. desenvolvimento do conteúdo (segurança, domínio e clareza);
- f. abordagem crítica e criativa dos conteúdos trabalhado;
- g. relacionamento professor-aluno.

III.Em relação ao processo de conclusão (RELATÓRIO/COORDENADOR):

- a. frequência aos encontros presenciais para elaboração do relatório;
- b. coerência do relatório com a proposta, fazendo uma análise crítica da prática pedagógica.

Em síntese: Prática de Estágio (orientador): 5,4; Relatório de Estágio (coordenado): 4,6.

Total: 100.

## **CAPÍTULO IX DO PRODUTO DO ESTÁGIO**

**Art. 17º** Constitui produto do estágio, a cargo dos estagiários, o seguinte:

I.Relatório analítico-reflexivo sobre a experiência da regência (25 a 35 laudas) e compilação de todos os planos de aula elaborados para a regência.

## **CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 18º** Para iniciar os estágios de regência, o(a) estagiário(a) deverá ter apresentado, no mínimo, os planejamentos referentes a uma semana letiva.

**Art. 19º** Cada estagiário(a) deverá cumprir a carga horária mínima de regência estabelecida nos artigos 4º a 7º deste Regulamento.

**Art. 20º** Será considerado aprovado o aluno que alcançar média 6,0 (seis).

**Art. 21º** Casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Curso de História – Licenciatura.

**Art. 22º** Este regulamento entra em vigor a partir da data de aprovação pela Comissão do Curso de História – Licenciatura, a qual compete analisar o texto redigido pelo Núcleo Docente Estruturante.

### ANEXO I - MODELO PLANO DE AULA HISTÓRIA LICENCIATURA EAD

Modelo de plano de aula História Licenciatura EaD, anexo I ao Regulamento de Estágios Curriculares.

<b>Dados da UNIPAMPA</b>	
<b>Componente curricular da UNIPAMPA</b>	
<b>Professor(a)</b>	
<b>Orientador(a)</b>	
<b>Dados da Escola</b>	
<b>Escola</b>	
<b>Série/ano</b>	
<b>Regente</b>	
<b>Dados da Aula/BNCC</b>	
<b>Competência(s) geral(ais)</b>	
<b>Competência(s) das Ciências Humanas</b>	
<b>Competência(s) da História (Apenas no ensino fundamental)</b>	
<b>Habilidade(s)</b>	
<b>Objetos do Conhecimento (conteúdos)</b>	
<b>Objetivos</b> <b>(cognitivos, comunicacionais e socioemocionais)</b>	<b>Objetivo 1</b>
	<b>Objetivo 2</b>
	<b>Objetivo 3</b>
<b>Justificativa - Apresente a justificativa de sua aula, buscando evidenciar a relevância de serem abordados os temas e conteúdos selecionados.</b>	

<b>Dados da UNIPAMPA</b>	
<b>Indique também o contexto geral no qual a aula está inserida. Você pode localizá-la em uma temática mais ampla e/ou indicar em que momento ela poderia ser inserida.</b>	
<b>Tempo de aula</b>	
<b>Dados da aula</b>	
<b>Introdução - Como você abrirá o tema despertando a curiosidade de seus alunos?</b>	
<b>Desenvolvimento:</b> a) Qual será a sequência de atividades que você propõe para a construção do conhecimento sobre o tema? b) Que estratégias pedagógicas você utilizará para desenvolver as atividades? c) Como poderá promover reflexão e conexão com outros conhecimentos? d) Quais ações por parte dos alunos são esperadas? Os alunos devem apenas assistir a aula? Ou há alguma atividade a mais para ser feita?	
<b>Recursos - quais recursos serão usados? Livro didático? Exposição por projeção? Vídeos?</b>	
<b>Fechamento - Como você concluirá a atividade? Como poderá promover a reflexão? Se possível, como poderá promover uma...</b>	
<b>Avaliação: como você irá observar o processo de aprendizado?</b>	
<b>Referências Bibliográficas</b>	

<b>Dados da UNIPAMPA</b>	
<b>Lista de anexos - slides, material impresso, jogos...</b>	

**ANEXO II - MODELO DE FICHA PARA AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELO  
DOCENTE ORIENTADOR**

Modelo de ficha para avaliação do estagiário pelo docente orientador referente aos estágios II, III, e IV.

**Critérios de avaliação para Estágio II, III e IV:**

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>NOTA</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Dimensão Organizacional: Apresentou coerência entre o planejamento (objetivos, procedimentos e avaliação) e a atividade realizada.	<b>1,0</b>		
Dimensão Conceitual: Desenvolveu os conteúdos de forma interdisciplinar, com consistência lógica e com exemplificações que facilitaram a compreensão e a aprendizagem dos temas.	<b>2,2</b>		
Dimensão Pedagógica: Realizou atividade de forma didática e acessível, demonstrando bom desempenho com as mídias digitais e outros recursos técnicos didáticos e pedagógicos.	<b>2,2</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>5,4</b>		

Professor Avaliador: \_\_\_\_\_

Data da Avaliação: \_\_\_\_\_

**ANEXO II - MODELO DE FICHA PARA AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELO(A)  
COORDENADOR(A) DE ESTÁGIOS**

Modelo de ficha para avaliação do estagiário pelo(a) coordenador(a) de estágios referente aos estágios II, III, e IV.

**Avaliação do/a Coordenador/a de Estágio - Relatório (4,0 Pontos)**

**Produção de um relatório contendo:**

- .Capa e sumário
- .Introdução
- .Apresentação do Estágio;
- .Redação/Reflexão/Análise do PPP, Regimento da Escola;
- .Atividades desenvolvidas - Descrição e apresentação de todas as observações e regências;
- .As aprendizagens desenvolvidas - Análise da prática pedagógica + problematização sobre como desenvolver as habilidades e competências da BNCC + Reflexão sobre o contexto escolar e ensino de História.
- . Recomendações - que lições leva dessa experiência - Conclusão.

## APÊNDICE III - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA EAD/UAB

### CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES GERAIS

**Art.1º** Este Regulamento estabelece as regras para a realização das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no Curso de Licenciatura em História EAD/UAB e estão em consonância com a Resolução No 317/2021 Consuni – UNIPAMPA e com Instrução Normativa Nº 18/2021 - UNIPAMPA.

### CAPÍTULO II CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

**Art. 2º** A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

**Parágrafo único.** São consideradas atividades de extensão, para fins de inserção curricular, as ações que promovam a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade externa, que estejam vinculadas à formação do discente.

**Art. 3º** As ações de extensão universitária, para fins de inserção curricular, poderão ser realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos.

I.PROGRAMA é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;

II.PROJETO é uma ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado preferencialmente vinculado a um programa ou como projeto isolado;

III.CURSO é uma atividade de formação de curta duração com o objetivo de estimular o desenvolvimento intelectual, humano, tecnológico e científico;

IV.EVENTO são atividades pontuais de caráter artístico, cultural ou científico.

### **CAPÍTULO III**

#### **ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO**

##### **Seção I**

#### **Requisitos para Inserção da Extensão no Curso de Licenciatura em História**

**Art. 4º** As ações de extensão inseridas no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Licenciatura em História por meio de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) compõem, no mínimo, 10% da carga horária total do curso e possuem as seguintes características:

§ 1º Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) são constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão;

§ 2º As ações de extensão que compõem as Atividades Curriculares de Extensão Específicas devem estar registradas na Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

§ 3º Horas de estágio curricular obrigatório e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não podem ser contabilizadas como Atividade Curricular de Extensão.

§ 4º Projetos e programas devem compor, no mínimo, 80% da carga horária total das atividades curriculares de extensão.

##### **Seção II**

#### **Atividade Curricular de Extensão Específica - “UNIPAMPA CIDADÃ”**

**Art. 5º** A “UNIPAMPA Cidadã” é um programa institucional que será ofertado como atividade curricular de extensão específica (ACEE).

§ 1º O “UNIPAMPA Cidadã” é um programa de extensão que deverá ser composto por ações de cidadania e solidariedade.

§ 2º Nessa ação, os discentes da UNIPAMPA realizarão trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade.

§ 3º O trabalho comunitário deverá atender as demandas e necessidades da comunidade e proporcionar às/os discentes experiências de novas realidades, relações, sentimentos, aprendizados, problemas e saberes.

§ 4º O “UNIPAMPA Cidadã” implica a aquisição de saberes populares que uma pessoa do povo aprende com outra pessoa do povo em situação de igualdade.

**Art. 6º** A “UNIPAMPA Cidadã” tem como principais objetivos:

- I. Promover a formação integral e cidadã dos discentes, com o intuito de formar egressos cientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- II. Estimular a autonomia dos discentes;
- III. Aumentar a integração e a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade;
- IV. Estimular, no ambiente acadêmico, o uso dos saberes populares como ferramenta de formação humana e profissional.

**Art. 7º** A “UNIPAMPA Cidadã” tem como principais características:

- I. É uma atividade curricular de extensão específica (ACEE);
- II. É uma atividade obrigatória, com carga horária total de 60 horas;
- III. Deverá ser realizada por todos discentes do curso até o 7º semestre do curso;

- IV. Os discentes deverão realizar as ações comunitárias em instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada;
- V. As ações devem atender a demanda da comunidade e priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social;
- VI. A instituição onde se realizará a UNIPAMPA CIDADÃ, o tipo /periodicidade do trabalho comunitário a ser realizado é de livre escolha do discente e deve ser acordado com a instituição, onde realizará o trabalho e o supervisor de extensão;
- VII. O planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a validação da “UNIPAMPA Cidadã” serão feitos pelo supervisor de extensão do curso.

**Art. 8º** A metodologia para execução deste programa dar-se-á da seguinte forma:

- I. Apresentação do programa aos discentes evidenciando características, objetivos, metodologia e relevância da ação;
- II. Definição das instituições onde serão realizadas as ações;
- III. Os horários, os períodos de realização e os tipos de trabalho comunitário devem ser previamente definidos, de forma consensual, entre entidades, discentes e supervisor de extensão, respeitando as regras definidas no PPC;
- IV. A ação só poderá ser iniciada após a ciência e a aprovação do supervisor de extensão;
- V. A comprovação da realização da ação ocorrerá mediante apresentação dos seguintes documentos:
  - a. Certificado da instituição onde foi realizada a ação, informando o tipo de trabalho, a carga horária, a população beneficiada e a avaliação da ação;
  - b. Relatório da atividade do discente, conforme o modelo;
- VI. Após avaliação dos documentos apresentados pelo discente, o supervisor de extensão emitirá parecer favorável ou não à aprovação da atividade;
- VII. O supervisor de extensão, após avaliar e aprovar a atividade, deverá encaminhar os documentos comprobatórios à Secretaria Acadêmica para validação da carga horária.

### Seção III

## Supervisão de Extensão no Curso de Licenciatura em História

**Art. 9º** A comissão de curso indicará um docente efetivo do curso para exercer a função de supervisor de extensão.

**Art. 10º** O supervisor de extensão tem as seguintes atribuições:

§ 1º Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelos(as) discentes de acordo com o disposto no PPC;

§ 2º Acompanhar, avaliar e validar a atividade curricular de extensão denominada “UNIPAMPA Cidadã”;

§ 3º Validar o aproveitamento das Atividades Curriculares Extensão Específicas;

§ 4º Construir informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas no curso.

**Art. 11º** Para o exercício da função de supervisor de extensão serão alocadas 8 horas semanais de trabalho como encargo docente na modalidade gestão.

## CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO (A) ACADÊMICO(A)

**Art. 13º** Para validação da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão, os(as) acadêmicos(as) devem participar da equipe executora das ações de extensão.

**Art. 14º** Os(As) discentes poderão solicitar o aproveitamento das atividades de extensão realizadas na UNIPAMPA ou em outras Instituições.

§1º A carga horária de ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, deverá ser analisada pela Comissão de Curso e poderá ser validada pelo supervisor como Atividade Curricular de Extensão, de acordo com as normas estabelecidas no PPC e na legislação vigente.

§2º Os(as) acadêmicos(as) ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas na instituição de origem.

**Art. 15º** É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento das atividades de extensão indicadas no art. 14, junto à Secretaria Acadêmica, no prazo definido no calendário acadêmico da graduação:

I.O(a) acadêmico(a) deve anexar ao requerimento a cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.

II.O requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo(a) discente e pelo técnico-administrativo, em que estão listadas todas as cópias de documentos entregues; uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

**Art. 16º** As atividades de extensão somente serão analisadas se realizadas nos períodos enquanto o(a) discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias.

## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 17º** O curso Licenciatura em História realizará a autoavaliação continuada do processo de desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão, avaliando a pertinência e a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico de Curso, bem como aos resultados alcançados em relação ao público participante

**Parágrafo único.** A autoavaliação visa aprimorar a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente e a relação com a sociedade.

**Art. 18º** Para fins de integralização do currículo do curso será exigido o cumprimento da carga horária de extensão determinada neste PPC.

§ 1º Os discentes devem participar da equipe executora das ações de extensão para que a carga horária seja validada como ACE.

§ 2º As cargas horárias das ações de extensão utilizadas como ACE não serão consideradas no cômputo da carga horária de outras atividades da graduação.

§ 3º É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento/validação das Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) nas Secretarias Acadêmicas respeitando calendário acadêmico da graduação.

§ 4º No histórico acadêmico do(a) discente deverá constar a carga horária total das Atividades Curriculares de Extensão.

§5º Os(As) acadêmicos(as) do curso Ciências Sociais – Ciência Política deverão realizar a carga horária das Atividades Curriculares de Extensão até o 6º semestre.

§6º A carga horária mínima semestral a ser realizada pelo(a) discente em Atividades Curriculares de Extensão é de 15 horas.

**Art. 19º** Em caso de reingresso ou ingresso em outro curso, o discente poderá solicitar o aproveitamento da carga horária nas ações de extensão integralizadas anteriormente na UNIPAMPA.

**Art. 20º** Ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas anteriormente na instituição de origem.

**Art. 21º** Os casos omissos serão discutidos em primeira instância pela Comissão de Curso e, em segunda instância, pela Comissão Local de Ensino do campus.

## Anexo I - Modelo de Relatório – “UNIPAMPA Cidadã”

Modelo de relatório Projeto “UNIPAMPA Cidadã”

UNIPAMPA CIDADÃ Relatório	
Nome:	
Matrícula:	
Curso de Graduação:	Campus:
Polo UAB	
Data de Entrega:	
Assinatura:	
INSTITUIÇÃO - Ação foi realizada	
Nome:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	
Responsável pela instituição:	
Assinatura do Responsável pela instituição:	
AÇÃO COMUNITÁRIA	
Período de realização:	
Carga Horária Total:	
Periodicidade:	
Público da Ação:	

UNIPAMPA CIDADÃ  
Relatório

Número de pessoas alcançadas pela ação:

UNIPAMPA CIDADÃ  
Relatório

Descrição do trabalho realizado:

REFLEXÕES SOBRE O UNIPAMPA CIDADÃ

Descreva a importância da realização desta atividade para a sua formação pessoal e profissional.

UNIPAMPA CIDADÃ  
Relatório


UNIPAMPA CIDADÃ  
Relatório

AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR DE EXTENSÃO

Considerações:

UNIPAMPA CIDADÃ  
Relatório

Resultado: ( ) Aprovado ( ) Não aprovado

Supervisor de Extensão:

Nome:

Assinatura:

## **APÊNDICE IV - REGIMENTO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE**

Regimento Interno do Núcleo Docente Estruturante do Curso de História EAD/UAB – Campus São Borja.

### **CAPÍTULO I - DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O presente regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de História EAD/UAB da Unipampa, Campus São Borja.

**Art. 2º** O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo e propositivo, responsável pela concepção, acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico.

### **CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

**Art. 3º** São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. Elaborar, acompanhar, avaliar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. Propor procedimentos e critérios para a autoavaliação do Curso, prevendo as formas de divulgação dos seus resultados e o planejamento das ações de melhoria;
- III. Conduzir os processos de reestruturação curricular para aprovação na Comissão de Curso, sempre que necessário;
- IV. Atender aos processos regulatórios internos e externos;
- V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e para os demais marcos regulatórios;
- VI. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação e de sua articulação com a pós-graduação, bem como das exigências do mundo do trabalho, sintonizadas com as políticas próprias às áreas de conhecimento;
- VII. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;

VIII.Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.

**Parágrafo único.** As proposições do NDE são submetidas à apreciação e deliberação da Comissão de Curso.

### **CAPÍTULO III - DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.**

**Art. 4º** O Núcleo Docente Estruturante é composto por um mínimo de 05 (cinco) servidores efetivos da Unipampa pertencentes ao corpo docente do Curso, atendidos os seguintes critérios:

- I.Ser indicado pela Comissão de Curso;
- II.Ter, ao menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu*;
- III.Ter, ao menos, 20% (vinte por cento) dos seus membros em regime de trabalho de tempo integral.

**Art. 5º** O tempo de vigência de mandato para o NDE deve ser de, no mínimo, 03 (três) anos, sendo adotadas estratégias de renovações parciais de modo a haver continuidade no pensar do Curso:

- I.O prazo do mandato poderá ser abreviado a qualquer tempo, desde que o (a) membro (a) manifeste desejo de interrupção, por decisão pessoal.
- II.O membro que tiver três faltas consecutivas sem justificativa poderá ser substituído.

**Art. 6º** Quando da composição ou alteração do NDE, essas devem ser aprovadas pelo Conselho do Campus, que, através de seu representante máximo, deve enviar, para o Gabinete da Reitoria, a Ata de constituição do Núcleo, prevendo o mandato dos membros, para designação formal via portaria.

**Art. 7º** O Núcleo Docente Estruturante deve ter um Presidente e um Secretário escolhido entre seus membros.

### **CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NDE**

**Art. 8º** Compete ao presidente do NDE:

- I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive voto de qualidade;
- II. Representar o NDE junto aos órgãos da Instituição;
- III. Encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes;
- IV. Indicar coordenadores para as atribuições do NDE;
- V. Coordenar a integração do NDE com os demais órgãos colegiados e setores da instituição.

**Art. 9º** Compete ao (à) secretário (a) do NDE manter acervo atualizado das atas de reuniões do colegiado e substituir o presidente na sua falta.

## **CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES**

**Art. 10º** O NDE reúne-se, ordinariamente, no mínimo, 02 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

§1º A convocação dos (as) membros (as) deve ser feita com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e, sempre que possível, procedida juntamente com a indicação das pautas da reunião.

§2º Somente em casos de urgência, poderá ser reduzido o prazo de que trata o parágrafo anterior, desde que todos (as) os (as) membros (as) do NDE tenham ciência da convocação e das causas determinantes da excepcionalidade.

**Art. 11º** As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes. Parágrafo único. O quórum mínimo para deliberações é de 60% dos (as) membros (as).

**Art. 12º** Observar-se-ão nas votações os seguintes procedimentos:

- I. Em todos os casos, a votação é em aberto;
- II. Qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer constar em ata, expressamente, o seu voto;

- III. Nenhum (a) membro (a) do NDE deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem em caráter pessoal;
- IV. Não são admitidos votos por procuração.

#### **CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 13°** Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou por órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

**Art. 14°** O presente regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelas instâncias competentes.